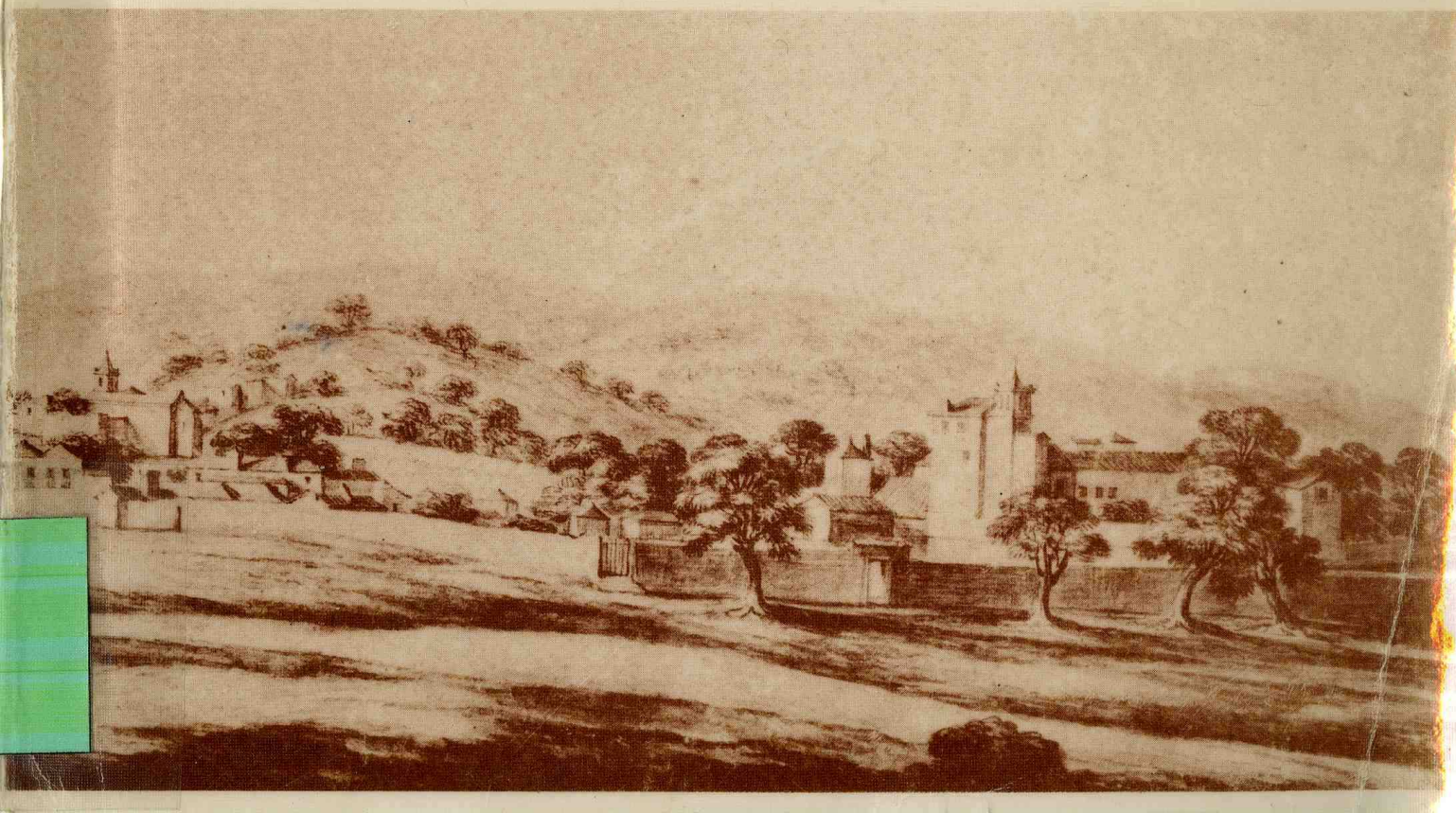


BOLETIM CULTURAL

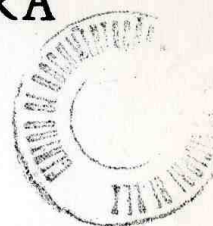
2

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA



12.3.200
2-1294

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA



BOLETIM CULTURAL

NÚMERO 2

1986

anagrafas/vila franca de xira

BOLLETIM CULTURAL

Edição e Propriedade: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Redacção e Administração: Departamento de Acção Socio-Cultural da C. M. V. F. X.
— Rua Serpa Pinto, 65 - 1.º — 2600 Vila Franca de Xira

Direcção: José António Carmo (Vereador do Pelouro da Cultura)

Coordenação: Clara Frayão Camacho

Capa: Victor Manaças. Utilizou desenho de Pier Maria Baldi, representando Vialonga em
Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-69), Madrid, 1933

Composição e impressão: Sociedade Industrial Gráfica Telles da Silva, Lda.
Rua de Campolide, 133 - 1.º Dt.º — 1000 Lisboa

Tiragem: 2.000 exemplares

Depósito Legal N.º 11.535/86

SUMÁRIO

- 5 Cultura — Lugar e Sítio
Daniel Reis Branco (Presidente da Câmara Municipal)
- 7 As eleições administrativas de 1919 no concelho de Vila Franca de Xira
(Contribuição para o estudo dos fenómenos eleitorais concelhios durante a Primeira República)
Anónio Pedro Manique
- 73 Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira — Notícia da parcela 404 - 1
Rui Parreira
- 83 João Félix Rodrigues — Extractos de alguns escritos
José Ermitão
- 95 Henrique Lamas — Um luso invulgar
Júlio Graça
- 101 Povos (Escola Velha), Vila Franca de Xira — Relatório dos trabalhos arqueológicos de campo realizados em 1985
Rui Parreira
- Comunicações apresentadas no Encontro de Museus Locais da Grande Lisboa (Amadora, 22 e 23 de Março de 1986)
- 111 Do antigo ao novo museu — O caso do Museu Municipal de Vila Franca de Xira
Clara Frayão Camacho

- 115 Que fazer desta memória? O estudo da evolução do povoamento na área de intervenção do Museu Municipal de Vila Franca de Xira

Rui Parreira

- 119 Museu Municipal de Vila Franca de Xira — Alguns aspectos do seu projecto museográfico

Vítor Manuel Teixeira Manaças

- 123 Reserva Natural do Estuário do Tejo

António Antunes Dias

- 127 Fontes Documentais — Relatos de viajantes

- 132 Levantamento de literatura popular

- 145 Informações — 1985. Departamento de Acção Socio-Cultural

CULTURA — LUGAR E SÍTIO

Estamos a reincidir na publicação do Boletim Cultural.

Compreende-se facilmente o Boletim, no âmbito do esforço de informação que desenvolvemos.

O Cultural é que exige um esclarecimento, uma justificação.

O desenvolvimento do conhecimento induz distâncias aparentes.

Alguns — poucos — sabem muito, embora de aspectos cada vez mais parcelares da realidade — outros — muitos, sabem pouco para além do que a dureza das suas vidas lhes ensina. Há quem ponha a Cultura nesta diferença.

Contudo, olhando para o que nos cerca, sabemos que existem outros universos para além dos limites do nosso entendimento.

Dentro de nós, abismos ainda não navegados afastam-nos também do domínio total da nossa pessoa.

Quando se consciencializa a imensidade do desconhecido, as distâncias de conhecimento entre os homens surgem reduzidas.

Os oceanos do que não sabemos nivela-nos, define espaços comuns de vivência, torna-nos mais solidários e mais predispostos à aventura colectiva.

Estamos aí, no lugar em que a Cultura é este forte laço que nos liga.

Desbravar o passado, viver o presente, construir o futuro é um mesmo tempo dialéctico de quem só sabe dar sentido ao eu na sua relação com os outros — os de ontem, os de hoje e os de amanhã.

O nosso sítio é esta encruzilhada de caminhos e gentes — Vila Franca de Xira.

Deste terreno múltiplo e fecundo vem o modo natural de querermos repartir o obtido, estimular a busca, questionar os rumos, lançar novas bases no permanente aperfeiçoar do nosso entendimento.

Para nós, Cultura é esta teia que o labor de todos vai entretecendo.

É água, é electricidade, arte, rede viária, saneamento, saúde, escolas, equipamentos, desporto — tudo quanto transforma a vida.

É sobretudo este prazer de estarmos com os outros e de, com o nosso trabalho, continuarmos a transportar a esperança.

DANIEL DOS REIS BRANCO

Presidente da Câmara Municipal

AS ELEIÇÕES ADMINISTRATIVAS DE 1919 NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA

(Contribuição para o estudo dos fenómenos eleitorais
concelhios durante a Primeira República)

ANTÓNIO PEDRO MANIQUE

INTRODUÇÃO

O estudo dos fenómenos eleitorais reveste-se da maior importância para a compreensão do funcionamento dos regimes políticos representativos e da sua evolução ao longo dos tempos.

No campo específico da história política tal estudo torna-se imprescindível à identificação e explicação dos factores que condicionam o comportamento político das populações ao nível de cada região. Permite igualmente comparar os resultados de actos eleitorais diversos e detectar as razões subjacentes às variações comportamentais verificadas por vezes em relação a eleições de natureza diferente, por exemplo, legislativas e administrativas.

Se as eleições legislativas dos diversos períodos da nossa história contemporânea (Liberalismo, Primeira República e mesmo Estado Novo) têm sido objecto de alguns (ainda que escassos) estudos, o mesmo não acontece com as eleições administrativas, hoje mais vulgarmente designadas por eleições locais ou autárquicas.

Com efeito, pouco se sabe (diria mesmo, nada se sabe) sobre os actos eleitorais administrativos dos períodos liberal e republicano: quem se recenseava, quem votava e como votava, quem concorria e quem era eleito para as câmaras municipais e juntas de freguesia, são questões que permanecem por esclarecer ao nível de quase todo o País.

Questões que são, no entanto, de primordial importância para a compreensão dos fenómenos históricos não só locais mas também nacionais. Os órgãos administrativos são parte integrante do aparelho de Estado, daí que seja necessário conhecer as forças sociais que os integram, nas diversas épocas, para que se tornem compreensíveis as relações estabelecidas entre os vários níveis da máquina estatal, e também a forma como se distribui o poder pelas elites locais que controlam a evolução da vida política nas suas áreas de actuação, sobretudo através das câmaras municipais.

O grande interesse que a história local tem vindo a despertar nos últimos anos começa a permitir olhar para os fenómenos locais com uma atenção redobrada. Por um lado, há aspectos da história nacional que não podem ser esclarecidos sem o estudo dos fenómenos locais ou regionais; por outro, as populações vão adquirindo consciência de que a história do seu País é, tem que ser também, a história da sua terra, do seu concelho, da sua região. É da maior importância, aliás, que tal consciência se generalize, para que se compreenda que a história nacional que estudamos teve reflexos ao nível da nossa terra e que os acontecimentos locais se articulam, muitas vezes, com o evoluir dos destinos nacionais.

O presente trabalho inscreve-se nesta preocupação de compreender os fenómenos políticos locais na sua articulação com o todo nacional. O estudo das eleições administrativas de 1919 revela a forma como, no concelho de Vila Franca de Xira, se comportavam politicamente as populações; como se refletiam no concelho os mecanismos eleitorais engendrados pelo regime republicano; como e por quem eram controladas politicamente a câmara municipal e as juntas de freguesia; e também como subsistiu, ao longo de toda a Primeira República, uma contradição entre os comportamentos políticos manifestados nas eleições legislativas e nas eleições locais. Comportamentos esses que, permitindo ao Partido Republicano obter por diversas vezes maiorias nas eleições de deputados, jamais lhe conferiram a vitória ao nível administrativo, pelo que nunca uma lista partidária conseguiu ser eleita para os cargos municipais.

O estudo dos fenómenos políticos não pode deixar de ter em conta os factores económicos, sociais e culturais que os condicionam, daí que se tente uma caracterização sócio-económica do concelho no período em causa, a fim de facilitar a compreensão dos resultados eleitorais. Traça-se também um quadro genérico da evolução histórica do republicanismo no concelho e apresentam-se as linhas gerais do comportamento eleitoral durante a Primeira República tentando-se, assim, reconstituir o ambiente político-social em que decorreram as eleições administrativas, para que os seus resultados adquiram maior significado.

Uma palavra final relativa às dificuldades condicionantes da elaboração de um trabalho desta natureza. A história do concelho de Vila Franca é praticamente desconhecida. Se alguma coisa (pouca) se sabe relativamente ao seu passado mais longínquo, está inteiramente por estudar a sua evolução mais recente, em particular a referente aos séculos XIX e XX. E o conhecimento da história contemporânea é fundamental para a compreensão do que hoje somos, quer em termos nacionais, quer, neste caso, ao nível do concelho.

Mas a História não se inventa. A História faz-se com documentos, com fontes. E as fontes existem, ou deviam existir, nos arquivos. Ora, é aqui que se colocam os problemas fundamentais. Sem arquivos municipais organizados, sem a documentação estar inventariada e classificada, não é possível fazer a história local. E a que, com teimosia, se vai fazendo enferma neces-

sariamente de lacunas e insuficiências resultantes da falta de documentação, ou da mera impossibilidade de a consultar.

Este trabalho não foge à regra. Como não foge à lamentável regra nacional o estado do nosso arquivo concelhio.

É urgente que as coisas melhorem, para que a história do concelho possa continuar a ser escrita.

1. ASPECTOS HISTÓRICOS DA ORGANIZAÇÃO REPUBLICANA NO CONCELHO

1.1. DE 1881 A 1910

As actividades republicanas no concelho de Vila Franca de Xira são quase tão antigas como o próprio Partido Republicano Português. Com efeito, passados apenas cinco anos sobre a constituição do primeiro Directório do P. R. P., fundava-se o primeiro Centro Republicano concelhio, inaugurado a 23 de Outubro de 1881, em Alhandra, por iniciativa de dezasseis republicanos daquela vila, liderados por Lino de Macedo, que assumiria a presidência do Centro, por eleição dos seus correligionários.

Numa época de crise profunda da monarquia e, ao mesmo tempo, de crescimento das forças republicanas, o Centro Republicano Alhandrense depressa se tornou o lugar privilegiado da propaganda anti-monárquica, preocupando desde o início as mais destacadas figuras do regime no concelho, cuja perseguição aos republicanos não se fez esperar.

Debatendo-se com problemas económicos em virtude do reduzido número de sócios, o Centro acabaria por se dissolver, cerca de um ano após a fundação sem que, contudo, diminuísse a actividade dos republicanos, que se juntavam em casas particulares ou estabelecimentos, como acontecia em Vila Franca, em que uma funilaria era o seu centro de reunião.

A fraude e a violência que então caracterizavam os actos eleitorais eram, naturalmente, conhecidas no concelho que constituía «um feudo de caciques, que faziam as eleições do governo que estivesse no Poder», pois «faziam os recenseamentos e as votações como queriam, sem protesto nem fiscalização»¹. Daí que as eleições constituíssem, durante a década de 1880, a principal motivação para as actividades republicanas. O acto eleitoral de 1884 deu certo impulso à organização concelhia, formando-se uma comissão promotora da candidatura republicana de José Jacinto Nunes, comissão que viria a realizar um comício com a presença de Magalhães Lima e que constituiu uma assinalável manifestação anti-monárquica, apesar das dificuldades criadas pelos caciques locais e pelo próprio Administrador do Concelho.

¹ Lino de Macedo, *Apontamentos para a História do Movimento Republicano no Concelho de Vila Franca de Xira (1881-1891)*, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1913, p. 15.

A presença, no concelho, de figuras destacadas do P. R. P. era igualmente aproveitada para manifestações anti-monárquicas. Assim aconteceu em 1885 e 1888 com a deslocação a Vila Franca de Manuel de Arriaga que, na sua actividade de advogado, defendeu no tribunal da vila grupos de republicanos que haviam sido presos e processados judicialmente, em consequência das suas actividades contra o regime estabelecido.

No Congresso do P. R. P. de 1887 esteve presente um delegado concelhio, que apresentou uma proposta de bases de um programa republicano constituída pelos seguintes pontos: abolição da monarquia e supressão de todos os títulos nobiliárquicos; difusão da instrução «materialista», incluindo o ensino profissional; adopção, pelos municípios, das crianças abandonadas; supressão das igrejas, como perniciosas para o desenvolvimento intelectual e material da comunidade; conversão das propriedades religiosas de conventos e confrarias em propriedade do Estado; abolição das sucessões colaterais; supressão de sinecuras e fixação de um máximo para os vencimentos dos empregados estatais; abolição de todos os impostos indirectos; criação de caixas de socorros municipais contra os flagelos da Natureza, os acidentes de trabalho, a velhice e as enfermidades; criação de bancos de crédito popular que fornecessem capitais para o estabelecimento de operários e trabalhadores, com fixação do juro máximo; convocação de um congresso de todas as potências civilizadas, com o fim de provocar o desarmamento geral e a assinatura de um tratado relativo à organização da arbitragem internacional; autonomia municipal, por forma a que o município se tornasse senhor do seu orçamento, da sua administração e da sua polícia; justiça gratuita, com júri correcional e reconhecimento do direito de arbitragem em todas as questões em que as partes assim o requeressem; direito de resistência a todas as ordens ilegais emanadas da autoridade².

Tal proposta, extremamente avançada numa época em que o P. R. P. se debatia com uma certa ambiguidade ideológica e discutia mesmo se devia ou não ter um programa, provocou uma interessante polémica entre o seu autor, Lino de Macedo, republicano enérgico e de pensamento lúcido, e Teófilo Braga, membro do directório do partido, que terá reagido mal aos princípios enunciados. Numa carta datada de 30 de Dezembro de 1887, Lino de Macedo desafia Teófilo Braga e os demais dirigentes do partido, que considerava demasiado conciliadores com a Monarquia, a definirem a sua atitude face ao futuro, pois «se V. Ex.^{as} estão resolvidos a tomar uma atitude enérgica, a entrarem num período de actividade no sentido da propaganda democrática, todos estamos de acordo e todos marcharemos unidos; mas se V. Ex.^{as} querem prosseguir no caminho que têm trilhado até hoje, não estejam com

² Lino de Macedo, *O programa Republicano-Carta ao Sr. Dr. Teófilo Braga*, Porto, Typographia Occidental, 1889, pp. 6-8.

meias palavras, com subterfúgios, digam-no claramente para que aqueles que, como eu, têm sacrificado toda a sua vida à causa republicana, saibam o caminho que devem seguir»³.

A necessidade de um programa para o partido é acerrimamente defendida por Lino de Macedo que considera que «a falta de um programa verdadeiramente definido e elaborado em harmonia com o modo de ser da nossa sociedade, tem sido o único motivo da decadência do Partido e será o da sua morte, se lhe não acudirmos a tempo. Elaborado ele, discutido e aprovado, quem for republicano sincero continuará nas fileiras, batalhando com mais coragem e com muito maior dedicação; os anfíbios e os temerosos podem retirar-se porque não são cá precisos»⁴.

Recorde-se que o «Manifesto e Programa do Partido Republicano Português», da autoria de Teófilo Braga, seria publicado apenas em 1891, estando longe de ser «verdadeiramente definido e elaborado», como pretendia Lino de Macedo.

As reacções ao Ultimato Inglês fizeram-se sentir também em Vila Franca, onde se realizou uma manifestação de protesto, e os acontecimentos de 31 de Janeiro de 1891 mereceram igualmente o apoio concelhio, tendo-se planeado mesmo, nos dias precedentes, a tomada da Câmara Municipal, caso a revolta eclodisse em Lisboa.

Ao nível administrativo, os republicanos iniciaram os seus sucessos em 1889, ganhando a eleição da Junta de Paróquia de Alhandra, a que se seguiu, em 1890, a de Vila Franca. Na Câmara Municipal houve vereadores republicanos desde, pelo menos, 1893, e a partir de então a presidência e a vice-presidência couberam, durante boa parte dos mandatos, a figuras republicanas.

O malogro do movimento de 31 de Janeiro reflectiu-se negativamente nas actividades republicanas do concelho, cujo refluxo conduziu a uma certa indiferença política que caracterizou a década de 1890.

O passo decisivo na organização concelhia do P. R. P. foi dado em 19 de Dezembro de 1901, quando um grupo de 40 indivíduos procedeu à reorganização do partido, elegendo a primeira comissão municipal, nos termos da Lei Orgânica do P. R. P.⁵. Figura central dessa reorganização foi José Dias da Silva que viria a ser o mais destacado vulto republicano do concelho, antes e depois da instauração da República, até ao ano em que faleceu, 1925. A ele me referirei adiante, dado o papel que desempenhou na vida política do concelho.

A partir de 1901, pode dizer-se, o Partido Republicano no concelho não parou de crescer em número e influência. O Centro Republicano de Vila Franca inaugurou-se em 1906 e a propaganda multiplicou-se, designadamente através de periódicos locais e da realização de conferências e reuniões políticas.

³ Id., *ib.*, pp. 23-24.

⁴ Id., *ib.*, pp. 15-16.

⁵ Cf. «Mensagem de Cira», n.º 102, 20 Dez., 1913.

A Câmara Municipal será, a partir de 1905, dominada pelos republicanos, que lhe imprimem um «carácter francamente político-revolucionário»⁶, assumindo a presidência em 1907.

Um significativo indicador da influência do P. R. P. e da consciência republicana da população vilafranquense surge em 1908, quando o governo ditatorial de João Franco nomeia comissões administrativas para as câmaras, num completo desrespeito pela legislação em vigor. A tomada de posse da nova comissão deu origem a incidentes, desencadeados pela atitude do anterior presidente, José Dias da Silva, que se recusou a entregar a chave da sala das sessões e a reconhecer as novas autoridades municipais. Uma manifestação popular ocorreu então na Praça do Município, vaiando a nova comissão e solidarizando-se com o ex-presidente. Por sua vez, a Câmara cessante, na sua última reunião, lavrara um protesto contra a nomeação da nova comissão municipal, considerando-a «um atentado dum poder absoluto que, rasgando a Constituição da Nação Portuguesa e as leis protectoras da liberdade, dos direitos e das regalias dos cidadãos, calca aos pés a autonomia dos dos munícipes»⁷. Os novos dirigentes foram considerados intrusos e nulos os actos que viessem a praticar. Protesto semelhante foi lavrado pela Junta de Paróquia, controlada igualmente pelos republicanos.

As eleições de 1908, realizadas após o regicídio de D. Carlos e a aclamação de D. Manuel II, constituíram em Vila Franca, à semelhança do que se passou noutras zonas do País, uma vitória do Partido Republicano. Nas legislativas de Abril, e após uma campanha eleitoral que trouxe ao concelho Afonso Costa e António José de Almeida, realizando-se comícios e manifestações entusiásticas nas principais freguesias, o número de votos nos candidatos republicanos duplicou relativamente às eleições anteriores; e nas eleições administrativas de Novembro os republicanos decidiram não fazer acordos com os monárquicos para formação de listas e, perante a ausência de candidatura destes, ganharam a Câmara Municipal através de uma lista que incluía alguns independentes.

A evolução dos números relativos a votações nos candidatos republicanos permite-nos acompanhar o crescimento da influência do P. R. P. no concelho. Os 262 votos obtidos por Jacinto Nunes em 1884 subiram para 333 em 1887; nas eleições de 1906 votaram nos republicanos 458 eleitores e em 1908, ano de maior sucesso, António José de Almeida obteve 843 votos. Nas últimas eleições legislativas da Monarquia (Agosto de 1910) os votos republicanos baixaram para 795, mas o monárquico mais votado obteve apenas 317, o que significa uma estrondosa vitória republicana no concelho como aconteceu, aliás, em todo o círculo de Lisboa (vide Quadro 1).

⁶ Idem, n.º 143, Fev., 1915.

⁷ «O Pensamento», n.º 83, 5 Jan., 1908.

QUADRO 1

Evolução do número de votos em candidatos republicanos

Ano	Votos
1884	262
1887	333
1906	458
1908	843
1910	795

(Fontes: — Lino de Macedo, *Apontamentos...*, ob. cit.;
— Periódicos locais).

O concelho de Vila Franca possuía, portanto, uma velha tradição republicana quando em 1910 ocorreu a implantação do novo regime. Por isso se não estranha que, na própria manhã de 5 de Outubro, o povo vilafranquense tenha saído à rua para, entusiasticamente, proclamar a República, ufanando-se mesmo de o ter feito poucos minutos após a proclamação oficial de Lisboa. Com efeito, segundo testemunho de um periódico local, após a chegada da notícia de que em Lisboa era já vitorioso o movimento republicano, «milhares de pessoas correm para os Paços do Concelho, cuja porta foi aberta pelo Presidente da Câmara, o enérgico republicano sr. Dias da Silva e, quando ainda vibrava a última palavra da proclamação oficial em Lisboa, proclamava-se a República em Vila Franca. (...) Depois de Lisboa foi Vila Franca a primeira terra a proclamar oficialmente o novo regime»⁸.

1.2. DE 1910 A 1926

A escassez de fontes não permite, por ora, uma reconstituição segura da vida política do concelho durante o período republicano. Entrevêm-se, no entanto, a partir da documentação disponível, determinadas tendências que permitem formular algumas hipóteses acerca das vicissitudes da organização dos republicanos ao nível local.

Em termos cronológicos parecem desenhar-se dois períodos distintos relativamente à organização das forças republicanas concelhias: o primeiro, que decorre de 1910 a 1917, sensivelmente, foi marcado por uma certa unidade na defesa dos interesses locais, pois havia a consciência de que os republicanos

⁸ Idem, n.º 227, 13 Outubro, 1910.

tinham, no passado, travado «lutas colossais» que «só venceram pela sua união»⁹, a qual parecia indispensável à realização do bem comum; o segundo, período, de 1917 até ao fim da República, caracterizou-se por divergências e oposições que não deixavam de reflectir, obviamente, a própria evolução geral do País, em termos políticos e partidários.

A proliferação de organizações políticas que, a partir de 1911-12, resultou da fragmentação do velho P.R.P. teve, obviamente, ecos no concelho. Em 1913 tentou-se, com alguma insistência, organizar um núcleo evolucionista em Vila Franca, chegando a ser convidado para o integrar José Pereira Palha Blanco, grande proprietário cuja família dominara a vida política no concelho nos fins da Monarquia, mas a sua recusa terá contribuído para inviabilizar a organização local daquela formação partidária¹⁰. Com efeito, não há, nos periódicos locais, qualquer notícia posterior da existência de tal organização e as listas de Comissões Municipais e Paroquiais publicadas pelo jornal «República», órgão do Partido Republicano Evolucionista, também não incluem o concelho de Vila Franca¹¹. Tal não impediu, no entanto, que o médico vilafranquense João Gonçalves, evolucionista, eleito deputado em 1915 e 1919, fosse um dos candidatos mais votados no concelho.

Os Partidos Democrático e Evolucionista eram considerados, em 1913, «partidos dominantes»¹², existindo também Unionistas e Radicais-Socialistas, sendo o Partido Democrático, no entanto, o único agrupamento político com organização concelhia.

Nas eleições legislativas os democráticos venceram, no concelho, em 1915 e 1919, enquanto em 1921 e 1922 os votos se dividiram entre candidatos democráticos e candidatos vilafranquenses pertencentes, estes, a outros agrupamentos políticos. Em 1925 o concelho deu a maioria dos seus votos a dois democráticos e um monárquico, o que não deixou de ser um «sinal dos tempos»¹³.

Algo de diferente se passou, contudo, ao nível das eleições municipais, em que se jogavam os interesses locais e em que a escolha dos titulares dos cargos administrativos recaía em personalidades concelhias, tendo-se verificado, no primeiro período atrás referido, a vitória da convergência de interesses, em detrimento das divisões partidárias.

Com efeito, esse período foi marcado pela existência da «Conjunção Republicana de Vila Franca», organização concelhia congregadora das forças

⁹ «Mensagem de Cira», n.º 102, 20 Dez., 1913.

¹⁰ «Folha Nova», n.º 82, 24 Agosto, 1913.

¹¹ Cf. Manuel Roque Azevedo, *Inquérito sobre o Partido Republicano Evolucionista*, in «Nova História», n.º 2, Dez. 1984, pp. 74-122.

¹² «Folha Nova», n.º 82.

¹³ Assinale-se que a tendência de voto do Concelho nem sempre coincide com a da totalidade do circuito de que Vila Franca é cabeça, daí que seja necessário distinguir os candidatos mais votados no Concelho dos candidatos eleitos.

republicanas, cuja formação e objectivos merecem alguma atenção. A sua génese, em 1913, parece estar relacionada com a agitação política desse ano, traduzida nas intentonas de 17 de Abril e 21 de Outubro, e com o pressentimento de que a República corria perigo. De facto, a imprensa local anuncia em Agosto estar a Conjunção em vias de se formalizar, tendo-se acelerado o processo imediatamente após os acontecimentos de 21 de Outubro, que tiveram expressão no concelho pois os conspiradores monárquicos efectuaram diversos estragos nas linhas telegráficas e telefónicas, sendo mesmo presos alguns suspeitos.

Significativamente, o «Mensageiro de Cira», jornal local, publica a 24 de Outubro (o primeiro número depois da intentona) um destacado anúncio em que se convidam «todos os cidadãos inscritos no registo do Partido Republicano antes de 5 de Outubro de 1910, a tomarem conhecimento da Carta Orgânica da 'Conjunção Republicana de Vila Franca de Xira', agremiação fundada para manter a unidade dos republicanos desta vila e concelho em todos os assuntos de interesse geral da República, que reclamem acção colectiva republicana»¹⁴. O convite é assinado pelo director do jornal, o já referido José Dias da Silva, deputado eleito em 1911 e pertencente ao grupo parlamentar dos Independentes. A sua atitude não está, aliás, desligada do que se passava no Parlamento, já que nesse mesmo ano se assistiu à convergência de esforços de Unionistas, Evolucionistas e Independentes no sentido de constituírem uma alternativa de governo ao Partido Democrático. O organismo unificador então fundado designou-se exactamente por Conjunção Republicana¹⁵, daí que Dias da Silva, significativamente, adoptasse o mesmo nome para a organização fundada em Vila Franca.

A 31 de Outubro realizava-se a assembleia geral da Conjunção Republicana de Vila Franca, que elegia os corpos gerentes e aprovava a 'Carta Orgânica', formalizando-se assim essa organização que pretendia agrupar os «velhos republicanos» e «manter intacta a unidade do antigo Partido sempre que seja preciso defender a República ou fazer progredir o Concelho»¹⁶.

Com efeito, a Carta Orgânica¹⁷ estipula que na Conjunção Republicana se podem inscrever «todos os cidadãos republicanos residentes nesta vila ou concelho, tenham ou não filiação nos partidos políticos da República» (Art.º 1.º), sendo seus objectivos apoiar os que «governem dentro da Constituição Política da Nação, para a defesa do regime republicano, consolidação da República e reconstrução da nacionalidade», bem como defender «as imunidades políticas e administrativas desta vila e concelho e o seu progredimento (sic) político e material» (Art.º 2.º). A Conjunção declarava-se «campo

¹⁴ «Mensageiro de Cira», n.º 96, 24 Out., 1913.

¹⁵ Cf. David Ferreira, *História Política da Primeira República Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Livros Horizonte, 1973, pp. 134-137.

¹⁶ «Mensageiro de Cira», n.º 97, 31 Out., 1913.

¹⁷ Publicada no «Mensageiro de Cira», n.º 97 — Suplemento.

neutro em assuntos políticos partidários» e garantia o «respeito mútuo pela situação partidária» dos seus membros.

Quanto à acção colectiva da Conjunção estabelecia-se uma distinção entre «Interesses gerais» e «Interesses locais», inscrevendo-se nos primeiros a defesa da Pátria e das instituições, o apoio a todas as medidas governativas tendentes a consolidar a República e o combate às candidaturas à representação nacional dos inimigos das instituições. No entanto, em relação às listas apresentadas por republicanos às eleições gerais a Conjunção observaria neutralidade absoluta. Nos interesses locais inscreviam-se as imunidades políticas e administrativas do concelho, o progresso material, a administração dos corpos e corporações públicas e a promoção da instrução do povo, prometendo-se trabalhar pela «constituição de empresas de fomento local, associações e sociedades de desenvolvimento intelectual e físico».

Para efeitos de eleições locais previa-se a «organização de listas de gerentes honestos e competentes, recrutados em todos os campos», listas essas que resultariam do acordo de todos os agrupamentos políticos cujos representantes seriam convocados para reuniões com esse fim.

Eis, portanto, a fórmula organizativa encontrada para a defesa e prossecução dos interesses locais, procurando ultrapassar-se as querelas partidárias. Com efeito, entre os 47 cidadãos inscritos à data da formalização da Conjunção existiam «radicais-socialistas, democráticos, unionistas e evolucionistas»¹⁸.

A primeira tarefa da Conjunção foi a preparação da lista para as eleições municipais de Novembro de 1913, formada de acordo com o estipulado e na qual participaram membros do «único agrupamento político organizado» na vila (o P. R. P.), cidadãos sem filiação partidária e outros até então afastados da actividade política, mas que resolveram colaborar «na obra da reforma da vida municipal e do desenvolvimento do concelho»¹⁹.

A eleição decorreu, portanto, sob o signo da lista única, situação que se repetiria em 1919. Curiosamente, nas eleições paroquiais de 1913, bem como nas municipais de 1917, os democráticos formaram lista própria, defrontando os independentes, tendo sido vencidos ao nível do concelho.

Nos fins do período republicano, em 1925, voltam a surgir duas listas, o que traduz as divergências gerais atrás referidas.

Pode concluir-se, portanto, que boa parte da vida política concelhia foi marcada pela convergência de vontades, numa tentativa de colocar acima das questões partidárias os interesses locais, circunstância que não seria alheia ao facto de nenhum dos agrupamentos em presença ser suficientemente forte para hegemonizar o processo político ao nível do Concelho.

¹⁸ Idem, n.º 97.

¹⁹ Idem, n.º 99, 22 Nov., 1913.

1.3. O COMPORTAMENTO ELEITORAL DO CONCELHO: ASPECTOS QUANTITATIVOS

— Capacidade eleitoral e população recenseada

A legislação do período republicano foi bastante restritiva na concessão do direito de voto. Se em 1911 se consideravam eleitores «todos os portugueses maiores de 21 anos (...), residentes em território nacional», desde que soubessem ler e escrever ou fossem chefes de família²⁰, o que permitia, embora se tratasse apenas da população masculina, um número de votantes relativamente alargado, logo em 1913 se alterou a regra, passando a ter capacidade eleitoral apenas «os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de 21 anos (...) que saibam ler e escrever português e residam no território da República Portuguesa»²¹. Excluía-se ainda os militares (que readquirem o direito de voto em 1915), os alienados, falidos, indigentes, condenados e estrangeiros naturalizados há menos de dois anos.

Esta regra manteve-se até aos fins da República (exceptuando-se apenas o ano de 1918 em que, nas eleições de Sidónio Pais, se voltou a conceder o voto a toda a população masculina, sem cuidar de analfabetismos, sendo tal legislação revogada logo no ano seguinte), o que não deixa de constituir uma gritante contradição de um regime que se implantara prometendo exactamente o contrário, ou seja, uma ampla democratização da vida política, que passava, obviamente, pelo sufrágio universal, inscrito no programa do Partido Republicano desde 1891. Mas o receio de que as massas analfabetas, especialmente rurais, se deixassem arregimentar pelas forças monárquicas pondo em risco a República, justificará a negação do direito de voto à maioria da população.

Tais restrições levaram a que os votantes constituíssem uma escassa minoria da população do País, devendo atender-se ainda aos elevados níveis de abstenção que caracterizaram todo o período.

Vejamos o que se passa no concelho de Vila Franca de Xira, primeiro com o recenseamento e depois com os votantes.

Em relação ao recenseamento deve assinalar-se que, além de não ser obrigatório, ele era ainda extremamente incómodo. Com efeito, o cidadão que desejava recensear-se tinha que fazer um requerimento às autoridades locais, devendo comprovar a idade e a capacidade de ler e escrever, e além disso a Junta de Freguesia ou o Regedor deviam atestar que o requerente residia há mais de seis meses na freguesia por onde requeria a inscrição no recenseamento. Acrescente-se ainda que o requerimento deveria ter a assinatura reconhecida pelo notário ou, em alternativa, ser feito e assinado na presença do

²⁰ Decreto de 14 de Março de 1911.

²¹ Lei n.º 3, de Julho, 1913.

Presidente da Junta de Freguesia, sendo então necessárias assinaturas de duas testemunhas! ²²

Eram tais as dificuldades colocadas ao cidadão que desejava recensear-se que o resultado era, em boa parte dos casos, a desistência pura e simples. Por isso no concelho de Vila Franca o número de recenseados raramente ultrapassou os 51 % dos recenseáveis, ou seja, dos cidadãos com capacidade activa de voto, percentagem que tem de considerar-se baixa relativamente ao todo nacional, uma vez que o total de recenseados frequentemente rondou ou ultrapassou mesmo os 80 % dos recenseáveis. O Quadro 2 mostra, para dois

QUADRO 2

Relação entre população total do Concelho, população recenseável e população recenseada

Anos	População do Concelho	População masculina com idade superior a 20 anos	População recenseável	N.º de recenseados	% dos recenseados sobre os recenseáveis
1911	18.990	5.373	5.373 (b)	3.305	62 %
1921	20.237 (a)	5.535 (a)	2.027 (c)	1.037	51 %

(a) Números aproximados, correspondentes ao Censo Populacional de 1920.

(b); (c) Números aproximados, calculados com base nos Censos de 1911 e 1920, respectivamente.

(Fontes: Censos de População (1911, 1920); Cadernos Eleitorais (1911, 1921)).

QUADRO 3

Evolução do número de recenseados no Concelho

Anos	N.º de recenseados	Anos	N.º de recenseados
1911	3.305	1921	1.037
1913	1.075	1922	1.043
1915	1.214	1925	1.417
1919	1.035		

(Fonte: Cadernos Eleitorais).

²² Cf. António L. C. Rodrigues, *Código Eleitoral Atualizado*, Coimbra, 1921, pp. 15-33.

momentos, a relação entre a população do concelho, a população recenseável e a recenseada, enquanto o Quadro 3 permite verificar a evolução do número de recenseados.

Pela análise dos quadros se conclui que cerca de metade da população recenseável e, portanto, potencialmente votante, se alheava do recenseamento, atitude por certo condicionada, ao menos em parte, pelos obstáculos atrás referidos.

Por outro lado, é fácil constatar que o sistema eleitoral de 1921 que foi, afinal, o de quase todo o período republicano, corresponde a uma evolução negativa, em termos de legitimidade política, porquanto é altamente restritivo no que concerne à participação popular na vida política nacional, o que pode verificar-se pela comparação dos quocientes de representação inerentes aos dois sistemas.

QUADRO 4

Quocientes de representação em 1911 e 1921 ²³

Ano	Quociente de representação dos votantes potenciais	Quociente de representação dos recenseados
1911	3,5	5,7
1921	10	19,5

Ora, se em 1911 cada votante potencial representava entre 3 e 4 pessoas, em 1921 passa a representar 10, enquanto cada recenseado, que em 1911 representa menos de 6 pessoas, passa a representar quase 20 em 1921. Esta característica do sistema eleitoral da República põe em causa, obviamente, um regime cuja legitimidade assentava na soberania popular.

— População votante

Se era reduzido o número de recenseados mais restrito era ainda o número daqueles que exerciam o direito de voto. Nos elevados índices de abstenção verificados em todo o período republicano pesavam, para além do geral desinteresse e indiferença suscitados pelo regime a partir de certa altura, a divisão do concelho num reduzido número de assembleias eleitorais que obrigava a morosas deslocações por parte de quem se propunha votar.

²³ O Quociente de Representação obtém-se dividindo: para o 1.º caso, a população total pelo número de recenseáveis (ou votantes potenciais); para o 2.º caso, a população total pelo número de recenseados.

Em 1911 adoptou-se a divisão do concelho em 6 assembleias eleitorais, que coincidiam, excepto em dois casos, com as freguesias (vide Mapa 1), o que facilitava o exercício do voto.

Eram as seguintes essas assembleias:

- 1.^a Assembleia — Vila Franca e Povos
- 2.^a » — Cachoeiras
- 3.^a » — Alverca e Calhandriz (sede em Alverca)
- 4.^a » — Vialonga
- 5.^a » — Castanheira
- 6.^a » — Alhandra e S. João dos Montes
(sede em Alhandra)

Apesar de tudo a percentagem de votantes ficou-se pelos 51 % dos recenseados.

Nas eleições de 1918, em que o regime autoritário de Sidónio Pais pretendia legitimar-se pelo voto, adoptou-se divisão semelhante com o objectivo de conseguir maior adesão popular, uma vez que fora concedido direito de voto também aos analfabetos. A pequena alteração introduzida consistiu em agregar a freguesia de Cachoeiras à de Castanheira e separar as de Alhandra e S. João dos Montes. Mesmo assim, é curioso salientar, as eleições sidonistas foram, em termos proporcionais, as menos participadas de todas as legislativas, quedando-se os resultados pelos 36 % dos recenseados.

Uma única freguesia, a de Castanheira, apresentou uma percentagem de votantes da ordem dos 71 %, o que não estará desligado de fenómenos de influências pessoais ou de caciquismo, pois era nessa freguesia que residia e estava recenseado António José Pereira Palha, grande proprietário, conhecido pelas suas ideias conservadoras e cuja família, como já atrás foi referido, dominara a política concelhia nos fins do regime monárquico. Saliente-se que, embora tal família não apareça envolvida nas actividades políticas do concelho durante toda a Primeira República, demonstrando a sua oposição ao regime, António José Pereira Palha foi o escolhido para presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal em 1918, quando o regime sidonista procedeu à dissolução das câmaras anteriormente eleitas, substituindo-as por comissões de nomeação governamental.

Durante todo o restante período republicano o concelho manteve-se dividido em três únicas Assembleias de Voto, definidas pelo Decreto n.º 188, de 27 de Outubro de 1913, e assim constituídas: (Mapa 1)

- | | |
|--|---|
| 1. ^a Assembleia — Vila Franca | { Vila Franca
Povos
Cachoeiras
Castanheira |
|--|---|

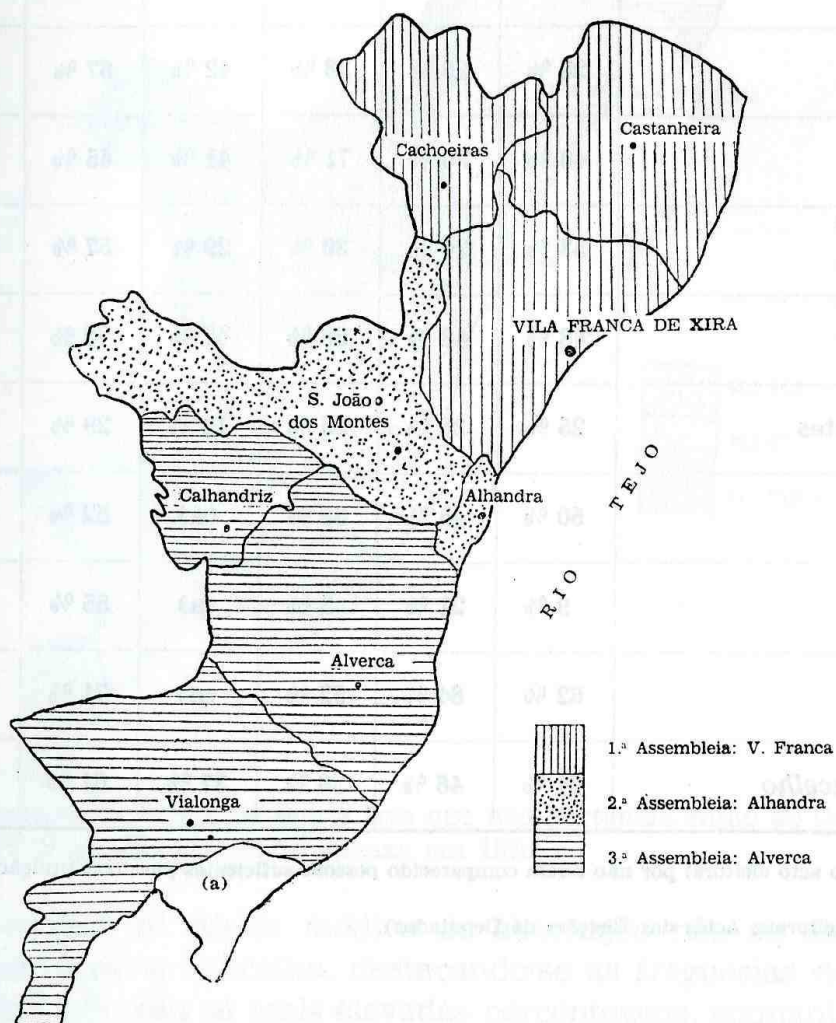
2.^a Assembleia — *Alhandra* { Alhandra
S. João dos Montes

3.^a Assembleia — *Alverca* { Alverca
Calhandriz
Vialonga

Tal significa que, se as populações de Vila Franca, Alhandra e Alverca, sedes das assembleias, podiam facilmente exercer o direito de voto, as das restantes freguesias eram obrigadas a deslocar-se de vários quilómetros, o que, numa época em que os transportes públicos eram praticamente inexistentes nessas zonas, constituía um sério obstáculo à participação na vida política.

MAPA 1

Concelho de Vila Franca de Xira
(Assembleias Eleitorais e zonas componentes)



(a) Freguesia da Póvoa de Santa Iria que não pertencia então ao Concelho, tendo sido nele integrada apenas em 1926.

Acresce que, ao contrário do que se passa actualmente, as mesas de voto funcionavam apenas durante duas horas, circunstância que limitava ainda mais as possibilidades de votação das populações mais afastadas.

O Quadro 5 mostra as percentagens de votantes em todas as eleições legislativas realizadas no concelho:

QUADRO 5

**Percentagem de votantes (sobre os recenseados)
nas eleições legislativas**

Freguesias	Anos						
	1911	1915	1918	1919	1921	1922	1925
Vila Franca	67 %	50 %	29 %	47 %	65 %	53 %	59 %
Povos	28 %	25 %	38 %	42 %	67 %	58 %	22 %
Castanheira	40 %	30 %	71 %	41 %	45 %	54 %	65 %
Cachoeiras	53 %	20 %	30 %	29 %	57 %	55 %	48 %
Alhandra	48 %	48 %	38 %	47 %	72 %	45 %	59 %
S. J. dos Montes	25 %	36 %	25 %	13 %	29 %	16 %	38 %
Alverca	50 %	45 %	38 %	(a)	52 %	46 %	65 %
Calhandriz	9 %	21 %	3 %	(a)	55 %	38 %	46 %
Vialonga	62 %	64 %	52 %	(a)	71 %	45 %	55 %
<i>Média do Concelho</i>	51 %	46 %	36 %	37 %	61 %	48 %	58 %

(a) Não se realizou o acto eleitoral por não terem comparecido pessoas suficientes para constituição da mesa.

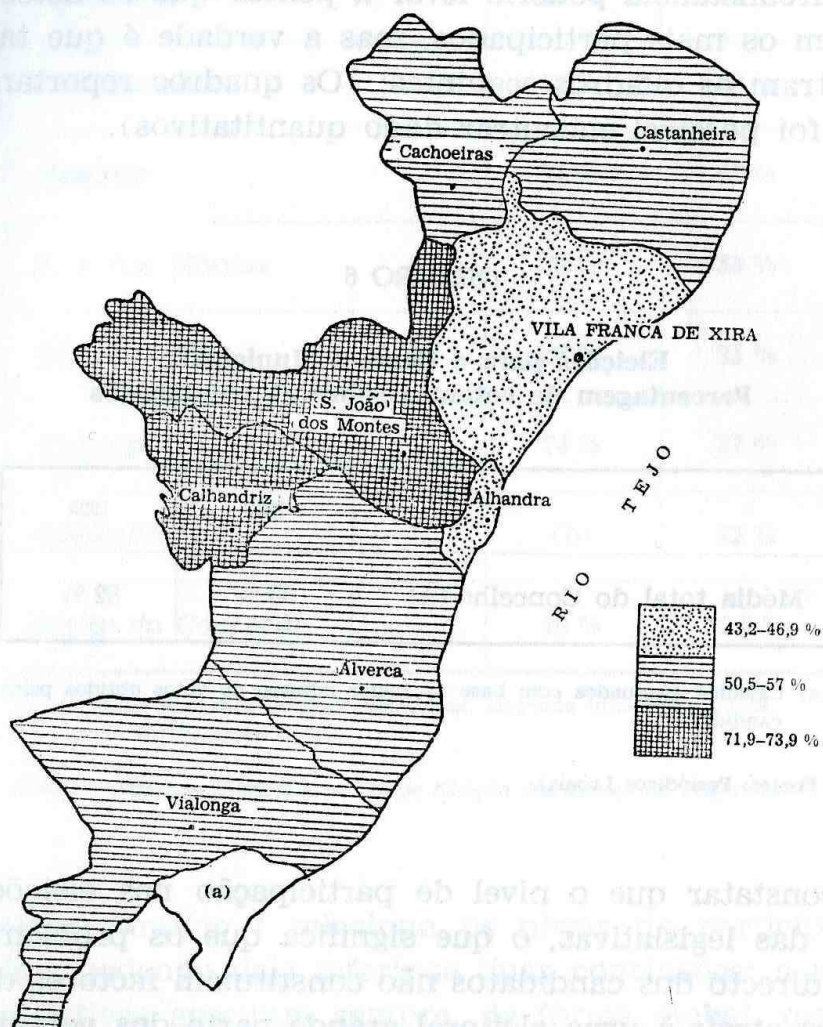
(Fontes: Cadernos Eleitorais; Actas das Eleições de Deputados).

Verifica-se que a média total de votantes, no conjunto dos actos eleitorais, é de 48 %, o que evidencia a fraca participação popular na vida política durante o período republicano, fenómeno que se articula, aliás, com a situação vivida em quase todo o país, embora as percentagens nacionais fossem frequentemente superiores, em especial para os fins da República, em que rondaram os 70 %

MAPA 2

Concelho de Vila Franca de Xira

(Níveis médios de abstenção nas eleições legislativas durante a Primeira República, exceptuando-se o acto eleitoral de 1918)



(a) Freguesia da Póvoa de Santa Iria que não pertencia então ao Concelho, tendo sido nele integrada apenas em 1926.

Saliente-se que os níveis médios de abstenção não se distribuem uniformemente por todo o concelho, destacando-se as freguesias de S. João dos Montes e Calhandriz com as mais elevadas percentagens, enquanto Vila Franca e Alhandra primam pelos valores mais baixos, situando-se as restantes freguesias nos escalões intermédios do abstencionismo (vide Mapa 2).

Quanto às eleições administrativas não possuímos, infelizmente, dados referentes a todos os actos eleitorais, que tiveram lugar em 1913, 1917, 1919, 1922 e 1925. Existem, no entanto, dados parciais que podem servir de indicadores para se aferir a participação popular nas eleições locais.

Deve salientar-se que as eleições para a Câmara Municipal e para as Juntas de Freguesia decorriam em dias diferentes, o que obrigava a um duplo incómodo para os eleitores. Por outro lado, se nas eleições municipais, tal como para as legislativas, funcionavam as três assembleias de voto referidas, nas eleições das Juntas de Freguesia a votação realizava-se na sede da própria freguesia, sendo estas, portanto, as eleições menos incómodas para o eleitorado. Essa circunstância poderia levar a pensar que os actos eleitorais de freguesia seriam os mais participados, mas a verdade é que tal não acontecia, como mostram os quadros seguintes: (Os quadros reportam-se aos anos para os quais foi possível encontrar dados quantitativos).

QUADRO 6

**Eleições para a Câmara Municipal:
Percentagem de votantes sobre os recenseados**

	1913	1925
Média total do Concelho (a)	30 %	52 %

(a) Cálculos efectuados com base no maior número de votos obtidos pelos candidatos.

(Fontes: Periódicos Locais).

Fácil é constatar que o nível de participação nas eleições municipais não excedia a das legislativas, o que significa que os problemas locais e o conhecimento directo dos candidatos não constituíam factores de mobilização suficientes para atrair à urna eleitoral grande parte dos votantes potenciais.

Ressaltam do Quadro 7 duas conclusões óbvias: por um lado, a irregularidade na participação das várias freguesias, por outro a baixa média global do concelho, que é inferior à das restantes eleições, apesar da circunstância favorável já referida. Os actos eleitorais de freguesia são mesmo os menos participados, podendo estabelecer-se uma hierarquia dos três tipos de eleições: quanto mais reduzido é o seu âmbito, menor é a participação do eleitorado.

QUADRO 7

Eleições das Juntas de Freguesia: percentagem de votantes sobre os recenseados

Freguesias	Anos	
	1917	1919
Vila Franca e Povos (a)	35 %	8 %
Cachoeiras	49 %	30 %
Castanheira	73 %	39 %
Alhandra	74 %	23 %
S. J. dos Montes	30 %	33 %
Alverca	26 %	25 %
Vialonga	74 %	37 %
Calhandriz	(b)	73 %
<i>Média do Concelho</i>	46 %	20,3 %

(a) As duas freguesias estavam agregadas, elegendo uma única Junta.

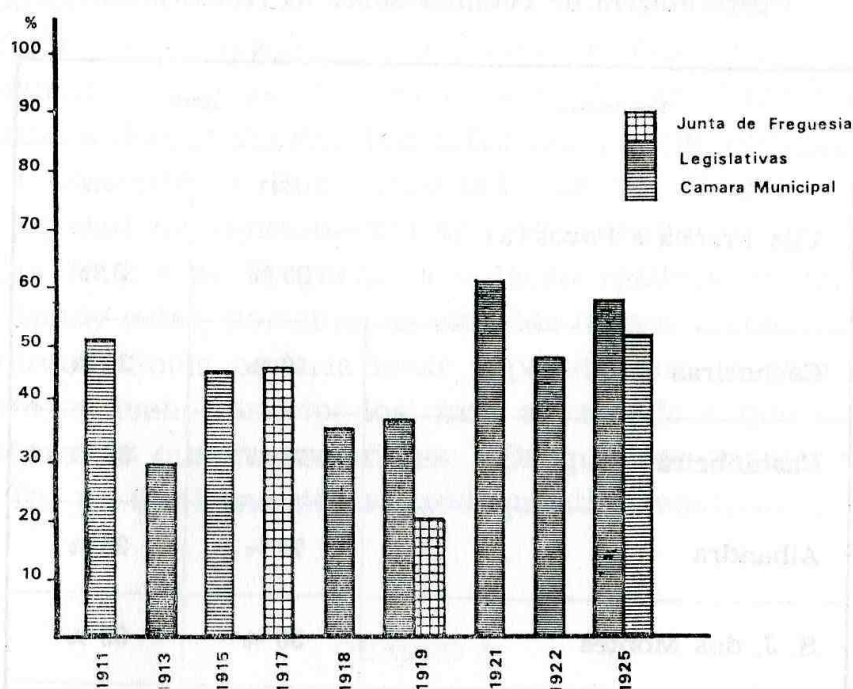
(b) Não se encontraram dados.

(Fontes: Cadernos Eleitorais; Actas de Eleição das Juntas de Freguesia).

Finalmente, o Gráfico I relaciona os níveis de participação nos três tipos de eleições, podendo dele inferir-se duas conclusões: a primeira é que as eleições legislativas suscitam sempre, de forma global, maior adesão da população potencialmente votante do que as administrativas, fenómeno que se prende, certamente, quer com a acuidade dos problemas nacionais, quer, sobretudo, com a mobilização e entusiasmo que provocavam as campanhas eleitorais, praticamente inexistentes para as eleições administrativas; a segunda conclusão é que as votações são mais elevadas nos anos extremos da República do que nos intermédios, fenómeno que se relaciona com a própria evolução geral do regime.

GRÁFICO 1

Percentagens de votantes nas eleições Legislativas, Camarárias e de Freguesia



(Fontes: Cadernos Eleitorais, Actas, Periódicos).

Se em 1911 se ultrapassa os 50 % (recorde-se que ao nível do País a votação não excedeu então os 60 % do eleitorado), nos anos seguintes há um declínio que não deixa de relacionar-se com o «desencanto» que começava a generalizar-se: a degradação do poder de compra, os conflitos sociais, as greves e a repressão que se lhes seguiu, as constantes conspirações e revoltas, a instabilidade política, e a própria despolitização das populações, foram factores geradores de indiferença e desinteresse que as afastaram das urnas eleitorais. Os anos de 1918 e 1919 marcam os pontos mais altos da abstenção eleitoral. Se exceptuarmos a eleição de 1918, que não é comparável às outras em função das já referidas alterações no recenseamento, podemos considerar o ano de 1919 como o de menor participação eleitoral, o que está, aliás, inteiramente de acordo com os resultados nacionais e distritais, já que em Lisboa se registou então uma abstenção de quase 80 % ²⁴.

A partir de 1921 evidencia-se um aumento significativo do número de votantes, à semelhança, uma vez mais, do resto do País. A explicação para tal fenómeno não é simples nem pode circunscrever-se ao nível estritamente local, uma vez que a evolução conjuntural do País não pode ter deixado de influenciar os resultados verificados no concelho. Se, por um lado, se verificavam

²⁴ Cf. A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, Palas Editores, Lisboa, 1973, p. 259.

sinais positivos na evolução económica, por outro, a crescente violência e a «desordem» que caracterizaram os últimos anos da República começavam a alimentar simpatias pelas soluções autoritárias cujos ecos chegavam da Itália mussoliniana e da Espanha riverista.

A crescente influência das forças políticas de direita pressente-se também no concelho, especialmente aquando das eleições de 1925. A propósito da formação de uma lista, aparentemente ligada a tais forças, para as eleições municipais, o periódico «Vida Ribatejana», dirigido por um republicano, verbera «a montureira pútrida de ambições insofridas», que «fermenta há muito tempo na sombra, esperando o momento do assalto», considerando que «o concelho de Vila Franca tem hoje suspenso sobre a sua existência gloriosa e secular, o gládio que pode aniquilá-lo»²⁵.

Nas eleições legislativas realizadas dias antes o concelho tinha votado maioritariamente, a par de dois candidatos do Partido Democrático, um candidato monárquico!

Algo estava a mudar, na verdade. Eram os «sinais dos tempos», que no ano seguinte, trariam o fim da República.

2. AS ELEIÇÕES ADMINISTRATIVAS DE 1919

2.1. ENSAIO DE CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DO CONCELHO

— Actividades económicas e evolução social

A inexistência de estudos de índole económica e social (e outros) relativos ao concelho, para a época a que se reporta este trabalho, dificulta a caracterização socio-económica do mesmo, indispensável à boa compreensão dos fenómenos políticos em análise. Tentarei, no entanto, esboçar as linhas gerais dessa caracterização, a qual não poderá ultrapassar o nível superficial, em virtude do carácter precário das fontes disponíveis.

Analisemos, pois, os escassos dados económicos de que dispomos.

Creio poder dizer-se que se inicia exactamente neste período a transição de um concelho agrícola para um concelho industrial.

Em 1913 o Anuário Comercial considerava Vila Franca um «centro agrícola de primeira importância», cujos campos férteis, as Lezírias do Tejo, produziram cerca de 100.000 hectolitros de cereais. A riqueza agrícola do concelho continuará a ser atestada nos anos seguintes pelas referências a grandes lavradores e agricultores, horticultores, viti-vinicultores, produtores de cereais e frutas e criadores de gado. Abundam igualmente as referências a lagares de azeite e a estabelecimentos especializados na venda de adubos de diversos

²⁵ «Vida Ribatejana», n.º 183, 22 Nov. 1925.

tipos, enquanto existiam várias sociedades exportadoras de frutas e diversos indivíduos que igualmente se dedicavam a essa actividade.

A existência de uma feira de gado no mês de Maio, para além da feira de Outubro que, sendo geral, incluía também as espécies animais, comprova a importância da criação de gado em todo o concelho, destacando-se a Companhia das Lezírias na produção de gado ovino, bovino e cavalar. Vinho, cereais, azeite, fruta, produtos hortícolas e gado seriam, portanto, as principais produções deste sector, que ocupava, em 1911, 56,4 % da população activa do concelho e que em 1930 continuava a ocupar 46,6 % da mesma população (vide Quadro 8).

A formação de um Sindicato Agrícola, em 1911, indica igualmente a importância deste sector da economia.

A pesca e a salicultura eram também actividades de relevo na época, embora não seja possível quantificar a sua importância. Mas ainda em 1944 Francisco Câncio considerava Vila Franca um dos principais portos de pesca da área do Tejo ²⁶.

A indústria desenvolve-se a bom ritmo neste período. Se no início do regime republicano se registavam apenas uns escassos dois ou três estabelecimentos fabris, em 1917 contam-se já 16 fábricas, ascendendo o seu número a 83 em 1930.

Com efeito, a «Estatística Industrial» de 1917 dá-nos conta dos estabelecimentos industriais e respectivo número de trabalhadores ²⁷ (ver quadro da página 29).

Além destes estabelecimentos fabris, registem-se, em 1919, mais 2 fábricas de curtumes, 4 fábricas de telha e tijolo, 1 fábrica de cortiças e 1 de gasosas e pirolitos ²⁸. Ou seja, um total de 24 estabelecimentos industriais, sem contar com as numerosas pequenas oficinas de carpintaria, serralharia, tornearia mecânica, construção e reparação de carros (de tipo agrícola), olaria, tanoaria e cantaria. Há igualmente notícia da existência de 2 tipografias e 2 fabricantes de pás agrícolas.

Verifica-se, pois, a posição destacada dos têxteis, que utilizavam motores de vapor e explosão com uma potência de 690 H.P., logo seguidos do ramo da construção civil, com uma potência de 525 H.P., e das indústrias alimentares, com destaque para a moagem, com 514 H.P. Na indústria moageira evidenciava-se a Companhia Industrial de Vila Franca e Bonfim, sediada em Lisboa, mas com uma importante fábrica em Vila Franca.

De salientar que todos estes estabelecimentos se situavam nas freguesias de Vila Franca e Alhandra devido, entre outras razões, às boas condições

²⁶ Cf. Francisco Câncio, *Subsídios para a História Económica do Ribatejo*, Lisboa, 1944, Fascículo 3, p. 80.

²⁷ Estatística Industrial — Ano de 1917, in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 116, Lisboa, I. N., 1926.

²⁸ Cf. *Anuário Comercial de Portugal*, 1919.

Ramo de Indústria	N.º de estabelecimentos fabris	N.º de operários empregados
Fornos de cal	2	10
Fábricas de cimento	2	84
Oficinas de serralharia	4	41
Moagem de cereais	1	49
Moagem de cereais e descasque de arroz	1	13
Fábrica de azeite	1	6
Destilação de aguardente	1	4
Cardação, fiação e tecelagem de lã e algodão	1	227
Fiação de lã	1	48
Fiação e tecelagem de algodão	1	636
Oficinas de correaria	1	3
<i>Totais</i>	16	1.121

de acostagem dos barcos, podendo os seus portos ser considerados entre os mais importantes portos fluviais do Tejo ²⁹.

Em 1930 o «Registo do Trabalho Nacional» ³⁰ refere 83 estabelecimentos industriais, devendo-se tal aumento em especial às indústrias alimentares, que possuíam então 65 unidades, tendo crescido igualmente o sector das peles e registando-se também a existência de 1 fábrica de produtos químicos e outra de madeira e mobiliário, embora de pequena dimensão.

Sector em desenvolvimento, a indústria, que em 1911 ocupava apenas 2.329 pessoas, ocupará 4.809 em 1930 (vide Quadro 8), o que se traduz num aumento para mais do dobro dos trabalhadores industriais, índice extrema-

²⁹ Cf. F. Cância, *ob. cit.*, Fascículo 2, p. 63.

³⁰ Cf. Registo do Trabalho Nacional, in *Boletim do Trabalho Nacional*, n.º 150, Lisboa, I. N., 1931.

mente significativo numa população que, nesse lapso de 19 anos, cresce pouco mais de 5.000 pessoas.

O dinamismo e importância do sector industrial reflecte-se também na existência de uma Associação de Classe dos Operários da Construção Civil, uma Cooperativa União Operária Vilafranquense e uma Associação das Classes Trabalhadoras (que podia ou não incluir trabalhadores agrícolas), além de uma Associação Fraternal dos Artistas Vilafranquenses, de carácter mais mutualista.

O papel relevante dos transportes efectuados pelo rio Tejo é comprovado pela existência de uma Associação da Classe Marítima e duas Associações de Classe dos Descarregadores, sediadas em Alhandra e Vila Franca.

Todos estes organismos de classe revelam a crescente importância e consciencialização do proletariado do concelho.

Quanto ao sector comercial, predominava, naturalmente, o pequeno comércio, embora se registem alguns estabelecimentos de certa envergadura, especialmente nos ramos dos cereais, adubos e tecidos. Comércio por grosso era feito também pelos produtores de vinhos, azeite, fruta e cereais.

O Anuário Comercial de 1919 regista cerca de 300 estabelecimentos e comerciantes de todos os ramos, metade dos quais situados na sede do concelho. Este sector era, naturalmente, o que ocupava menor percentagem da população activa, tanto mais que a maior parte dos estabelecimentos funcionava apenas com os respectivos proprietários.

Um outro indicador do dinamismo económico do concelho é a existência de grande quantidade de agências bancárias e seguradoras. Em 1919 tinham agentes no concelho 22 companhias de seguros e 25 bancos (eram apenas 12 em 1911), o que traduz a grande movimentação de capitais subjacente ao desenvolvimento económico então verificado.

A estrutura dos impostos percebidos pela Câmara é um indicador da importância relativa dos três sectores da economia: segundo periódicos da época, tal estrutura era composta de três partes sensivelmente iguais, significando que cada um dos sectores contribuía com $\frac{1}{3}$ da riqueza concelhia.

Em suma, estamos perante um concelho caracterizado pelo dinamismo e desenvolvimento económico, concelho que, sem abandonar as tradicionais actividades agrícolas, envereda decisivamente pela industrialização, através da qual virá a transformar-se profundamente alguns anos mais tarde.

A evolução sócio-profissional da população do concelho é um importante elemento indicador das transformações por ele sofridas no período considerado.

A inexistência de dados sobre a classificação profissional para o ano de 1920 (os quais não foram publicados no Censo desse ano), obrigaram-me

a utilizar os Censos de 1911 e 1930 para verificar a tendência evolutiva desse lapso de tempo, evidenciada no Quadro 8.

Importa, contudo, fornecer uma explicação de carácter metodológico relativa aos critérios subjacentes ao tratamento dos dados nele apresentados. O primeiro problema é que são diferentes as classificações profissionais utilizadas nos dois Censos, o que obrigou à integração das mesmas num conjunto de agrupamentos profissionais que, por um lado comparasse aquelas classificações sem as distorcer demasiado, e por outro pudesse abarcar as profissões dos recenseados, colhidas nos cadernos eleitorais. A tipologia utilizada no Quadro 8 pareceu-me adequada a estes dois objectivos, embora seja, obviamente, discutível. A segunda questão prende-se com o conceito de população activa aqui utilizado. Também nessa matéria divergem os dois Censos, pois se o de 1930 designa por «população activa» os indivíduos que exercem uma profissão e os membros da família auxiliando os respectivos chefes, o de 1911 classifica a população apenas em «pessoas exercendo uma profissão» e «pessoas de família sem ocupação lucrativa», sem explicar se, neste último grupo, se incluem ou não os eventuais auxiliares dos chefes de família. Esta diferenciação seria importante, sobretudo para as actividades agrícolas e comerciais, em que alguns membros da família podem ter papel importante como complemento do trabalho do respectivo chefe.

A solução adoptada neste trabalho foi a de considerar «população activa», para 1930, todos os indivíduos abrangidos no Censo por essa designação, e para 1911 apenas os que exercem uma profissão, parecendo ser esta a forma de melhor evitar uma grande distorção dos dados. Assim, os números relativos a 1911 pecarão por defeito, devendo salientar-se, no entanto, que em relação ao grupo 5, em que a distorção podia ser mais sensível, não há alteração significativa nas percentagens relativas aos dois anos considerados se se tomar como base de comparação toda a população (activa e não activa) classificada nesse grupo. Parece, portanto, aceitável o critério seguido, o que não exclui, obviamente, a existência de outros.

Apresentada esta necessária explicação prévia, passemos então à análise do Quadro 8.

Verifica-se, no decurso deste período, uma diminuição das percentagens relativas aos grupos 1 e 3 (profissões liberais e comércio), cujo crescimento não acompanhou o dos restantes grupos, ao mesmo tempo que cresce significativamente a percentagem do pessoal administrativo, revelando uma complexificação da burocracia inerente, aliás, ao desenvolvimento económico da época. O grande salto verificado no grupo 4 (pessoal da segurança) deve-se ao facto de ter passado a existir no concelho uma unidade militar e também ao crescimento do pessoal doméstico.

As alterações dos grupos 5 e 6 são as mais significativas, em termos globais, e comprovam as transformações estruturais que começavam a operar-se. Uma importante redução da percentagem de mão-de-obra agrícola (que se aproxima bastante da verificada ao nível do País no mesmo período), e um

QUADRO 8

Evolução da população activa do Concelho (a)

Grupos profissionais	1911		1930	
	N.º	%	N.º	%
1 — Profissões científicas, técnicas, artísticas e similares	94	1,2 %	108	0,8 %
2 — Pessoal administrativo e trabalhadores similares	33	0,4 %	228	1,6 %
3 — Pessoal do comércio	890	11 %	918	6,5 %
4 — Pessoal dos serviços de protecção e segurança e dos serviços pessoais e domésticos	173	2,1 %	1.485	10,5 %
5 — Agricultores, criadores de animais, trabalhadores agrícolas e florestais e pescadores	4.548	56,4 %	6.582	46,6 %
6 — Trabalhadores da indústria e condutores de máquinas e transportes	2.329	28,9 %	4.809	34 %
<i>Total</i>	8.067		14.130	

(Fontes: Censos Populacionais de 1911 e 1930).

(a) Os Censos Populares de 1911 e 1930 apresentam classificações profissionais divergentes entre si, diferindo igualmente da adoptada neste trabalho. Tentei, no entanto, integrar aquelas classificações nos agrupamentos presentes.

significativo crescimento da mão-de-obra industrial, são indicadores que confirmam a ideia-chave atrás referida: iniciara-se a transição de uma economia agrícola para uma economia assente na indústria, tendência que se acentuaria nos anos subsequentes ao período de que nos ocupamos.

Significa isto, em suma, que o ano de 1919, que aqui nos interessa particularmente, é atravessado por esta transformação socio-económica, que se reflecte, aliás, na estrutura da população recenseada, como adiante se verá.

— *Estrutura etária e níveis de instrução*

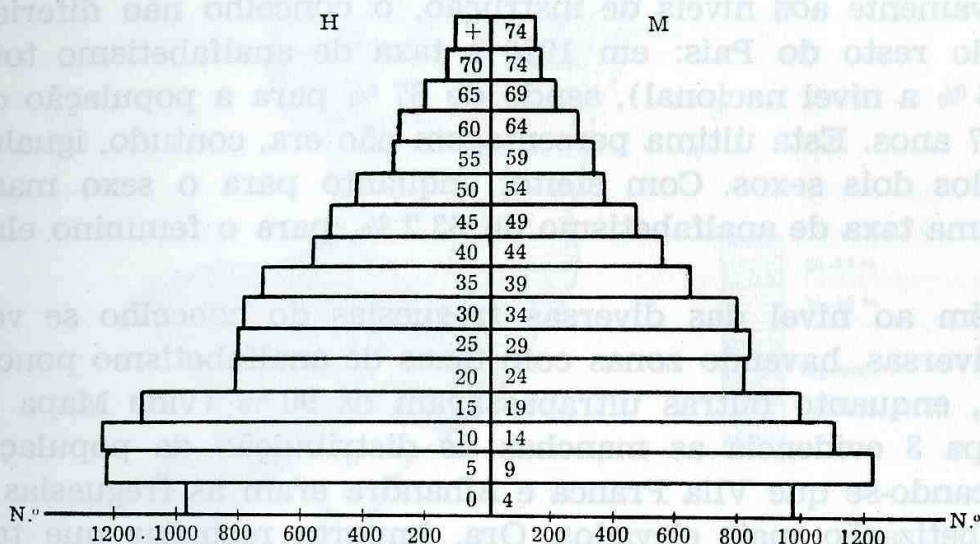
Em 1920 a população do concelho cifrava-se em 20.237 pessoas, das quais 10.151 do sexo masculino e 10.086 do sexo feminino.

Um saldo positivo, portanto, embora pequeno, a favor dos homens, contrastando com a situação geral do País, em que o número de mulheres excedia o dos elementos masculinos, reduzido nos últimos anos em virtude, quer das baixas provocadas pela Grande Guerra, quer da emigração, que afastava para o estrangeiro quase exclusivamente homens.

Apesar da superioridade numérica masculina, o concelho não terá sido estranho ao fenómeno dizimador da guerra pois, como mostra a pirâmide etária (Gráfico 2), enquanto nas idades compreendidas entre os 10 e os 19 anos predominam os elementos masculinos, nos grupos compreendidos entre

GRÁFICO 2

Estrutura etária da população do Concelho em 1920



(Fonte: Censo da População de Portugal, 1920).

os 20 e os 34, exactamente os mais afectados pelo recrutamento militar anterior, a situação inverte-se, sendo o número de homens inferior ao das mulheres.

Reflexo do mesmo fenómeno será também o escalão dos 0 aos 4 anos, bastante truncado em virtude da redução do número de nascimentos provocada pela guerra e também das graves epidemias que nos anos imediatamente anteriores dizimaram milhares de crianças.

Curiosamente, só nos escalões superiores a 60 anos o número de mulheres volta a exceder o dos homens, mostrando que a longevidade feminina superava a masculina.

Considerando três grandes grupos etários, de 0 a 19 anos, de 20 a 59, e 60 ou mais, verifica-se que o primeiro grupo representava 43,6 % da população, o segundo 49 % e o terceiro apenas 7,4 %. Ou seja, uma percentagem

bastante elevada no 2.º grupo, onde se inclui a população laboriosa, e um grupo de idosos reduzido, relativamente ao conjunto do País, onde a percentagem dos mesmos atingia os 9,3 %. Uma situação favorável, portanto, ao desenvolvimento económico que caracteriza o concelho nessa época.

A estrutura familiar caracteriza-se por uma predominância das pequenas famílias. Com efeito, das 4.866 famílias então existentes no concelho, cerca de 54 % eram constituídas por 2 a 4 pessoas, o que não deixa de relacionar-se, por um lado com a estrutura da propriedade, uma vez que predominava no concelho a pequena parcela de terra (apenas a Companhia das Lezírias e um reduzidíssimo número de famílias eram detentoras de grandes potentes agrários), e por outro lado com o elevado grau de proletarização da população, pois a estrutura familiar proletária é a nuclear, caracterizada pelo reduzido número dos elementos que a compõem.

Relativamente aos níveis de instrução, o concelho não diferia substancialmente do resto do País: em 1920 a taxa de analfabetismo total era de 72,5 % (70,5 % a nível nacional), sendo de 67 % para a população com idade superior a 7 anos. Esta última percentagem não era, contudo, igualmente distribuída pelos dois sexos. Com efeito, enquanto para o sexo masculino se verificava uma taxa de analfabetismo de 63,2 %, para o feminino ela ascendia a 70,8 %.

Também ao nível das diversas freguesias do concelho se verificavam situações diversas, havendo zonas com taxas de analfabetismo pouco superiores a 60 %, enquanto outras ultrapassavam os 90 % (vide Mapa 3).

O Mapa 3 evidencia as manchas de distribuição da população analfabeta, verificando-se que Vila Franca e Alhandra eram as freguesias com índices de alfabetização mais elevados. Ora, importa recordar que tais freguesias eram precisamente as que albergavam os estabelecimentos industriais, havendo, portanto uma relação directa entre o nível de instrução e o desenvolvimento económico aí verificado.

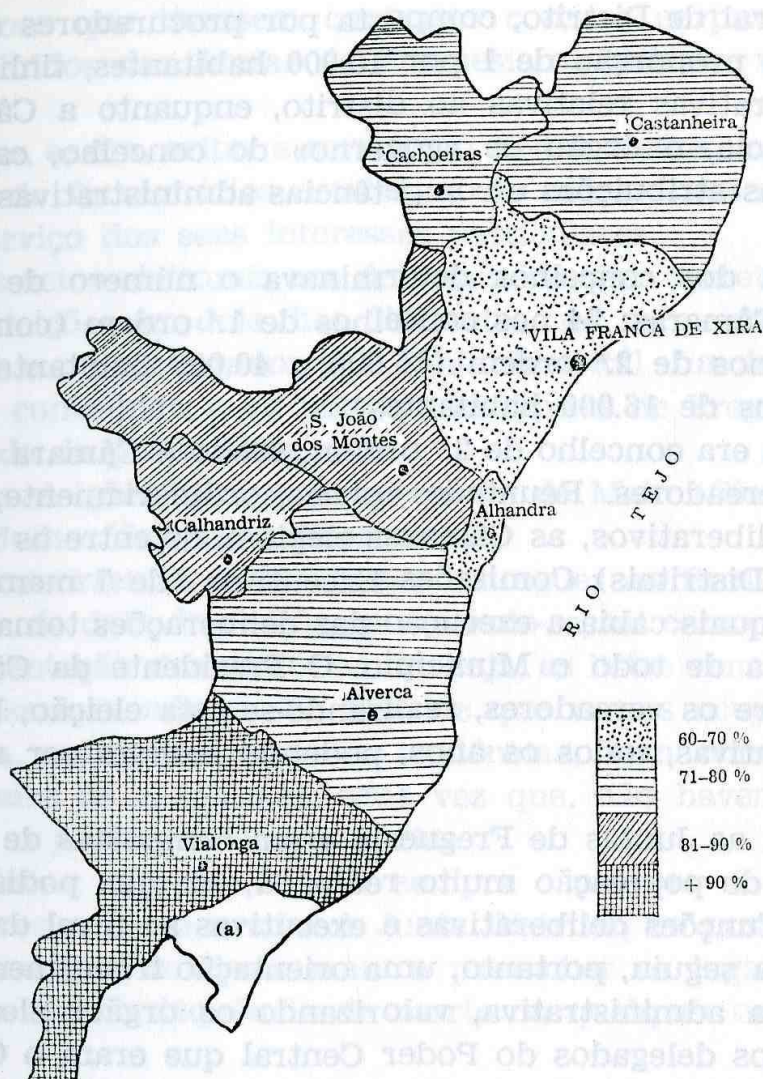
As freguesias mais afastadas das principais vias de comunicação (rio Tejo, caminho-de-ferro e estrada nacional) e cuja população se dedicava quase exclusivamente à agricultura, eram as que possuíam maiores índices de analfabetismo, destacando-se Vialonga, onde a percentagem de analfabetos atingia os 95,3 % da população.

Verifica-se igualmente uma elevadíssima taxa de analfabetismo (76 %) entre as crianças em idade escolar (7 a 11 anos), embora a documentação compulsada registe a existência de professores oficiais em todas as freguesias, apesar de irregularidades em algumas delas. Devem, por isso, considerar-se alguns factores impeditivos da frequência escolar, tais como o baixo nível económico e cultural das famílias, e as dificuldades de deslocação das crianças, pelo menos em algumas freguesias (Vialonga, S. João dos Montes e Calhandriz, por exemplo), cujo relevo é mais acidentado, a dispersão do povoamento

MAPA 3

Concelho de Vila Franca de Xira

(Níveis de analfabetismo em 1920)



(a) Freguesia da Póvoa de Santa Iria que não pertencia então ao Concelho, tendo sido nele integrada apenas em 1926.

maior e a densidade populacional inferior. Estas circunstâncias, a que se somava a inexistência de transportes públicos, constituíam factores inelutáveis que condicionavam efectivamente o acesso à escola da maior parte das crianças do concelho.

2.2. O SISTEMA ELEITORAL. ELEIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CORPOS ADMINISTRATIVOS

A organização, funcionamento e competências dos órgãos administrativos foram definidos basicamente pelas Leis n.º 88, de 7 de Agosto de 1913 e n.º 621, de 23 de Junho de 1916, a que se seguiram algumas alterações de pormenor.

Os corpos administrativos eram a Junta Geral de Distrito, a Câmara Municipal e a Junta de Paróquia (designada por Junta de Freguesia partir de 1916). Os seus membros eram eleitos directamente pelos cidadãos inscritos no recenseamento eleitoral, sendo de 3 anos a duração dos mandatos.

A Junta Geral de Distrito, composta por procuradores eleitos em todos os concelhos, na proporção de 1 por 10.000 habitantes, tinha vastas competências administrativas relativas ao distrito, enquanto a Câmara Municipal era, por excelência, o órgão de «governo» do concelho, cabendo-lhe igualmente vastíssimas atribuições e competências administrativas e financeiras ao nível local.

A categoria dos concelhos determinava o número de vereadores que compunham as Câmaras: 24 nos concelhos de 1.^a ordem (com mais de 40.000 habitantes); 16 nos de 2.^a ordem (16.000 a 40.000 habitantes); e 12 nos de 3.^a ordem (menos de 16.000 habitantes).

Vila Franca era concelho de 2.^a ordem, sendo a Câmara constituída, portanto, por 16 vereadores. Reunindo apenas, ordinariamente, duas vezes por ano com fins deliberativos, as Câmaras elegiam, de entre os vereadores (bem como as Juntas Distritais) Comissões Executivas (de 7 membros no caso de Vila Franca) às quais cabia a execução das deliberações tomadas e a administração quotidiana de todo o Município. O Presidente da Câmara era igualmente eleito entre os vereadores, realizando-se esta eleição, bem como a das Comissões Executivas, todos os anos, podendo embora ser reeleitos os mesmos vereadores.

Finalmente, as Juntas de Freguesia eram compostas de 5 membros (excepto em casos de população muito reduzida, em que podiam ser apenas 4 ou 3) e tinham funções deliberativas e executivas ao nível da Freguesia.

A República seguiu, portanto, uma orientação francamente descentralizadora em matéria administrativa, valorizando os órgãos electivos e minimizando o papel dos delegados do Poder Central que eram o Governador Civil (no Distrito), o Administrador do Concelho (ao nível do Município) e o Regedor (na Freguesia).

A legislação previa ainda a participação directa das populações nas deliberações mais importantes das Câmaras, que podiam ser sujeitas a «referendum» dos eleitores, caso tal fosse requerido pela décima parte dos mesmos.

Os eleitores dos corpos administrativos eram todos os que tinham direito a voto nas eleições legislativas, ou seja, os portugueses do sexo masculino, maiores de 21 anos, que soubessem ler e escrever, com as exclusões já atrás referidas.

Quanto aos elegíveis para tais cargos havia, no entanto, um conjunto significativo de restrições legais. Assim, não podiam ser eleitos para os cargos administrativos os membros do Poder Executivo, os militares (excepto se fossem professores ou exercessem empregos civis), os magistrados judiciais e funcionários dos tribunais e administrativos (excepto os reformados), os Conservadores do Registo Civil e Predial, os funcionários e agentes poli-

ciais, os empregados dos correios, os professores de instrução primária (eram elegíveis apenas para as Juntas de Freguesia), os empregados do Corpo Diplomático e Consular, os funcionários ao serviço da arrecadação e fiscalização das contribuições do Estado, bem como os administradores das empresas ou outras pessoas que tivessem contratos com os corpos administrativos; eram ainda excluídos das Juntas de Freguesia os padres e ministros de qualquer religião.

Pretendia-se, assim, evitar a corrupção destes órgãos, impedindo o acesso à sua direcção de funcionários estatais e de outras pessoas que pudessem colocá-los ao serviço dos seus interesses particulares.

A data dos actos eleitorais era determinada por decreto governamental, decorrendo as eleições em dois dias diferentes: no primeiro elegiam-se a Câmara Municipal e os procuradores à Junta Distrital, funcionando as assembleias eleitorais concelhias, e no segundo as Juntas de Freguesia, decorrendo a votação na sede da própria freguesia.

Em 1919 as eleições tiveram lugar em 25 de Maio (Câmara e Junta Distrital) e 13 de Julho (Juntas de Freguesia).

As listas concorrentes deveriam ser entregues ao Presidente da Câmara até 10 dias antes da data da eleição, garantindo-se, tal como nas eleições legislativas, a representação das minorias, ou seja, as listas vencidas elegiam sempre alguns dos seus membros. No caso de que vamos ocupar-nos concorreu uma única lista, aglutinando várias tendências, bem como independentes, sendo eleitos todos os candidatos, uma vez que, não havendo concorrência, estava excluído o problema das minorias.

Todas as listas deveriam conter sempre o número de candidatos a eleger (16 vereadores e 1 procurador à Junta Distrital, no nosso caso) e outros tantos substitutos que se destinavam a preencher os lugares que eventualmente vagassem em consequência de morte ou qualquer outro impedimento dos efectivos.

A legalidade de todo o processo eleitoral era garantida quer pela fiscalização das autoridades administrativas e dos delegados das listas, quer pela possibilidade de protestar e interpor recurso judicial relativamente às irregularidades detectadas.

2.3. O UNIVERSO ELEITORAL DE 1919

— População recenseável e recenseada

O recenseamento eleitoral era actualizado anualmente, servindo sempre de base os cadernos existentes, aos quais o funcionário recenseador acrescentava os novos elementos, retirando os nomes dos falecidos e de todos os que, por qualquer das razões já apontadas, perdessem a capacidade de voto.

Passemos à análise do universo eleitoral concelhio para o ano de 1919.

A população recenseável, ou seja, os indivíduos do sexo masculino, maiores de 21 anos, que sabiam ler e escrever, rondaria as 2.000 pessoas ³¹, das quais se recenseiam 1.035, apenas 51,8 %, portanto, dos votantes potenciais do concelho.

Se tivermos em conta a totalidade da população em idade de votar, caso não existissem as restrições relativas ao sexo e ao analfabetismo, teremos a seguinte relação:

População adulta total	11.104 (n.º aproximado)		
População masculina adulta	5.035	»	»
População recenseável	2.000	»	»
População recenseada	1.035		

Percentagem de recenseados:

Sobre os recenseáveis	51,8 %
Sobre a população masculina adulta .	20,6 %
Sobre a população adulta total	9 %

Verifiquemos agora os quocientes de representação dos recenseáveis e dos recenseados:

População total do Concelho	Quoc. de repres. dos recenseáveis	Quoc. de repres. dos recenseados
20.237 (ap.)	10	19,5

Estes exercícios numéricos servem para demonstrar que o regime republicano não podia reivindicar a sua legitimação pelo voto, porquanto a participação na vida política estava reservada a uma quase inexpressiva minoria da população. Se atendermos ainda aos níveis de abstenção verificados em todas as eleições, forçosamente se concluirá que a representatividade do voto não legitimava qualquer autoridade, quer nacional, quer, para o caso que agora nos interessa, local.

³¹ O Censo de 1920 indica, para esse ano, 2.027 pessoas recenseáveis. Atendendo aos índices de crescimento da população adopta-se aqui, para 1919, o número aproximado de 2.000, o qual não andaria, pensamos, muito longe da realidade.

Assinale-se, no entanto, que estes níveis de participação eleitoral constituem uma evolução positiva relativamente à última fase da Monarquia, em que o exercício do voto era ainda mais restrito.

— Caracterização sócio-profissional dos recenseados

O Quadro 9 mostra-nos a distribuição dos recenseados por grupos profissionais e por freguesias, sendo necessária, no entanto, uma explicação prévia à sua análise.

Elaborar uma tipologia de profissões a partir dos cadernos eleitorais não é tarefa fácil, por diversas razões. Em primeiro lugar, a enorme variedade de profissões registadas (mais de uma centena), coloca a necessidade de as agrupar de forma facilmente apreensível e estatisticamente significativa. Ora, todo o agrupamento comporta um risco de distorção, que tentei minimizar na adopção do que aqui apresento e que, longe de pretender ser perfeito, foi o que se apresentou mais adequado à realidade evidenciada pelos cadernos eleitorais.

Um outro problema consiste na imprecisão dos registos: por exemplo, o que é exactamente um «capitalista», um «proprietário», ou um «trabalhador», referidos nos cadernos? Capitalista industrial, comercial, ou homem que vive de juros de empréstimos? Proprietário rural ou urbano? Trabalhador agrícola, industrial, ou dos dois sectores simultaneamente?

São problemas cuja resolução comporta necessariamente certa margem de risco, mas que foi necessário resolver.

Outro aspecto de grande importância é a ausência de referências económicas que permitam classificações mais exactas: por exemplo, um «proprietário» ou um «comerciante» podem ser pessoas abastadas ou, ao contrário, viverem apenas modestamente da sua actividade pessoal; da mesma forma que um «serralheiro» pode ser proprietário de uma oficina ou operário numa fábrica, não se podendo, no caso especial do grupo 6, determinar exactamente o peso relativo dos proprietários dos meios de produção e dos proletários.

Servem estes poucos exemplos para dizer que o critério adoptado na classificação profissional foi, necessariamente, o da função desempenhada pelo recenseado, e não o económico, que teria sido, no entanto, preferível. Em suma, as limitações de uma investigação desta natureza colocam problemas cuja solução relativiza sempre os resultados apresentados, envolvendo riscos que é necessário, todavia, correr.

Passemos então ao Quadro 9:

QUADRO 9

Classificação profissional dos recenseados

GRUPOS PROFISSIONAIS	FREGUESIAS								Total do Concelho
	V. Franca	Povos	Castanheira	Cachoeiras	Alhandra	S. J. Montes	Alverca	Calhandriz	Vialonga
1 — Profissões científicas, técnicas, artísticas e similares									
1A — Médicos, farm., enfer.	6				1		2		9
1B — Juristas	3				1				4
1C — Outros	10		2	1		1			14
Total	19		2	1	2	1	2		27
2 — Pessoal administrativo e trabalhadores similares									
2A — Agentes administrativos	33	1			6		1		41
2B — Emp. dos Cam.-de-Ferro	13				18		23		54
2C — Outros	17		1		2		3	1	24
Total	63	1	1		26		27	1	119
3 — Pessoal do comércio									
3A — Comerciantes	71	1	3	3	30	3	4	12	127
3B — Empregados de comércio	21			6	16	1	6	2	52
Total	92	1	3	9	46	4	10	14	179
4 — Pessoal dos serviços de protecção e segurança e dos serviços pessoais e doméstico									
4A — Barbeiros	15				6		1	3	25
4B — Outros	15		2	2	2		1	2	24
Total	30		2	2	8		2	5	49

(continua)

QUADRO 9 (continuação)

Classificação profissional dos recenseados

GRUPOS PROFISSIONAIS	FREGUESIAS									Total do Concelho
	V. Franca	Povos	Castanheira	Cachoeiras	Alhandra	S. J. Montes	Alverca	Calhandriz	Vialonga	
5 — Agricultores, criadores de animais, trabalhadores agrícolas e florestais, e pescadores										
5A — Proprietários	32	2	11	13	8	14	21	5	9	115
5B — Agricultores e lavrad.	6				1	1	1		6	15
5C — Trabalhadores agrícolas	21	4	8	17	6	28	32	7	38	161
5D — Criad. de anim., outros	4	1	4	1	3	1	4		1	19
5E — Pescadores	5									5
Total	68	7	23	31	18	44	58	12	54	315
6 — Trabalhadores da indústria e condutores de máquinas e transportes										
6A — Artífices e oper. ind.	115	1	9	4	79	5	47	3	21	284
6B — Marítimos	27				6		1			34
6C — Outros	6	2		2	2		2		2	16
Total	148	3	9	6	87	5	50	3	23	334
7 — Outras profissões não incluídas nas classificações anteriores	10		1		1					12
Totais gerais	430	12	41	49	188	54	149	15	97	1.035

(Fonte: Cadernos Eleitorais de 1919).

A análise global do Quadro 9 permite, de imediato, estabelecer a hierarquia dos sectores económicos representados: em primeiro lugar a indústria e transportes (grupo 6), seguindo-se a agricultura (grupo 5) e por fim o comércio (grupo 3). Esta ordem comprova, uma vez mais, a importância do sector industrial na vida económica do concelho, mas merece também algumas reflexões.

Em primeiro lugar, o número de recenseados do grupo 6 é maior que o do grupo 5. Ora, como vimos atrás, o número de pessoas ligadas à agricultura é superior ao da indústria, o que significa que a taxa de analfabetismo, mais elevada nos meios rurais (como também já constatámos), é um factor que condiciona o recenseamento das pessoas desse sector.

Por outro lado, o desenvolvimento industrial e cultural constatado para as freguesias de Vila Franca e Alhandra tem correspondência no recenseamento, pois são estas as freguesias que inscrevem maior número de indivíduos do grupo 6.

O sector agrícola vem em segundo lugar, devendo salientar-se o peso que nele têm os «trabalhadores». Se é certo que os 161 recenseados no subgrupo 5C representam uma ínfima parcela dos indivíduos ligados à agricultura, não deixa de ser significativo esse número, que ultrapassa o do conjunto dos proprietários (mesmo que adicionemos os subgrupos 5A, 5B e 5D, eventualmente todos proprietários). Atendendo a que esses «trabalhadores agrícolas» se situam, na maior parte, nas freguesias fundamentalmente rurais, excluindo praticamente a hipótese de se tratar de pessoas com outras actividades além da agricultura, e considerando igualmente que essas freguesias albergavam os maiores índices de analfabetismo, tem de considerar-se a existência de um assinalável nível de consciencialização política entre essa minoria de camponeses alfabetizados, factor que os impelia à participação na vida política.

A posição ocupada pelo «pessoal do comércio» coloca novamente na vanguarda as freguesias mais desenvolvidas, Vila Franca e Alhandra, atestando a predominância do pequeno comércio, pois é reduzido o número de empregados, enquanto o grupo do «pessoal administrativo» é o que apresenta maior índice de recenseados em relação à totalidade da população ocupada no respectivo grupo, o que é natural, atendendo à sua proximidade dos órgãos de decisão local e aos mais elevados níveis culturais e de consciência política que possuíam.

No grupo 4 salienta-se a importância dos barbeiros, homens geralmente despertos para os problemas políticos, pois as barbearias eram frequentemente locais de propaganda e discussão política.

Finalmente o grupo 1, bastante reduzido e quase limitado à sede do concelho, onde se situavam, naturalmente, a maior parte dos profissionais desse grupo.

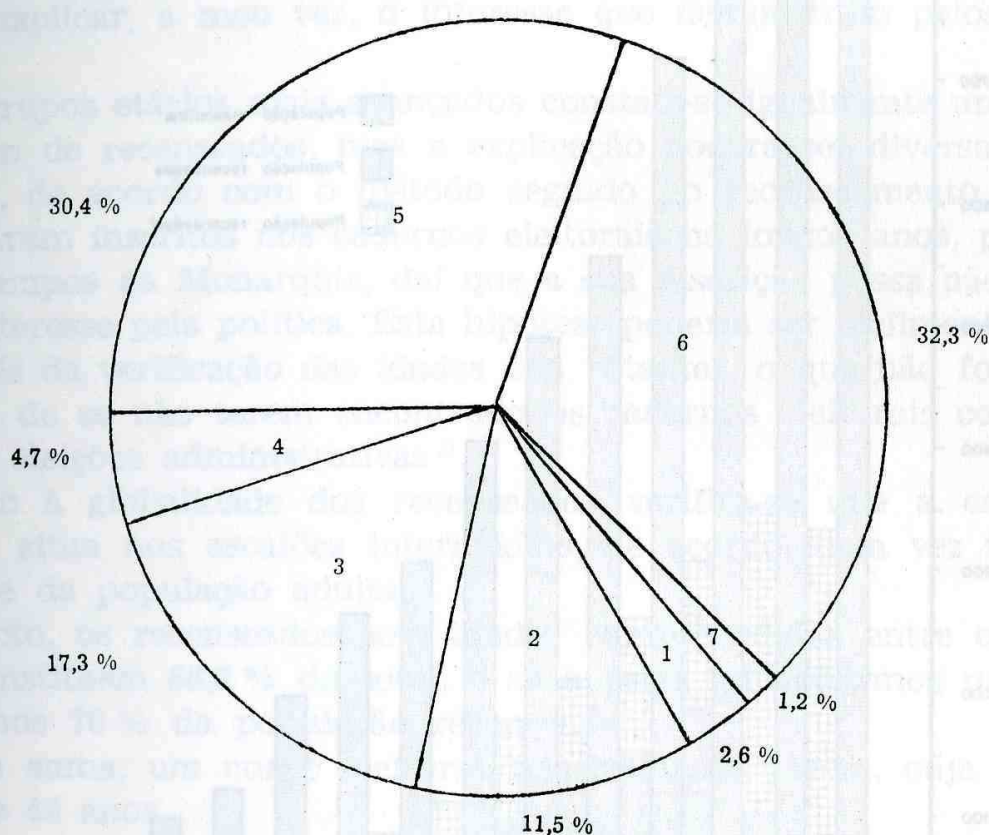
É estranho, no entanto, o reduzido índice de recenseados neste sector sócio-profissional (recordemos que o número total de pessoas nele incluídas

rondaria a centena), atendendo a que o seu nível cultural seria superior ao de qualquer dos outros grupos. Maior desinteresse pela vida política, maior desilusão relativamente às (ir)realizações da República, factores ideológicos que os afastavam do regime? São, enfim, hipóteses que poderão explicar o seu alheamento político.

O Gráfico 3 representa, em conclusão, a posição relativa dos vários grupos profissionais, podendo constatar-se a existência de uma relação directa entre a estrutura do pessoal recenseado e a importância relativa da população activa do concelho: em primeiro lugar a indústria, logo seguida da agricultura e do comércio, situando-se na cauda os serviços administrativos e pessoais.

GRÁFICO 3

Representação gráfica dos grupos profissionais da população recenseada



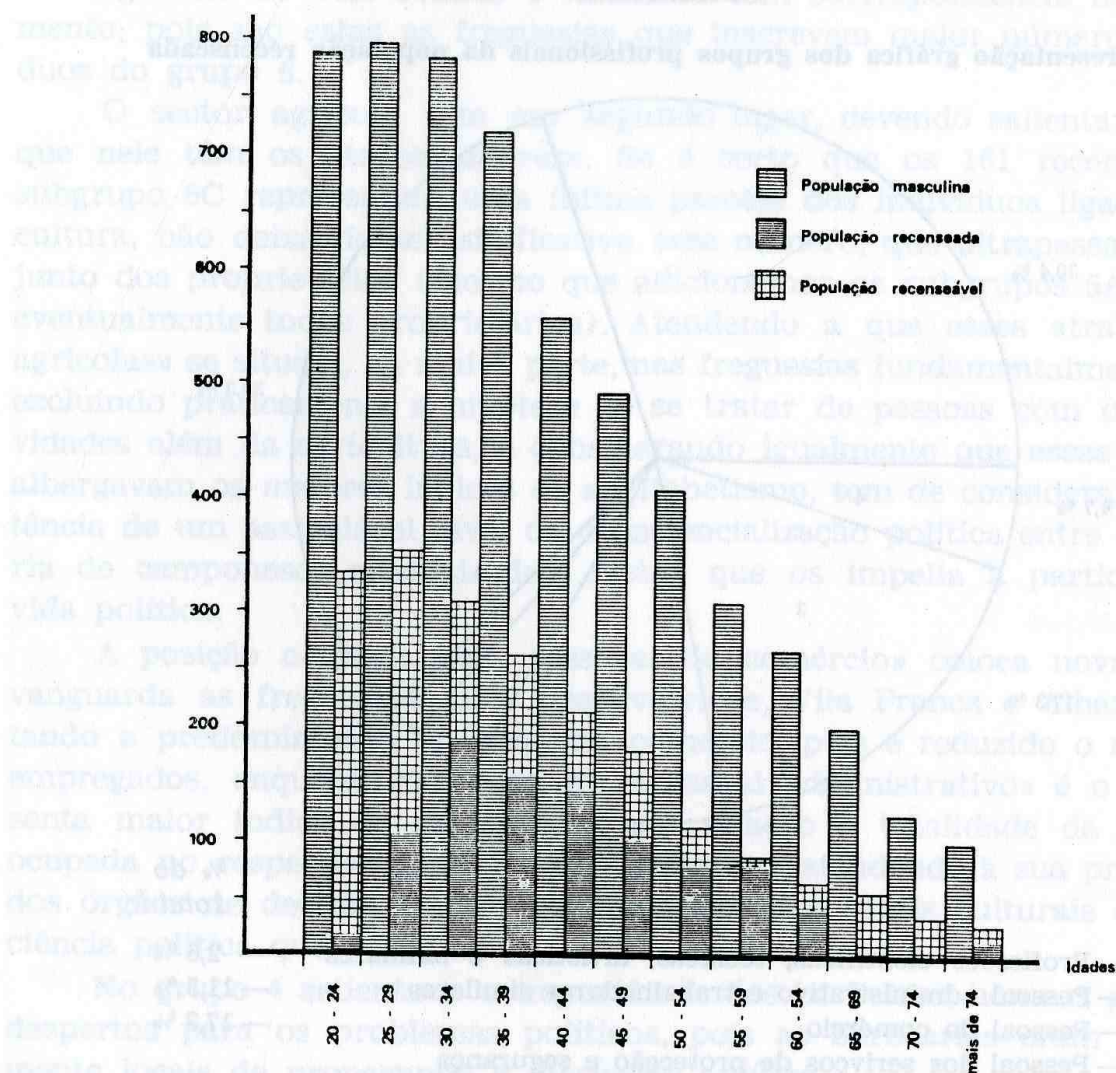
	% do total
1 — Profissões científicas, técnicas, artísticas e similares	— 2,6 %
2 — Pessoal administrativo e trabalhadores similares	— 11,5 %
3 — Pessoal do comércio	— 17,3 %
4 — Pessoal dos serviços de protecção e segurança e dos serviços pessoais e doméstico	— 4,7 %
5 — Agricultores, criadores de animais, trabalhadores agrícolas e florestais, e pescadores	— 30,4 %
6 — Trabalhadores da indústria e condutores de máquinas e transportes	— 32,3 %
7 — Outras profissões não incluídas nas classificações anteriores	— 1,2 %

— Estrutura etária da população recenseada

A estrutura etária da população recenseável e recenseada, representada no Gráfico 4, evidencia-nos alguns aspectos que merecem análise. Em primeiro lugar ressalta o desfasamento geral entre a população masculina do concelho e a população recenseável, mostrando que o fenómeno do analfabetismo atingia, de forma relativamente proporcional, toda a população masculina adulta.

GRÁFICO 4

Estrutura etária comparada da população masculina do Concelho e da população recenseável e recenseada em 1919



(Fontes: Cadernos Eleitorais de 1919; Censo da População de Portugal, 1920).

Por outro lado, constata-se uma relação directa, por escalões etários, entre o número de recenseáveis e a pirâmide etária do concelho, ou seja, um corte no escalão dos 20-24 anos, e um nível máximo no dos 25-29, a que se segue uma descida progressiva nos restantes escalões.

Já ao nível da relação recenseáveis/recenseados se apresentam fenómenos bem diversos. Significativo é o abismo existente no grupo dos 20-24 anos, em que dos 335 recenseáveis apenas 18, ou seja, 5,4 %, se inscrevem no recenseamento, mostrando um completo alheamento duma juventude certamente marcada pelos traumas recentes da guerra e, consequentemente, desmotivada para a vida política. No grupo seguinte (25-29 anos) a percentagem sobe já a 30,5 %, para atingir níveis bastante elevados nos três grupos imediatos.

Com efeito, nas idades compreendidas entre os 30 e os 44 anos, estão inscritos no recenseamento 63 % dos recenseáveis das mesmas idades, evidenciando-se o empenhamento dessa faixa etária na participação política. Ora, tal grupo representa exactamente o que se pode chamar a «geração da República», ou seja, o conjunto de indivíduos que em 1910 viveu intensamente, na «força da vida», os acontecimentos da implantação do novo regime, factor que pode explicar, a meu ver, o interesse que demonstram pelos assuntos políticos.

Nos grupos etários mais avançados constata-se igualmente uma elevada percentagem de recenseados, mas a explicação poderá ser diversa. Recorde-mos que, de acordo com o método seguido no recenseamento, tais indivíduos estavam inscritos nos cadernos eleitorais há longos anos, porventura desde os tempos da Monarquia, daí que a sua inscrição possa não ser sinónimo de interesse pela política. Esta hipótese poderia ser facilmente comprovada através da verificação das idades dos votantes, o que não foi possível, em virtude de se não terem encontrado os cadernos eleitorais com as descargas das eleições administrativas ³².

Quanto à globalidade dos recenseados verifica-se que a esmagadora maioria se situa nos escalões intermédios, de acordo, uma vez mais, com a totalidade da população adulta.

De facto, os recenseados com idades compreendidas entre os 25 e os 49 anos constituem 68,3 % do total, e se a estes adicionarmos os de 21-24 anos obtemos 70 % da população recenseada.

É, em suma, um corpo eleitoral relativamente jovem, cuja média de idades é de 43 anos.

— Os votantes

O facto de se não terem encontrado os cadernos eleitorais com as descargas dos votantes, nem as actas contendo o número total dos mesmos, impede uma análise integral dos aspectos a eles referentes.

³² Foram infrutíferas todas as diligências efectuadas para localizar tais cadernos, quer no Arquivo Municipal, quer no Arquivo do Governo Civil de Lisboa, onde deveriam existir cópias dos mesmos.

As actas de eleição das Juntas de Freguesia, única documentação encontrada que fornece o número de votantes, permite apenas uma análise parcial desses elementos sem que se fique, no entanto, com uma visão completa e clara dos problemas relativos à população votante.

Verifiquemos o número de votantes por freguesia e sua relação com o número de recenseados:

QUADRO 10

População votante nas eleições das Juntas de Freguesia

Freguesia	N.º de votantes	% em relação aos recenseados
V. Franca e Povos	34	8 %
Cachoeiras	15	30 %
Castanheira	16	39 %
Alhandra	44	23 %
S. João Montes	18	33 %
Alverca	37	25 %
Vialonga	36	37 %
Calhandriz	11	73 %
<i>Total do Concelho</i>	211	20,3 %

(Fontes: Cadernos Eleitorais; Actas de Eleição das Juntas de Freguesia).

O primeiro aspecto a salientar é a baixíssima percentagem de participantes nestas eleições. Embora o ano de 1919 tenha sido, como já foi salientado, um dos piores no que respeita a participação eleitoral, a todos os níveis, parece ter havido factores de ordem local que condicionaram a votação, pelo menos em algumas freguesias como, por exemplo, Vila Franca e Alhandra, cujos índices de participação nunca foram tão reduzidos.

Em segundo lugar constata-se uma irregularidade nos índices de votação das diversas freguesias. Curiosamente, as que registam maior percentagem de votantes são as freguesias rurais e com índices de analfabetismo mais ele-

vados. Embora o número de recenseados fosse aí bastante reduzido, sendo, portanto, mais fácil atingir índices de participação superiores, isso pode significar, eventualmente, uma maior influência pessoal dos candidatos que atraísse à urna eleitoral maior percentagem de votantes.

A completa inexistência de referências documentais não permite, no entanto, explicações seguras para os fenómenos aqui verificados.

2.4. OS ELEITOS: CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL E POLÍTICA

Passemos, finalmente, à análise dos eleitos para os corpos administrativos em 1919.

Recorde-se que, em virtude de ter existido apenas uma lista candidata à Câmara e à Junta Distrital, todos os candidatos foram eleitos, não havendo, portanto, que distinguir entre uns e outros, nem se colocando o problema das minorias, que não existem.

Em relação às freguesias, embora a imprensa local não faça referência às eleições, parece claro que houve também listas únicas, pois nenhuma acta regista a existência de várias listas. Acontece, aliás, que em boa parte das freguesias o número de votos é tão baixo que pouco ultrapassa a votação dos próprio eleitos; além disso, em todas as freguesias se verifica que parte dos eleitos compunham eles próprios as mesas eleitorais, demonstrando que tais eleições estiveram, de facto, a cargo de uma escassa minoria de pessoas interessadas.

Na freguesia de Calhandriz a eleição só teve lugar a 26 de Outubro, o que significa que na data inicialmente determinada (13 de Julho) não houve sequer condições para a sua realização.

Atendendo às diferenças verificadas entre as várias listas, passarei a analisá-las separadamente, agrupando os eleitos por grupos profissionais e especificando também as respectivas profissões³³.

Os nomes e biografias podem consultar-se em anexo.

Eleitos para a Junta Geral de Distrito

Grupo profissional	Profissão	N.º de eleitos	%
3	Comerciantes	2	100 %

Média de Idades: 50 anos

³³ Analisam-se conjuntamente os eleitos efectivos e substitutos por se verificar a existência de proporcionalidade entre os grupos profissionais representados nas duas categorias.

Eleitos para a Câmara Municipal

(Vereadores)

Grupo e subgrupo profissional	Profissão	N.º de eleitos	% de representação do grupo profissional
1 B	Prof. liberais	2	6,3 %
2 A 2 B	Aj. de Conservador Emp. C. Ferro	1 3	12,5 %
3 A 3 B	Comerciantes Emp. Comércio	11 2	40,6 %
5 A	Proprietários	12	37,5 %
7	Capitalista	1	3,1 %

Média de Idades: 48 anos

Verifica-se, pela análise do quadro, a existência de um domínio completo da autarquia por parte dos comerciantes e proprietários, que constituem 72 % dos vereadores eleitos.

Em termos de grupos profissionais há uma ligeira predominância do pessoal do comércio, sobretudo se atendermos aos 2 comerciantes eleitos para a Junta Geral. É curioso verificar que, dos 11 comerciantes eleitos para vereadores, 5 são efectivos e 6 substitutos, enquanto os 12 proprietários se repartem em 6 efectivos e 6 substitutos. Tal significa que os 5 comerciantes efectivos conjuntamente com os 2 empregados de comércio, ambos efectivos, garantem sempre a predominância, na Câmara, desse sector profissional.

Outro aspecto interessante a verificar é a proveniência, por freguesias, dos vereadores eleitos, que é a seguinte:

Vila Franca	13	vereadores	40,6 %
Alhandra	5	»	15,6 %
Vialonga	4	»	12,5 %
Alverca	3	»	9,4 %
Cachoeiras	2	»	6,3 %
Castanheira	2	»	6,3 %
S. J. Montes	2	»	6,3 %
Povos	1	»	3,0 %
Calhandriz	0		

Constata-se, assim, que a freguesia sede do concelho exerce uma larga predominância na Câmara Municipal, ao passo que as 3 primeiras freguesias referidas possuem, em conjunto, 68,7 % dos vereadores, ficando a restante minoria distribuída pelas outras, com exclusão de Calhandriz que não está representada.

Em termos globais e do ponto de vista sócio-profissional, não há, pois, relação directa entre os eleitos e a população recenseada, da mesma forma que não há correspondência entre aqueles e a totalidade da população do concelho. Com efeito, o grupo profissional 6 (pessoal da indústria), que é maioritário no recenseamento, não elege *nenhum* representante para a Câmara, enquanto o grupo 3 (comércio), que no recenseamento ocupa o 3.º lugar, elege a maioria dos vereadores. Da mesma forma que o grupo 5 está representado apenas por proprietários, enquanto os «trabalhadores» constituem a maioria dos recenseados desse sector.

Relativamente à totalidade da população, recordemos que a esmagadora maioria se ocupava na agricultura e na indústria, o que não tem correspondência nos vereadores eleitos. Flagrante é a ausência de representantes do mundo industrial (e mesmo artesanal), quando esse sector era, como atrás se demonstrou, o mais progressivo na economia do concelho.

Se analisarmos o conjunto dos eleitos em termos de classes sociais, facilmente concluímos que eles pertencem, na sua maioria esmagadora, à burguesia local, enquanto o proletariado industrial e agrícola não tem qualquer representante no órgão de administração do concelho.

É, em suma, o tradicional divórcio entre as classes produtoras e os detentores do Poder, o qual não deixou de caracterizar, afinal de contas, a Primeira República Portuguesa.

Consideremos agora os eleitos para as *Juntas de Freguesia*:

Vila Franca e Povos

Grupo e subgrupo profissional	Profissão	N.º de eleitos	% de representação do grupo profissional
3 A	Comerciantes	3	40 %
3 B	Emp. Comércio	1	
5 A	Proprietários	2	40 %
5 B	Agricultor	1	
5 C	Pescador	1	
6 A	Litógrafo	1	20 %
6 B	Marítimo	1	

Média de Idades: 44 anos

Cachoeiras (elegue apenas 8 elementos)

Grupo e subgrupo profissional	Profissão	N.º de eleitos	% de representação do grupo profissional
3 B	Emp. Comércio	1	12,5 %
5 A 5 C	Proprietários Trabalhadores	2 4	75 %
6 A	Pedreiro	1	12,5 %

(Registe-se que os 4 «trabalhadores» são substitutos)

Média de Idades: 37 anos

Castanheira

Grupo e subgrupo profissional	Profissão	N.º de eleitos	% de representação do grupo profissional
1 C	Professor Prim.	1	10 %
2 C	Cantoneiro	1	10 %
3 A	Comerciante	1	20 %
5 A 5 C	Proprietários Trabalhador	3 1	40 %
6 A	Pedreiro Sapateiro	1 1	20 %

Média de Idades: 51 anos

Alhandra

Grupo e subgrupo profissional	Profissão	N.º de eleitos	% de representação do grupo profissional
2 B	Emp. C. Ferro	4	40 %
3 A	Comerciante	1	10 %
6 A	Carpinteiros Serralheiro Tecerão Operário	2 1 1 1	50 %

Média de Idades: 38 anos

S. João dos Montes (elege apenas 8 elementos)

Grupo e subgrupo profissional	Profissão	N.º de eleitos	% de representação do grupo profissional
3 A	Comerciantes	3	37,5 %
5 A 5 C	Proprietários Trabalhadores	3 2	62,5 %

Média de Idades: 36 anos

Alverca

Grupo e subgrupo profissional	Profissão	N.º de eleitos	% de representação do grupo profissional
2 B	Emp. C. Ferro	1	10 %
3 A	Comerciantes	2	20 %
5 A 5 C	Proprietário Trabalhador	1 1	20 %
6 A	Serralheiros Carpinteiro Sapateiro Tecedor	1 1 1 1	50 %

Média de Idades: 42 anos

Calhandriz (elege apenas 6 elementos)

Grupo e subgrupo profissional	Profissão	N.º de eleitos	% de representação do grupo profissional
5 C	Trabalhadores	4	66,6 %
6 A	Carpinteiro Moleiro	1 1	33,4 %

Média de Idades: 46 anos

Vialonga

Grupo e subgrupo profissional	Profissão	N.º de eleitos	% de representação do grupo profissional
3 A	Comerciantes	2	20 %
5 A 5 B	Proprietários Trabalhador	3 1	40 %
6 A	Pedreiros Fogueiro Caixoteiro	1 1 1	40 %

Média de Idades: 36 anos

A análise dos quadros permite verificar diferenças significativas em relação aos eleitos para a Câmara Municipal.

Em primeiro lugar, os comerciantes perdem a dominância nas Juntas de Freguesia. Apenas na de Vila Franca ocupam lugar de destaque, mas logo igualados pelos proprietários e agricultores. Dir-se-ia que, aos olhos do comerciante, a administração da freguesia é tarefa pouco «nobre», que não exerce a mesma atracção da Câmara Municipal, daí que ele se não candidate a tais cargos.

Por outro lado, constata-se que nas freguesias essencialmente rurais (Cachoeiras, Castanheira, S. João dos Montes e Vialonga) a predominância dos eleitos vai para os proprietários e trabalhadores agrícolas, bastante de acordo, portanto, com a actividade económica fundamental dessas zonas.

De salientar também a representação dos trabalhadores industriais e artífices, que são mesmo maioritários em Alverca e Alhandra.

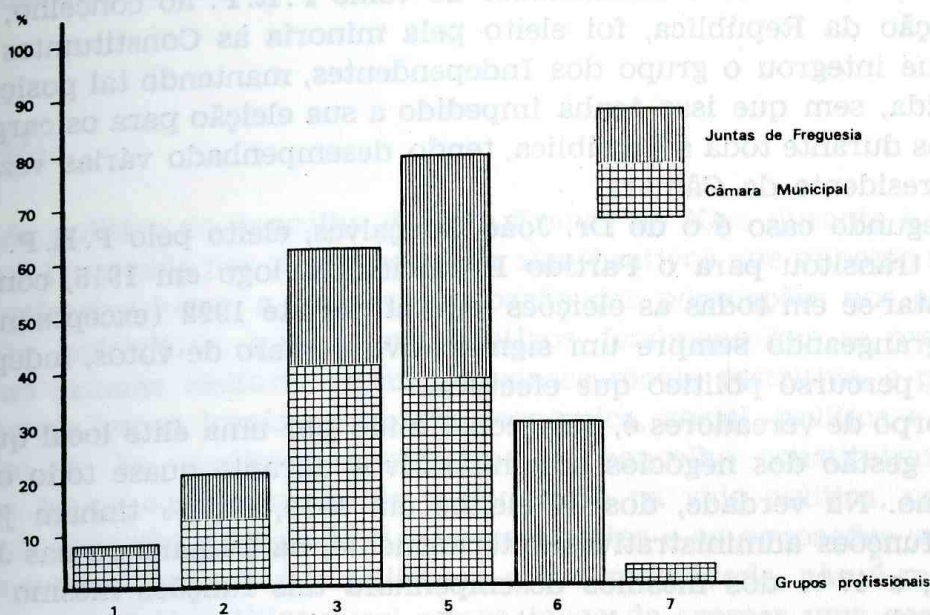
Pode dizer-se, portanto, que ao nível das Juntas de Freguesia (excluindo Vila Franca), o «Poder» está mais distribuído, em termos sociais, do que ao nível da Câmara, o que se relaciona, obviamente, com a menor importância de que se reveste a administração paroquial. Grandes (ou médios) proprietários e comerciantes preferiam, naturalmente, administrar o órgão que decidia as grandes questões de todo o concelho, deixando aos estratos mais baixos da população o «governo» da Freguesia que, afinal, se subordinava ao da Câmara Municipal.

Considerados globalmente todos os eleitos para as Juntas de Freguesia verifica-se que o grupo 5 (agricultura) é maioritário, com 40,3 % dos eleitos, seguindo-se-lhe o grupo 6 (pessoal da indústria) com 29,2 % e em terceiro lugar o grupo 3 (comércio) com 20,8 %. O grupo 2 (pessoal administrativo) ocupa apenas 8,3 %, vindo em último lugar o grupo 1, com apenas 1,4 %.

O Gráfico 5 permite comparar a importância relativa dos vários grupos profissionais representados na Câmara e Juntas de Freguesia.

GRÁFICO 5

**Importância relativa da representação sócio-profissional
nos corpos administrativos**



Mais difícil se torna a caracterização política dos eleitos. Tratando-se de uma lista única, que se apresenta como «independente», não existem referências documentais que permitam, com segurança, identificar os seus membros com os partidos políticos então existentes, pois a própria imprensa local ao apresentar a lista da Câmara Municipal (pois só a esta vamos referir-nos) não indica qualquer ligação partidária dos mesmos.

É natural, aliás, que tal ligação não existisse, pelo menos formalmente, em relação à maioria dos componentes da lista, uma vez que, como foi já referido, o único partido com organização concelhia era o Partido Democrático. Tal não impede, obviamente, a existência de outras tendências ou simpatias partidárias no concelho, desconhecendo-se, no entanto, a sua amplitude e o grau de influência que logravam exercer. Mas é significativo o facto de nas eleições legislativas realizadas poucos dias antes os votos do concelho terem sido maioritariamente distribuídos por dois candidatos democráticos e um evolucionista, sendo este vilafranquense, repetindo-se a situação verificada já em 1915. Tal significa que, ao nível geral, o Partido Democrático era o que congregava então maiores simpatias, factor insuficiente, todavia, para lhe conferir o domínio da Câmara Municipal.

Com efeito, se é possível identificar, entre os vereadores eleitos, uma minoria de homens conotados com tal partido, tendo sido, inclusivamente, a Presidência da Câmara atribuída a um deles após a eleição, não restam dúvidas de que a maioria dos eleitos era constituída por independentes, cuja

escolha obedecia muito mais ao prestígio e influência pessoal de que gozavam do que às eventuais simpatias e ligações partidárias de que dispunham.

A importância dessa influência pessoal nos eleitores é bem patente em dois casos concretos: o de José Dias da Silva (eleito para procurador à Junta Geral) que, tendo sido o dinamizador do velho P. R. P. no concelho, antes da proclamação da República, foi eleito pela minoria às Constituintes de 1911, após o que integrou o grupo dos Independentes, mantendo tal posição até ao fim da vida, sem que isso tenha impedido a sua eleição para os cargos administrativos durante toda a República, tendo desempenhado várias vezes a função de Presidente da Câmara.

O segundo caso é o do Dr. João Gonçalves, eleito pelo P. R. P. em 1911, mas que transitou para o Partido Evolucionista logo em 1915, continuando a candidatar-se em todas as eleições legislativas até 1922 (exceptuando as de 1918) e grangeando sempre um significativo número de votos, independentemente do percurso político que efectuou.

O corpo de vereadores é, pois, constituído por uma elite local que logrou manter a gestão dos negócios administrativos durante quase todo o período republicano. Na verdade, dos 34 eleitos em 1919, 64,7 % tinham já desempenhado funções administrativas anteriormente, na Câmara ou nas Juntas de Freguesia, e 47 % dos mesmos desempenhara tais funções mesmo antes de 1917, ou seja, anteriormente à realização das últimas eleições locais. Grande parte dos vereadores tinha integrado, portanto, as listas de 1913 e 1917, as quais foram eleitas igualmente como independentes. Embora não haja notícia do que se passou na eleição seguinte (1922), a verdade é que em 1925, nas últimas eleições administrativas da República, ainda são eleitos 35,3 % dos vereadores de 1919!

Quanto aos membros das Juntas de Freguesia, embora se verifique uma renovação maior do que acontecia na Câmara, não deixa de ser significativo que 50 % dos eleitos em 1919 tivessem igualmente desempenhado funções administrativas em mandatos anteriores.

Pode, pois, considerar-se como característica fundamental do concelho, para o período aqui estudado, a permanência de boa parte dos titulares dos cargos administrativos, sobretudo ao nível da Câmara Municipal, cujo «governo» se conservou nas mãos de uma pequena «família» de políticos republicanos, essencialmente comerciantes e proprietários, durante a Primeira República.

Renovando-se parcialmente o corpo administrativo, o seu núcleo principal foi sempre constituído por uma elite que soube manter o controlo dos negócios concelhios durante todo o período, nunca se tendo verificado a renovação completa do corpo de vereadores. As tentativas de renovação mais profunda saíam, aliás, goradas, como aconteceu em 1917, quando a disputa eleitoral entre democráticos e independentes se saldou pela vitória destes, ou seja, pela manutenção do *statu quo*.

Prestígio ou influência pessoal de alguns dos seus componentes, sem dúvida, mas também certa indiferença ou alheamento político do corpo eleitoral, bem como a eventual consideração de «incapacidade» de outras pessoas para o desempenho de tais cargos, são factores que podem explicar a estabilidade dos corpos administrativos do concelho.

CONCLUSÃO

A vida política do concelho de Vila Franca de Xira durante a Primeira República foi marcada por alguns aspectos significativos que importa salientar.

Em primeiro lugar, a fraca participação das populações nos actos eleitorais, quer legislativos, quer administrativos, fenómeno que se prende, por um lado ao sistema eleitoral vigente, intrinsecamente restritivo, e por outro aos condicionalismos locais de ordem económica, social, política e cultural. Com efeito, se as condições económicas do concelho constituíram, certamente, um factor condicionante da participação na vida política, na medida em que, por exemplo, a inexistência de transportes e as ocupações permanentes dos pequenos agricultores limitavam a sua mobilidade, não é menos verdade que o ambiente político geral estava longe de exercer uma acção mobilizadora das populações, condicionadas ainda pelos elevados níveis de analfabetismo e por um estágio cultural que de forma alguma se despertava para as questões políticas.

Assim, as decisões relativas à «Res Publica» ficaram sempre reservadas a uma escassa minoria de indivíduos, perante o alheamento da esmagadora maioria da população do concelho.

As tendências políticas manifestadas apresentam, por outro lado, uma interessante contradição: nas eleições legislativas os votos do concelho vão maioritariamente para o Partido Democrático, enquanto ao nível administrativo o mesmo Partido não recebe apoio suficiente para «governar» o concelho. Sendo o corpo eleitoral exactamente o mesmo e, ainda por cima, bastante restrito, a explicação para esta duplicidade de atitudes tem de buscar-se, a meu ver, em factores político-ideológicos que a condicionavam. Os deputados escolhidos são membros do único partido organizado no concelho (excepto quando se trata de personalidades da terra), o qual não só capitaliza a simpatia de que gozava desde os tempos da decadência do regime monárquico, como também consegue, ao nível da propaganda e mercê do «aparelho» partidário local, sobrepor-se aos outros na influência exercida sobre os eleitores, quando se trata de eleições nacionais.

Assim, não se colocava com acuidade o problema da «competência» deste ou daquele candidato, uma vez que todos eles seriam, à partida, considerados capazes de desempenhar as funções a que se propunham, sendo antes relevante a imagem apresentada pelos partidos concorrentes.

O velho Partido Republicano era, afinal de contas, o símbolo da República, questão fundamental e decisiva para uma população cujo nível cultural era bem mais permeável ao valor do simbólico do que à problematização e discernimento das grandes questões nacionais. Daí a entrega do voto àquele que era, naturalmente, o Partido do regime.

Ao nível administrativo, os problemas apresentavam-se de forma diferente. A gestão dos negócios locais, a resolução dos problemas imediatos do concelho, a administração quotidiana dos órgãos administrativos, requeriam homens cuja «competência» e capacidade de decisão fossem geralmente reconhecidas. Um punhado de indivíduos assumira-se como tal ainda antes da implantação da República e com essa imagem vai colher a simpatia do eleitorado, cujo voto vai agora, não para o partido A ou B, mas para os *homens* a quem se confia os destinos do concelho.

Vota-se na lista que agrupar a maioria desses *homens*, personalidades locais respeitadas e influentes, ignorando-se os princípios doutrinários que possam encarnar, desde que garantam a «boa gestão» da Câmara ou da Freguesia, órgãos que a população vê e contacta, que sente no seu quotidiano, órgãos concretos e reais, ao contrário de um quase imaginário Parlamento, que nem sequer sabe onde se situa.

Daqui decorre a permanência dos «Independentes» na Câmara Municipal, os quais souberam aproveitar e capitalizar a velha influência de que gozavam, mantendo sempre um núcleo de candidatos que garantiam a escolha da lista e bloqueando, em consequência, a renovação completa do corpo de vereadores.

Comerciantes e proprietários constituem a maioria absoluta dos eleitos, contrastando, do ponto de vista sócio-profissional, com os universos populacional e eleitoral do concelho. A razão de tal escolha prender-se-á, para além dos factores referidos oportunamente, a fenómenos de ordem sócio-cultural: o comerciante é, na época, um homem de nível cultural superior à média da população, enquanto o proprietário simboliza o universo mental do pequeno agricultor, para quem a posse da terra representa a própria subsistência.

Comerciantes e proprietários são, afinal, aos olhos da população, os «homens capazes» para o desempenho das funções administrativas, para além de serem também os únicos que possuem capacidade económica para tal, uma vez que o desempenho dessas funções era gratuito e obrigatório, factor que afastava, à partida, não só a esmagadora maioria da população, mas até a maioria dos eleitores que, embora pudessem possuir instrução suficiente, não podiam, por razões económicas, ocupar-se de semelhantes tarefas.

A «capacidade» de gerir os negócios políticos locais fica, assim, reservada a uma elite, autêntica «família» de republicanos cuja continuidade colocou os destinos concelhios na dependência das suas decisões, mercê de um hermetismo político que torna os órgãos administrativos inacessíveis à maioria dos cidadãos.

Situação não muito diferente, afinal, da que se vivia sob o regime monárquico. Situação que evidencia as contradições de um outro regime que, implantando-se sobre os destroços daquele, não soube renovar suficientemente os métodos e as práticas administrativas, cerceando à partida o principal valor em que assentara a sua implantação: a Democracia.

ANEXO

BIOGRAFIAS DOS ELEITOS PARA OS CORPOS ADMINISTRATIVOS

ELEITOS PARA A JUNTA GERAL DE DISTRITO

1 — JOÃO HENRIQUE CALDAS

(Procurador substituto à Junta Geral)

Nasceu em 1877, em Vila Franca de Xira. Comerciante, foi Presidente do Hospital da Caridade em 1923-25.

Eleito vereador em 1917, exerceu, nesse ano, o cargo de Presidente da Comissão Administrativa da Câmara.

Voltará a ser eleito vereador em 1925.

2 — JOSÉ DIAS DA SILVA

(Procurador efectivo à Junta Geral)

Nasceu a 24 de Janeiro de 1862, em Vila Franca de Xira e foi, sem sombra de dúvida, o principal vulto republicano do concelho, desde os fins da Monarquia e durante praticamente toda a Primeira República.

Filho de um comerciante abastado, seguiu a profissão do pai, tornando-se igualmente um homem de negócios com enorme desafogo económico, vindo a ser também proprietário de uma fábrica de moagem e de uma tipografia.

Apesar de não possuir elevadas habilitações literárias, era dotado de um espírito culto e lúcido que lhe grangeou grande estima pessoal e enorme influência política em Vila Franca.

Desde cedo se empenhou em diversos organismos associativos da vila: foi Presidente da Assembleia Geral da Associação Comercial e Industrial, e Presidente da Direcção do Montepio dos Artistas Vilafranquenses em 1906; após a fundação do Sindicato Agrícola, em 1911, foi membro da sua Direcção, à qual presidiu em 1913; foi igualmente vogal da Sociedade fundadora da Praça de Touros em 1906.

A política atrafu-o desde a juventude, talvez por influência do pai, que foi vereador da Câmara em 1885. Aos 30 anos, José Dias da Silva tinha já abraçado o ideário republicano, empenhando-se no combate ao caciquismo monárquico desde, pelo menos, o início da década de 1890.

Os corpos administrativos conheceram a sua presença desde 1890, ano em que assumiu a Presidência da Junta de Paróquia de Vila Franca. Em 1893 era já vereador da Câmara, cargo que viria a desempenhar quase ininterruptamente até ao fim do regime monárquico. Foi Presidente da edilidade de 1893 a 1895, de 1898 a 1901 e a partir de 1907, encontrando-se no desempenho desse cargo quando foi instaurada a República.

A organização do Partido Republicano no Concelho foi obra da sua iniciativa, em 1901, ascendendo a vogal da Comissão Distrital do Partido em 1908-1909.

Em 1910 era Secretário da Comissão Municipal do P.R.P. de Vila Franca. Após a proclamação da República entraria, no entanto, em divergência com o velho Partido Republicano. Aquando das eleições para a Assembleia Constituinte, foi ainda designado candidato do partido, pela minoria, vindo a ser o candidato mais votado no concelho. Eleito deputado, cargo que acumulou com a Presidência da Câmara Municipal, viria a integrar o Grupo Parlamentar dos Independentes, mantendo-se desligado de formações partidárias até ao fim da vida.

Na Assembleia Constituinte desenvolveu, no entanto, uma intensa actividade, participando na discussão da Constituição, e, sobretudo, da legislação referente aos corpos administrativos, de cuja autonomia era acérrimo defensor. Muitas das disposições da Lei n.º 88, de 1913, que regeu o funcionamento desses corpos, foram por ele propostas.

Após o seu afastamento do P.R.P., com cujos membros manteve, no entanto, boas relações, defendeu sempre a unidade dos republicanos, considerando perniciosas as disputas partidárias. Por isso se empenhou na formação da Conjunctão Republicana de Vila Franca, em 1913, a cuja Direcção pertenceu desde a sua génese. A formação de listas de unidade republicana para as eleições locais foi sempre uma das suas principais preocupações, defendendo que os cargos municipais deveriam ser ocupados por homens competentes, independentemente de filiações partidárias.

Conservou a Presidência da Câmara até 1914, ano em que a ela renunciou, por ter sido posta em causa a sua acção, continuando vereador até 1919, sendo então nomeado Administrador do Concelho e, finalmente, eleito para Procurador à Junta Geral de Distrito, cargo que renovou nas eleições de 1922.

Jornalista distinto, fundou, em 1911, o jornal vilafranquense «Mensageiro de Cira», de que foi director até 1917, e em cujas páginas defendeu sempre os interesses do concelho. A partir de 1923 tornou-se colaborador de um outro periódico local, a «Vida Ribatejana», pois o «Mensageiro de Cira» desaparecera pouco depois de ter abandonado a sua direcção.

Faleceu a 25 de Junho de 1925, sendo então homenageado por toda a vila. A Câmara Municipal promoveu-lhe funerais oficiais e o comércio local semi-cerrou as suas portas em sinal de luto.

A Câmara dos Deputados aprovou, igualmente, um voto de sentimento.

O que dele se escreveu no n.º 166 da «Vida Ribatejana», jornal dirigido por um membro do Partido Democrático, sintetiza bem a sua acção política no concelho. Com efeito, aí se pode ler, a propósito de José Dias da Silva: «Gizou planos de engrandecimento e progresso, que espantaram os espíritos retrógrados então dominantes (no tempo da Monarquia) e assustaram o caciquismo local absorvente, que viu em Dias da Silva uma força que faria tremer nos seus pedestais os velhos ídolos, esfinges imutáveis da rotina. (...) Ele foi, incontestavelmente, o precursor do progresso de Vila Franca».

ELEITOS PARA VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL

1 — ABEL AVELINO PEREIRA DE SOUSA

(Vereador susbtituto)

Nasceu em Alhandra em 1879. Era empregado dos Caminhos-de-Ferro.

2 — ANTÓNIO ALVES DE MACEDO

(Vereador efectivo)

Nasceu em Alverca em 1891. Era empregado de comércio.

3 — ANTÓNIO BAPTISTA CANHA
(Vereador substituto)

Nasceu em 1853. Residente em Castanheira, era proprietário, dedicando-se especialmente à produção de cereais e criação de gado.

Foi membro da Direcção do Sindicato Agrícola em 1911.

Em 1917 foi eleito para a Junta de Freguesia de Castanheira.

4 — ANTÓNIO DIAS DA SILVA
(Vereador efectivo)

Nasceu em 1872 em Vila Franca. Era comerciante e agente da Companhia de Seguros «Aliança Madeirense».

Homem de prestígio no meio comercial, foi membro da Direcção da Associação Comercial e Industrial de Vila Franca em 1906, e Presidente da mesma em 1913.

Foi igualmente membro da Direcção do Hospital da Caridade.

A sua actividade política remonta aos fins da Monarquia, sendo membro do Partido Republicano nos últimos anos do regime.

Nessa qualidade foi eleito para a Junta de Paróquia em 1908, sendo seu Presidente em 1911 e 1913.

Foi eleito vereador em 1917 e 1919, cargo que voltará a desempenhar em 1925.

5 — ANTÓNIO DINIZ LOPES
(Vereador substituto)

Nasceu em 1890 em Vila Franca. Era comerciante.

Foi eleito para a Junta de Freguesia em 1919.

Voltará a ser vereador em 1925.

6 — ANTÓNIO LÚCIO BAPTISTA
(Vereador efectivo)

Nasceu em 1870 em Vila Franca. Comerciante de profissão, foi também Secretário do Hospital da Caridade em 1923.

Dirigiu o periódico local «Vida Ribatejana» a partir de 1918, destacando-se na vida política local como membro do Partido Democrático.

Eleito vereador em 1917 foi, durante o mandato, membro da Comissão Executiva da Câmara. Após a eleição de 1919 foi-lhe atribuída a Presidência da edilidade.

Continuará a ser vereador no mandato seguinte, sendo reeleito em 1925. Nesse ano foi proposto pelas comissões políticas do Partido Democrático para candidato a deputado, tendo recusado o convite.

7 — ANTÓNIO DA SILVA SANTOS
(Vereador substituto)

Nasceu em 1864 em Vialonga. Era comerciante.

8 — AUGUSTO DIAS
(Vereador substituto)

Nasceu em 1864, em S. João dos Montes. Proprietário e vitivinicultor, exerceu também a função de Ajudante do Posto de Registo Civil na Freguesia.

A sua actividade política iniciou-se ainda nos fins da Monarquia, tendo sido vereador em 1907-1908.

Em 1913 exercia o cargo de Regedor da Freguesia de S. João dos Montes, sendo eleito, em 1917, para a respectiva Junta.

9 — CARLOS JOSÉ GONÇALVES

(Vereador efectivo)

Nasceu em 1876 em Vila Franca. Proprietário e lavrador, foi membro da Direcção da Associação Comercial e Industrial em 1906, exercendo, no mesmo ano, o cargo de Presidente da Assembleia Geral do Montepio Operário Ribatejano.

Foi Vice-Presidente da Direcção do Sindicato Agrícola em 1911, e também Presidente da Direcção do Hospital da Caridade.

Destacado membro do Partido Republicano desde os fins da Monarquia, foi Presidente da Comissão Paroquial do mesmo em 1906, sendo, à data da proclamação da República, Presidente da sua Comissão Municipal.

Na administração local foi vogal da Junta de Paróquia em 1906 e 1908, eleito pelas listas do P. R. P., sendo nomeado, após a instauração da República, Administrador do Concelho, cargo que exerceu, pelo menos, em 1911, 1913 e 1918.

Em 1913 foi eleito Procurador à Junta Distrital, tendo-se empenhado, no mesmo ano, na fundação da Conjunctão Republicana de Vila Franca, para cuja Direcção foi eleito. Eleito vereador em 1919, voltará a sê-lo em 1925.

10 — CARLOS LUÍS IGNÁCIO

(Vereador substituto)

Nasceu em 1879 em Alhandra. Empregado dos Caminhos-de-Ferro, foi eleito vereador em 1913.

Em 1917 foi eleito para a Junta de Freguesia de Alhandra, tendo sido reeleito em 1919, ano em que foi também eleito vereador.

11 — DOMINGOS JOSÉ FERREIRA

(Vereador substituto)

Nasceu em 1875 em Alverca. Proprietário de uma farmácia, bem como de propriedades e prédios urbanos.

12 — FRANCISCO COSTA NASCIMENTO

(Vereador substituto)

Nasceu em 1872 em Vila Franca. Era comerciante.

13 — FRANCISCO VARÃO DUARTE FIGUEIRA

(Vereador efectivo)

Nasceu em 1875. Formado em Leis, foi advogado em Vila Franca, desempenhando igualmente o cargo de Oficial do Registo Civil.

Director do jornal «Vida Ribatejana» em 1917, foi também membro da Direcção do Hospital da Caridade em 1923-1925.

Eleito vereador em 1913, exerceu os cargos de Vice-Presidente da Câmara em 1914 e de Presidente em 1917.

14 — JOÃO MARIA PEREIRA BÔTTO
(Vereador efectivo)

Nasceu em 1876 em S. João dos Montes. Proprietário, foi também agente da Companhia de Seguros «Portugal Previdente» em Alhandra.
Eleito vereador em 1917, foi membro da Comissão Administrativa da Câmara em 1919, sendo então reeleito para o cargo de vereador.

15 — JOÃO D'OLIVEIRA RAMOS
(Vereador efectivo)

Nasceu em 1868 em Alhandra. Empregado de comércio em 1919, torna-se comerciante alguns anos mais tarde, sendo também agente da Companhia de Seguros «Ultramarina».

Foi Presidente da Associação de Socorros Mútuos Nossa Senhora da Conceição do Portal, de Alhandra.

Eleito vereador em 1913 e membro da Junta de Freguesia de Alhandra em 1917. Em 1919 é eleito vereador e reeleito para a Junta de Freguesia.

16 — JOÃO PEREIRA FILIPE
(Vereador efectivo)

Nasceu em 1864 em Vialonga. Comerciante, foi desde cedo membro do Partido Republicano. Nessa qualidade desempenhou as funções de vereador de 1906 a 1910.

Em 1913 foi Regedor da Freguesia de Vialonga e eleito vereador da Câmara, cargo para que foi reeleito em 1919.

17 — JOAQUIM ANTÓNIO GERMANO
(Vereador substituto)

Nasceu em 1848 em Cachoeiras. Proprietário, foi Regedor da Freguesia em 1913. Eleito vereador em 1919, voltará a sê-lo em 1925.

18 — JOAQUIM SABINO DE FARIA
(Vereador efectivo)

Nasceu em 1853 em Alverca. Proprietário, foi também Encarregado dos Serviços Fluviais e Marítimos.

Foi eleito vereador em 1913, 1917 e 1919.

19 — JOAQUIM DA SILVA CARDOSO
(Vereador substituto)

Nasceu em 1877 em Vila Franca. Comerciante, foi membro da Direcção da Associação Comercial e Industrial em 1913.

Eleito vereador em 1913 e 1919.

20 — JOSÉ ANTUNES SEQUINHO
(Vereador substituto)

Nasceu em 1882 em Vialonga. Agricultor.

Foi membro do Partido Republicano nos fins da Monarquia, sendo, nessa qualidade, eleito vereador em 1908.

Foi eleito vereador em 1913 e 1919.

21 — JOSÉ AUGUSTO DA SILVA MEIRELES
(Vereador substituto)

Nasceu em 1877 em Vila Franca. Era Ajudante de Conservador.
Eleito vereador em 1919 e 1925.

22 — JOSÉ CORREIA NUNES
(Vereador efectivo)

Nasceu em 1873 em Vila Franca. Formado em Leis, foi advogado em Vila Franca e Conservador Predial.
Foi Director do jornal «O Ribatejano», semanário republicano independente de Vila Franca, em 1919-29.

23 — JOSÉ GREGÓRIO GONÇALVES
(Vereador efectivo)

Nasceu em 1868 em Cachoeiras. Proprietário.

24 — JOSÉ MARIA VIDINHA
(Vereador efectivo)

Nasceu em 1858 em Castanheira. Proprietário, era produtor de vinho e exportador de fruta.
Foi encarregado do Correio, em Castanheira, em 1913.
Eleito vereador em 1919 e 1925.

25 — JOSÉ RIBEIRO TOMÉ
(Vereador substituto)

Nasceu em 1873 em Vila Franca. Era «Capitalista».

26 — JOSÉ DOS SANTOS NATIVIDADE
(Vereador efectivo)

Nasceu em 1875 em Vialonga. Proprietário, foi vogal da Comissão Venatória Concelhia, em 1919-23.
Eleito vereador em 1917, 1919 e 1925.

27 — LUÍS ANTÓNIO DE SOUSA E BRITO
(Vereador substituto)

Nasceu em 1867 em Povos. Proprietário.
Eleito vereador em 1913, 1919 e 1925.

28 — MANUEL DE JESUS CÂNCIO
(Vereador substituto)

Nasceu em 1863 em Alhandra. Comerciante e também proprietário vitivinicultor.
Em 1919 foi eleito para vereador.

29 — MIGUEL JOAQUIM DA FONSECA ESGUELHA
(Vereador efectivo)

Nasceu em 1874 em Vila Franca. Comerciante, foi Secretário da Real Associação Agrícola e Comercial em 1906.

Eleito Procurador substituto à Junta Distrital em 1913, viria a ser vereador após a eleição de 1917. Durante esse mandato foi membro da Comissão Administrativa da Câmara e, após a reeleição de 1919, Vice-Presidente da edilidade. Em 1925 será reeleito vereador.

30 — PEDRO GONÇALVES SOARES
(Vereador efectivo)

Nasceu em 1881 em Alhandra. Empregado dos Caminhos-de-Ferro, era também proprietário de uma fábrica de telha e tijolo. Foi presidente da Tuna Comercial e Industrial de Alhandra em 1913.

31 — SABINO PEDRO GARCIA GOMES
(Vereador efectivo)

Nasceu em 1872 em Vila Franca. Comerciante, foi também membro da Direcção do Hospital da Caridade, em 1913.

Eleito vereador em 1913, assumiu a Presidência da Câmara no ano seguinte, após a renúncia de José Dias da Silva.

Foi membro da Direcção da Conjuncção Republicana de Vila Franca em 1913.

32 — SAÚL RODRIGUES LEITÃO
(Vereador substituto)

Nasceu em 1859 em Vila Franca. Comerciante abastado, era proprietário de um armazém de tecidos que se considerava «um dos maiores estabelecimentos do Ribatejo».

Foi Presidente da Direcção da Associação Comercial e Industrial em 1906.

Vereador de 1908 a 1910, seria reeleito em 1913 e 1919.

ELEITOS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA

JUNTA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA

1 — ARTUR DOS SANTOS
(substituto)

Nasceu em 1883 em Vila Franca. Era proprietário.

2 — CRISTINO VITORINO
(efectivo)

Nasceu em 1864. Era proprietário; vendia vinho por miúdo.

3 — JOSÉ DUARTE COSTA
(substituto)

Nasceu em 1859. Agricultor. Foi vogal da Comissão Venatória Concelhia. Foi vereador em 1913.

4 — FRANCISCO JOAQUIM CALDEIRA

(substituto)

Nasceu em 1870. Comerciante.

5 — JOSÉ DA SILVA ROQUE

(substituto)

Nasceu em 1873. Comerciante de ferragens e drogas.

6 — ANTÓNIO PEREIRA GUIMARAES

(efectivo)

Nasceu em 1877. Comerciante, relojoeiro e proprietário de uma ourivesaria e relojoaria.

É reeleito em 1925.

7 — JÚLIO FILIPE

(efectivo)

Nasceu em 1886. Empregado de comércio. Foi eleito em 1917 para a Junta de Freguesia.

Foi membro da Comissão Municipal do Partido Democrático em 1914.

8 — VICENTE PEDRO DA CUNHA

(efectivo)

Nasceu em 1888. Litógrafo.

9 — MANUEL JOSÉ FERNANDES

(substituto)

Nasceu em 1874. Pescador.

10 — MANUEL BERNARDO CAÇALHO

(substituto)

Nasceu em 1870. Marítimo.

JUNTA DE FREGUESIA DE CACHOEIRAS

1 — ANTÓNIO CALDEIRA

(substituto)

Nasceu em 1892. Trabalhador.

2 — ANTÓNIO PEREIRA

(substituto)

Nasceu em 1888. Trabalhador.

3 — FIRMINO D'OLIVEIRA
(substituto)

Nasceu em 1892. Trabalhador.

4 — FRANCISCO ANTÓNIO DA SILVA
(efectivo)

Nasceu em 1863. Proprietário. Foi presidente da Junta de Paróquia em 1913. Eleito para a mesma Junta em 1917 e 1919.

5 — JOAQUIM PEDRO LAPA
(efectivo)

Nasceu em 1887. Empregado de comércio. Foi eleito em 1917 e 1919.

6 — JOSÉ ALFREDO RODRIGUES
(substituto)

Nasceu em 1888. Trabalhador. Foi eleito em 1917 e 1919.

7 — JOSÉ VENTURA CRAVO
(efectivo)

Nasceu em 1879. Pedreiro. Foi eleito em 1917 e 1919.

8 — VENTURA CALDEIRA
(efectivo)

Nasceu em 1866. Proprietário. Foi eleito em 1913 e 1919.

JUNTA DE FREGUESIA DE CASTANHEIRA

1 — DIONÍSIO JOSÉ DE MORAIS
(efectivo)

Nasceu em 1854. Proprietário. Foi eleito em 1913 e 1919.

2 — JOÃO LOPES
(efectivo)

Nasceu em 1854. Proprietário. Produtor e exportador de frutas.
Foi eleito em 1913, 1917 e 1919.

3 — JOAQUIM DA SILVA BISCAIA
(substituto)

Nasceu em 1853. Pedreiro. Foi eleito em 1913 e 1919.

4 — JOAQUIM VICENTE JÚNIOR
(efectivo)

Nasceu em 1880. Comerciante. Foi Regedor em 1913.

5 — JOSÉ ANTÓNIO PEREIRA

(substituto)

Nasceu em 1880. Comerciante. Produtor de cereais e vinho. Eleito em 1917 e 1919.

6 — LUÍS VITORINO

(substituto)

Nasceu em 1850. Cantoneiro. Presidente da Junta de Paróquia em 1913. Reeleito em 1917 e 1919.

7 — MANUEL DA CAZA

(substituto)

Nasceu em 1877. Trabalhador. Eleito em 1913 e 1919.

8 — MANUEL DE JESUS ATANÁZIO

(efectivo)

Nasceu em 1867. Professor Primário.

9 — PEDRO SALVADOR GONÇALVES

(efectivo)

Nasceu em 1887. Proprietário. Foi vereador da Câmara em 1913.

10 — TOMAZ VICENTE JÚNIOR

(substituto)

Nasceu em 1876. Sapateiro. Foi eleito em 1913 e 1919.

JUNTA DE FREGUESIA DE ALHANDRA

1 — ABEL DE ALMEIDA

(substituto)

Nasceu em 1875. Empregado dos Caminhos-de-Ferro. Foi eleito em 1913 e 1919.

2 — ALFREDO FERREIRA PENICHE

(substituto)

Nasceu em 1874. Comerciante. Foi eleito vereador em 1913.

3 — CARLOS LUÍS IGNÁCIO

(efectivo)

Nasceu em 1879. Empregado dos Caminhos-de-Ferro. Foi eleito vereador em 1913, e para a Junta de Freguesia em 1917 e 1919.

4 — FILIPE PINHEIRO

(efectivo)

Nasceu em 1879. Serralheiro. Foi eleito para a Junta de Freguesia em 1917, 1919 e 1922.

- 5 — JOÃO DA SILVA
(efectivo)
Nasceu em 1890. Carpinteiro.
- 6 — JOSÉ PEREIRA DE OLIVEIRA E SILVA
(substituto)
Nasceu em 1868. Carpinteiro.
- 7 — JOSÉ DOS SANTOS FRAGOSO
(substituto)
Nasceu em 1885. Tecelão.
- 8 — JÚLIO INÁCIO CAROU
(efectivo)
Nasceu em 1887. Operário. Foi eleito em 1913 e 1919.
- 9 — LUÍS PEDRO DE CARVALHO
(efectivo)
Nasceu em 1891. Empregado dos Caminhos-de-Ferro. Eleito em 1917 e 1919.
- 10 — NARCISO DIAS DE CARVALHO
(efectivo)
Nasceu em 1874. Empregado dos Caminhos-de-Ferro. Foi membro da Direcção da Corporação da Misericórdia e Hospital, em 1925.
Presidente do Centro Republicano de Alhandra em 1924.
Foi eleito vereador em 1913, e para a Junta de Freguesia em 1917 e 1919.

JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOÃO DOS MONTES

- 1 — ANTÓNIO LUÍS BONITO
(efectivo)
Nasceu em 1876. Trabalhador. Eleito em 1917 e 1919.
- 2 — JOÃO DINIS REAL
(efectivo)
Nasceu em 1881. Comerciante. Eleito em 1917 e 1919.
- 3 — JOÃO LOPES BEXIGA
(substituto)
Nasceu em 1860. Proprietário.
- 4 — JOÃO PINHEIRO BAPTISTA
(substituto)
Nasceu em 1886. Trabalhador.

- 5 — JOAQUIM ANTÓNIO HENRIQUES
(substituto)

Nasceu em 1871. Proprietário. Eleito em 1913 e 1919.

- 6 — JOSÉ FRANCISCO RATO
(substituto)

Nasceu em 1881. Taberneiro.

- 7 — LUÍS CORREIA
(efectivo)

Nasceu em 1886. Comerciante.

- 8 — ROQUE DA SILVA

(efectivo)

Nasceu em 1864. Proprietário, vitivinicultor e tanoeiro. Eleito em 1913, 1917 e 1919.

JUNTA DE FREGUESIA DE ALVERCA

- 1 — DOMINGOS PINTO FERREIRA
(efectivo)

Nasceu em 1865. Proprietário. Eleito em 1913, 1917 e 1919.

- 2 — JOÃO LUÍS DA COSTA PALMELA
(substituto)

Nasceu em 1880. Serralheiro. Eleito em 1913 e 1919.

- 3 — JOSÉ BENTO PINHEIRO
(substituto)

Nasceu em 1882. Trabalhador. Eleito em 1917 e 1919.

- 4 — JOSÉ LUÍS DA VICTÓRIA
(substituto)

Nasceu em 1882. Empregado dos Caminhos-de-Ferro. Eleito em 1917 e 1919.

- 5 — JOSÉ RIBEIRO LÉ
(efectivo)

Nasceu em 1881. Carpinteiro. Eleito em 1913 e 1919.

- 6 — JOSÉ ROBERTO TEIXEIRA
(substituto)

Nasceu em 1877. Sapateiro.

7—MANUEL ANTÓNIO ERMIDA
(efectivo)
Nasceu em 1862. Serralheiro.

8—SEGISMUNDO ALVES DE MACEDO
(substituto)
Nasceu em 1864. Comerciante.

9—SILVESTRE DOS SANTOS
(efectivo)
Nasceu em 1876. Tecelão.

10—VIRGÍLIO FERREIRA
(efectivo)
Nasceu em 1894. Comerciante. Eleito em 1917 e 1919.

JUNTA DE FREGUESIA DE CALHANDRIZ

1—ALBINO MARTINS
(efectivo)
Nasceu em 1884. Carpinteiro. Foi eleito vereador em 1913.

2—ANDRÉ TIAGO
(substituto)
Nasceu em 1873. Trabalhador.

3—DIONÍSIO DOS SANTOS
(efectivo)
Nasceu em 1864. Trabalhador.

4—JOÃO LOPES FORMIGO
(efectivo)
Nasceu em 1888. Moleiro.

5—JOÃO RODRIGUES
(substituto)
Nasceu em 1863. Trabalhador.

6—JOSÉ LOPES CRISPIM
(substituto)
Nasceu em 1863. Trabalhador.

JUNTA DE FREGUESIA DE VIALONGA

- 1 — **ADELINO ANTÓNIO FERNANDES**
(substituto)
Nasceu em 1892. Vendedor ambulante.
- 2 — **ANTÓNIO JOSÉ BAPTISTA JÚNIOR**
(substituto)
Nasceu em 1893. Pedreiro.
- 3 — **CLEMENTE FERREIRA GUARIDA**
(substituto)
Nasceu em 1892. Pedreiro.
- 4 — **DOMINGOS ANTUNES GANCHO**
(substituto)
Nasceu em 1889. Fogueiro.
- 5 — **FLORINDO TABORDA**
(efectivo)
Nasceu em 1898. Proprietário.
- 6 — **JOAQUIM RODRIGUES DOS SANTOS**
(substituto)
Nasceu em 1891. Caixoteiro.
- 7 — **JOSÉ GONÇALVES DA SILVA**
(efectivo)
Nasceu em 1866. Proprietário e ferrador. Eleito em 1917 e 1919.
- 8 — **JOSÉ LUCAS MIGUEL**
(efectivo)
Nasceu em 1890. Comerciante.
- 9 — **LUÍS LOURENÇO**
(efectivo)
Nasceu em 1850. Trabalhador. Eleito em 1913, 1917 e 1919.
- 10 — **RAFAEL JOSÉ PEREIRA DE ARAÚJO**
(efectivo)
Nasceu em 1866. Proprietário.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

FONTES MANUSCRITAS

— Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira:

- *Actas das Eleições das Juntas de Freguesia — Ano de 1919.*
- *Cadernos de Recenseamento Eleitoral — 1913; 1919; 1922.*
- *Relação dos Vereadores eleitos em 1919.*

— Arquivo do Governo Civil de Lisboa:

- *Acta da Eleição de Procuradores à Junta Geral do Distrito de Lisboa e de Vereadores da Câmara Municipal do Concelho de Vila Franca de Xira — Ano de 1913.*
- *Actas das Eleições das Juntas de Freguesia do Concelho de Vila Franca de Xira — Ano de 1917.*

— Arquivo Histórico-Parlamentar da Assembleia da República (Secção IX, Caixas 46, 133, 222, 274, 332, 382, 444, 613, 638):

- *Actas das Eleições de Deputados — Anos de 1911, 1915, 1918, 1919, 1921, 1922, 1925.*
- *Cadernos Eleitorais — Anos referidos.*

FONTES IMPRESSAS

- *Anuário Comercial de Portugal — Anos de 1913, 1919, 1920, 1921, 1923, 1924, 1925.* Lisboa, anos respectivos.
- *Boletim do Trabalho Industrial — N.º 116-150.* Lisboa, I. N.
- *Censos da População de Portugal — Anos de 1911, 1920, 1930.* Lisboa, I. N.
- *Diário da Câmara dos deputados — Anos de 1915, 1919, 1921, 1922, 1925.* Lisboa, I. N.
- *Legislação relativa a problemas eleitorais:*
 - 1911 — Decreto de 14 de Março.
 - 1913 — Leis n.º 3; 88.
 - Decretos n.º 158; 177; 188.
 - 1915 — Lei n.º 314.
 - 1916 — Lei n.º 621.
 - 1918 — Decretos n.º 3907; 3997.
 - 1922 — Lei n.º 1328.
 - Decretos n.º 8390; 8421; 8457.
 - 1925 — Decreto n.º 11196.

JORNAIS LOCAIS

- *Folha Nova* (1910-1918).
- *Mensageiro de Cira* (1911-1917).
- *O Campino* (1882-1894).
- *O Pensamento* (1906-1911).
- *O Ribatejano* (1919-1920).
- *O Vilafranquense* (1896-1902).
- *Vida Ribatejana* (1917-1925).

OBRAS DE CARÁCTER LOCAL

- MACEDO, Lino de — *Apontamentos para a História do Movimento Republicano no Concelho de Vila Franca de Xira (1881-1891)*. Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1913.
- MACEDO, Lino de — *O Programa Republicano — Carta ao Snr. Dr. Theóphilo Braga*. Porto, Typographia Occidental, 1888.

OBRAS DE APOIO METODOLÓGICO

- LELEU, Claude — *Géographie des Élections Françaises depuis 1936*. Paris, P. U. F., 1971.
- SIEGFRIED, André — *Tableau Politique de la France de L'Ouest sous la Troisième République*. Paris-Genève, Slatkine Reprints, 1980.
- VASALLO, José Ramon Martin — *Las Elecciones a Cortes en la Ciudad de Salamanca (1931-1936) — Un Estudio de Sociologia Electoral*, s.l.n.d.

OBRAS GERAIS

- AZEVEDO, Manuel Roque — *Inquérito sobre o Partido Republicano Evolucionista (1912-1919)*, in «Nova História», n.º 2, Dezembro, 1984.
- CÂNCIO, Francisco — *Subsídios para a História Económica do Ribatejo*. Lisboa, 1944.
- FERREIRA, David — *História Política da Primeira República Portuguesa (1910-1915)*. Lisboa, Livros Horizonte, 1973.
- FIGUEIREDO, A. Mesquita de — *Subsídios para a Bibliografia da História Local Portuguesa*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1933.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. — *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*. Lisboa, Estampa, 1981.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. — *História da 1.ª República Portuguesa — As Estruturas de Base*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. — *História de Portugal* (vol. II). Lisboa, Palas Editores, 1973.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. — *Introdução à Exposição: Eleições para as Assembleias Constituintes — 1975*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1975.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. — *A Primeira República Portuguesa — Alguns Aspectos Estruturais*. Lisboa, Livros Horizonte, 1975.
- PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme — *Dicionário Histórico, Chorográfico, Biográfico, Bibliográfico, Heráldico, Numismático e Artístico*. Lisboa, Ed. J. Romano Torres, 1915.
- PERES, Damião — *História de Portugal* (Suplemento). Porto, Portucalense Editora, 1954.
- RODRIGUES, António L. Costa — *Código Eleitoral Actualizado*. Coimbra, 1921.
- SERRÃO, Joel (dir.) — *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971.
- Artigos: Partido Republicano Português; Republicanismo; Sistemas Eleitorais.
- *As Constituintes de 1911 e os seus Deputados*. Lisboa, Livraria Ferreira, 1911.
- *Censo Eleitoral da Metrópole*. Lisboa, I. N., 1916.
- *Classificação Nacional das Profissões (Versão 1980)*. Lisboa, Secretaria de Estado do Emprego, 1980.
- *Programa do Partido Republicano Português*. Lisboa, Officina Typográfica A Liberal, 1908.



1



2



3

1 - JOSÉ DIAS DA SILVA

Vilafranquense ilustre, deputado à Assembleia Constituinte de 1911 e figura destacada da vida política concelhia.

2 - DR. JOÃO GONÇALVES

Médico vilafranquense, eleito deputado pelo círculo de Vila Franca de Xira em 1915 e 1919. Membro do Partido Republicano em 1910, viria a integrar-se posteriormente no Partido Evolucionista.

3 - Os PAÇOS DO CONCELHO nos começos do século.



4 — Caricatura de JOSÉ DIAS DA SILVA publicada pelo jornal *Vida Ribatejana* de 25 de Novembro de 1923.

5 — Jornal vilafranquense *O Pensamento* saudando a proclamação da República.

XX

Anno V

XX

O PENSAMENTO

SEBDOMADARIO INDEPENDENTE

Noticioso, Litterario, Recreativo e Annunciador

XX

N.º 227

XX

Villa Franca de Xira, 13 de Outubro de 1910

Director e proprietario — A. M. Beja da Silva

Annuncios Não permanentes: — Cada linha 40 réis Permanentes: — Contrato particular Communicados, 50 réis a linha	SECRETARIO — JOÃO DE SOUSA Redacção e administração — Rua do Caes, 41 e 42 — VILLA FRANCA DE XIRA Composição e impressão — «Minerva Lusitana» — Typographia do <i>O Pensamento</i> Os autographos, sejam ou não publicados, não se restituem	Assignatura (Pagamento adiantado) Anno (serie de 52 numeros)... 18000 Semestre (serie de 26 numeros)... 500 Avulso 20 réis
---	--	---

VIVA A REPUBLICA PORTUGUESA!

Saudação

Está enfim implantada a República em todo o Portugal e seus domínios!

Decidiu-o a gloriosa manhã de

5 de outubro de 1910

pela boca tremante do

Povo, do Exército e da Armada

Em toda a parte onde palpitam corações genuinamente portugueses tremula ovante a bella bandeira bicolor d'um verde feito da intexível esperança que acalentava todos quantos viam no regime monarchico — de que pretendiam desfa-

re a desordem, a opressão e o roubo, o preconceito e o privilegio, desapareceu, já cá não volta mais, transformou-se.

O Portugal de hoje, o Portugal da Republica, é e tem de ser o Portugal da nova era, da nova divisa: Patria e Liberdade, Ordem e Trabalho.

Aos bravos, heroicos e generosos revolucionarios que tanto bem commun conquistaram, «O Pensamento» saúda-os calorosamente e saúda com enternecimento a memoria dos martyres da revolução com cujo sangue derramado a esmo se consolidou o colossal edificio da Republica e se escreveu a sublime lei que auctorisa a dizer em publico

Viva a Republica Portuguesa!

A proclamação da Republica

Após essas jornadas monumetalmente epicas de 3, 4 e 5 d'outubro de que os jornais da capital tão desenvolvidamente se tem occupada, foi proclamada a Republica nos Paços do Municipio de Lisboa pelas 11 horas da manhã do historico dia 5 d'outubro.

Aqui, em Villa Franca, cortadas as linhas ferreas, telephonicas e telegraphicas, era absolutamente impossivel saber-se o andamento da revolução em Lisboa. Ouvia-se o bombardeamento quasi ininterrupto que gerava os mais tetricos boatos,

Batalha, Manoel Simões da Silva e José Murinho, encarregada da administração do concelho, e nomeado pelo povo para chefe da policia civica de Villa Franca o sr. Julio Santos.

Antes de mais nada se deve dizer que tanto a Commissão como o chefe da policia e cabos, auxilliados por varios outros populares, tem sido incansaveis no desempenho das suas arduas missões.

Depois da implantação da Republica, Villa Franca poz-se em festa: percorrendo as suas ruas, entre outras, a banda republicana de Alhandra acompanhada de muito povo d'aquella villa, entusiastica partidaria da Republica que por ella bem se sacrificou, e soltando-se constantemente vivas á Republica.

ESQUISSOS

CLXXIII

D. N. C.

ALEMQUER

Nem alto nem baixo;
nem magro nem gordo;
nem pallido nem corado;
nem triste nem alegre.
Muito meticoloso no
seu laboratorio, o que con-

INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E CONSTRUÍDO DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA — NOTÍCIA DA PARCELA 404-1

RUI PARREIRA

1. JUSTIFICAÇÃO

É no sentido de divulgar os resultados do levantamento do património arqueológico e edificado que vimos realizando para o Concelho de Vila Franca de Xira que aqui se dá letra de forma à súmula de documentação recolhida que respeita à parcela 404-1.

Como se disse já na notícia da parcela 403-8¹, os dados publicar-se-ão à medida das possibilidades, de acordo com um esquema já anteriormente adoptado por Lanhas e Pinho Brandão², para o Distrito do Porto. A adequabilidade do método, permite não apenas uma numeração sequencial dos monumentos, conjuntos e sítios dentro de cada uma das oito parcelas em que se dividiu cada folha da Carta Militar de Portugal na escala 1:25 000 mas torna também mais fácil a sua publicação, que o mesmo é dizer o acesso das comunidades a dados semi-tratados.

Não se iluda porém o leitor: um levantamento deste tipo, já o afirmámos anteriormente, é por natureza uma obra aberta e imperfeita: que, por isso, se nos perdoem as omissões.

2. NOTAS SOBRE OBJECTOS, CONUNTOS E SÍTIOS INVENTARIADOS NA PARCELA 404-1

1. CASTELO

Classificação: formação natural.

Cronologia: ocupação humana indeterminada.

¹ PARREIRA, Rui — *Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira — Notícia da Parcela 403-8*, «Boletim Cultural», Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1, 1985, p. 107-120. Ali era definida a metodologia e enunciados os propósitos do trabalho.

² P. ex.: LANHAS, F.; BRANDÃO, D. de Pinho — *Inventário de Objectos e Lugares com Interesse Arqueológico*, «Revista de Etnografia», Porto, tomo 2, Abril de 1965.

Situação: elevação destacada, sobranceira ao cruzamento das estradas que de Alverca e de Alhandra, respectivamente, conduzem a Arruda dos Vinhos.

Referências: tradição oral.

Observações: a tradição local fala de uma ocupação humana no alto, que não pôde ser comprovada pelas prospecções do terreno.

2. QUINTA DOS BICHOS

Classificação: quinta.

Cronologia: século XVIII.

Situação: na encosta, sobre a margem direita da Ribeira de Santo António, junto a São João dos Montes.

Referências: CHAVES, Luís — *Os pelourinhos no actual Concelho de Vila Franca de Xira, na Província da Estremadura e Distrito de Lisboa*, in «Boletim Comemorativo do 25.º Aniversário da Biblioteca-Museu Municipal Dr. Vidal Baptista», Câmara Municipal, Vila Franca de Xira, 1972, p. 166-167.

Observações: moradia rural, conservando ainda grande parte dos elementos da construção primitiva. Ali se conserva também o pelourinho do extinto Concelho de Alhandra, cujos restos foram recolhidos, após a sua demolição, por Abel Avelino Pereira Boto, e é exemplar pouco comum, do estilo renascentista.

3. IGREJA E CEMITÉRIO E SÃO JOÃO DOS MONTES

Classificação: templo e cemitério anexo.

Cronologia: fundado provavelmente no século XIII, o edifício actual remonta ao século XVI, com modificações posteriores.

Situação: na sede da freguesia.

Referências: MACEDO, Lino de — *Antiguidades do Moderno Concelho de Villa Franca de Xira*, 1893, p. 306.

Observações: junto ao templo, de uma só nave, existem cabeceiras de sepultura medievais, reaproveitadas; no cemitério, que actualmente ainda serve toda a freguesia, pode ver-se um interessante conjunto de lápides funerárias do século XIX e dos inícios do nosso século, a maioria, porém, já fora do local onde primitivamente estiveram colocadas.

4. CONVENTO DE A-DOS-LOUCOS

Classificação: convento.

Cronologia: século XVIII.

Situação: na encosta, a nordeste de A-dos-Loucos.

Referências: MACEDO, Lino de — *Antiguidades do Moderno Concelho de Villa Franca de Xira*, 1893, p. 313.

Observações: a tradição local atribui as ruínas existentes a um convento, inacabado, de freiras clarissas. As pretensões da ordem a vastas rendas e benesses, que teria tentado obter junto de D. João V e que por este seriam recusadas, inviabilizariam a existência do convento: de aí o topónimo, aplicável à inconsciente «loucura» das freiras.

5. SÍTIO DO CURRO

Classificação: praça de touros.

Cronologia: séculos XVII-XIX (?).

Situação: à saída da povoação de Suberra, sobre uma plataforma à direita da estrada que conduz a A-de-Freire.

Referências: MACEDO, Lino de — *Antiguidades do Moderno Concelho de Villa Franca de Xira*, 1983, p. 313.

Observações: no local, realizavam os nobres então com residência em Suberra, touradas com que preenchiam os tempos de lazer e engrandeciam o prestígio próprio. Em finais do século passado, eram ainda visíveis as ruínas do recinto.

6. QUINTA DE SUBSERRA

Classificação: quinta.

Cronologia: século XVII, com modificações posteriores.

Situação: na encosta, dominando o vale da Ribeira de Santo António, junto à povoação de Suberra.

Referências: (CAMACHO, Clara F.) — *Quinta de Suberra: Património Municipal*, DCAS, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (1986). CÂNCIO, Francisco — *Ribatejo Histórico e Monumental*, 1939. MACEDO, Lino de — *Antiguidades do Moderno Concelho de Villa Franca de Xira*, 1893, p. 308-312. NUNES, M. — *Municipalização e Valorização das Quintas de Suberra e da Piedade em Vila Franca de Xira*, in «Poder Local: Património Cultural» (Conferência do PCP sobre o Poder Local, Almada, 18 de Outubro de 1981), Lisboa, 1981, p. 75-77. SILVA, Veríssimo da — *Breve Monografia de São João dos Montes*, dact., s/d.

Observações: fundado em 1633 por Diogo da Veiga, que na Índia acumulara riquezas, o morgadio é continuado por seus descendentes. Desse primeiro período é a capela de São José, com seus azulejos seiscentistas, a tela do altar-mor pintada a óleo por Bento Coelho da Silveira e os túmulos de D. João Roxas de Azevedo e sua mulher, terceiros proprietários da quinta. Se os jardins surgem com uma imagem característica do século XVIII — verdadeiro paraíso geometrizado pela ortogonal linguagem do poder — o edifício apalaçado apresenta a traça que lhe foi conferida pela reconstrução do século XIX, promovida por Manuel Inácio Martins Pamplona, a cuja posse o morgadio viera por segundas núpcias de D. Isabel de Lemos e Roxas. No século XIX a quinta seria ponto de encontro da nobreza da época, que para este refúgio rural transferia o ambiente de intriga dos salões de Queluz, e receberia frequentes visitas régias. Todo o conjunto, com uma área total de cerca de 18 hectares, foi adquirido em 1980 por 18 000 contos pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira; desde então, tem vindo a ser restaurado e nele se tem desenvolvido a exploração agrícola, sendo as instalações frequentemente utilizadas para actividades socioculturais.

7. PONTES SOBRE A RIBEIRA DE SANTO ANTÓNIO

Classificação: conjunto de pontes.

Cronologia: século XVIII.

Situação: unindo as margens da ribeira, no troço final do seu curso.

Observações: serviam o acesso às quintas da zona e mantêm-se ainda em função, sendo utilizadas pelos moradores dos bairros de construções não autorizadas da margem direito da ribeira, junto a Alhandra.

8. QUINTA DA CRUZ DE PAU

Classificação: quinta.

Cronologia: século XVIII.

Situação: à saída de Alhandra, do lado direito da estrada para Arruda dos Vinhos.

Observações: o espaço da quinta foi ocupado por uma urbanização recente. Conserva-se o muro exterior, onde se rasgam janelões barrocos.

9. CONVENTO DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS

Classificação: convento.

Cronologia: século XVI.

Situação: a norte da povoação de Sobralinho, nos terrenos da antiga Quinta da Capacharia.

Referências: CÂNCIO, Francisco — *História Breve da Vila de Alverca do Ribatejo*, «Vida Ribatejana», n.º esp., VIII, 1956-57, p. 226. ID. — *Ribatejo Histórico e Monumental*, 1939. LEAL, Pinho — *Portugal Antigo e Moderno*. I, Lisboa, 1873, s. v. Alverca e Sobral, p. 178. MARTINS, Oliveira — *Portugal Contemporâneo*. MACEDO, Lino de — *Antiguidades do Moderno Concelho de Villa Franca de Xira*, 1893. SANTA MARIA, Fr. Agostinho de — *Santuário Mariano*, II, 1711, p. 380-384.

Observações: Convento de frades capuchos da Província de Santo António. A sua construção foi iniciada em 1590. Fundado por Francisco de Sousa, filho de D. António de Castelo Branco e de D. Maria Jacques, de acordo com disposição testamentária desta, é assim contemporâneo de outras fundações franciscanas na região. Durante as invasões francesas, no convento se albergaram dezenas de pessoas que procuravam o abrigo das Linhas de Torres. Apesar de, em 1835, por ordem do Duque da Terceira, ter sofrido demolições para reaproveitamento da pedra da sua construção e de hoje se encontrar em estado de adiantada ruína, são ainda observáveis algumas estruturas, como o corpo da igreja, um vasto tanque e a cerca, sendo de recomendar a sua protecção. Conservam-se também troços da calçada por onde o povo ia à missa.

10. PAÇO DO SOBRALINHO

Classificação: quinta.

Cronologia: séculos XVIII/XIX.

Situação: no limite norte da povoação de Sobralinho.

Referências: CÂNCIO, Francisco — *Ribatejo: Casos e Tradições*, 1949, p. 118-130. CARDOSO, Edgar P. C. — *O Jubileu das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico*, Alverca, 1968, p. 17; 25.

Observações: fundado no século XVIII, ampliado e remodelado no século XIX, é o mais notável conjunto edificado do Sobralinho, com recinto fortificado — exibindo ainda algumas peças de artilharia —, jardins e solar para residência, recuperado após o violento incêndio ocorrido em 1944. Ligada ao Duque da Terceira e às vicissitudes do Liberalismo português, a sua história é ainda uma referência importante na memória colectiva local. Propriedade particular, encerra importante espólio artístico e documental.

11. ALTO DO PINHEIRO

Classificação: necrópole.

Cronologia: Calcolítico.

Situação: no chamado Alto do Pinheiro, sobranceiro ao Sobralinho.

Referências: «Boletim Comemorativo do 25.º Aniversário da Biblioteca-Museu Municipal Dr. Vidal Baptista», Câmara Municipal, Vila Franca de Xira, 1972, p. 28.

Observações: segundo Hipólito Cabaço, que ali realizou escavações em 6 de Abril de 1956, tratava-se de uma cista, contendo ossos humanos e cerâmica, e de acordo com Raul de Carvalho, seu colaborador nessa ocasião, haveria ainda outras sepulturas que ficaram por descobrir. Dos trabalhos não ficou relatório — tão-só a pequena nota de Raul de Carvalho, na obra em referência, e o seu testemunho pessoal. Mas conservam-se no Museu Municipal de Vila Franca de Xira um vaso campaniforme de tipo marítimo, com decoração incisa, e uma pequena taça lisa, ambos com restauro antigo de péssima execução.

12. ERMIDA DE SÃO CLEMENTE

Classificação: templo.

Cronologia: século XVI (finais), restaurado e parcialmente modificado.

Referências: Arcena e o seu Desenvolvimento nos Últimos 50 Anos, «Vida Ribatejana», n.º esp., IX, 1958-59, p. 199.

Observações: pequeno templo rural de uma só nave, com galilé e construções anexas.

13. QUINTA DA BRANDOA

Classificação: quinta.

Cronologia: século XVIII.

Situação: entre a povoação de A- dos Potes e as novas urbanizações de Arcena.

Referência: CARDOSO, Edgar P. C. — *O Jubileu das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico*, Alverca, 1968, p. 17; 23.

Observações: conjunto edificado, incluindo o solar, recentemente recuperado, e a ermida de Nossa Senhora do Pilar.

14. QUINTA DO MOINHO DO VENTO

Classificação: quinta.

Cronologia: século XVIII.

Situação: a norte da Quinta da Brandoa.

Referências: CARDOSO, Edgar P. C. — *O jubileu das Oficinas Gerais de Material Aero-náutico*, Alverca, 1968, p. 17.

15. ERMIDA DE NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO

Classificação: templo.

Cronologia: século XVII.

Situação: no gaveto da rua principal do Bom Sucesso com a rua que conduz à fonte de São Romão.

Referências: CÂNCIO, Francisco — *Ribatejo: Casos e Tradições*, 1949, p. 470. LEAL, Pinho — *Portugal Antigo e Moderno*, s. v. Alverca. SANTA MARIA, Fr. Agostinho de — *Santuário Mariano*, II, 1711, p. 384-386.

Observações: não são observáveis vestígios do templo, hoje sobreposto por construções mais recentes. Eventuais novas construções no local devem ser precedidas de intervenção arqueológica.

16. CONVENTO DE SÃO ROMÃO

(Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo)

Classificação: convento.

Cronologia: século XVI.

Situação: na actual urbanização do Bom Sucesso, nos terrenos sobranceiros ao local onde existe ainda a fonte de São Romão, que integra o conjunto inventariado.

Referências: CÂNCIO, Francisco — *Ribatejo Histórico e Monumental*, 1939. ID. — *Ribatejo: Casos e Tradições*, 1949, p. 470. ID. — *História Breve da Vila de Alverca do Ribatejo*, «Vida Ribatejana», n.º esp., VIII, 1956-57, p. 225-226. CARDOSO, Edgar P. C. — *O Jubileu das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico*, Alverca, 1968, p. 22. CARDOSO, P.º Luís. — *Dicionário Geográfico*, I, 1747, s. v. Alverca, p. 396. COSTA, P.º António Carvalho da — *Corografia Portuguesa*, III, 1712, p. 26. LEAL, Pinho — *Portugal Antigo e Moderno*, I, Lisboa, 1873, s. v. Alverca e Sobral. MACEDO, Lino de — *Antiguidades do Moderno Concelho de Villa Franca de Xira*, 1893. SANTA MARIA, Fr. Agostinho de — *Santuário Mariano*, II, 1711.

Observações: convento de Carmelitas Calçados. Hoje totalmente em ruínas e sobreposto em parte pela urbanização do Bom Sucesso, conserva-se porém um antigo fontanário, abastecido por uma mina de água cuja construção remonta aos finais do século XVI. O padroeiro, São Romão, tem festa local anual de 15 a 17 de Julho.

17. MARCO DA LÉGUA

Classificação: marco.

Cronologia: século XVIII.

Situação: na berma norte da EN 10, ao km. 16 850, à saída de Alverca.

Referências: *Imóveis Classificados*, Lisboa, IPPC, 1986.

Observações: marco da antiga Estrada Real, classificado como imóvel de interesse público pelo decreto-lei 32 973, de 18 de Agosto de 1943. Na sequência de um acidente de viação, ocorrido em 1985, que desmantelou os elementos que constituem o objecto classificado, a parte superior, ostentando um relógio de sol sobre esfera, foi removida e conservada pela Junta de Freguesia de Alverca.

18. QUINTA DO PINHEIRO

Classificação: quinta.

Cronologia: século XVIII.

Situação: no ponto mais elevado do terraço quaternário, a nordeste de Alverca.

Observações: conjunto de características rurais, com residência.

19. ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE

Classificação: templo.

Cronologia: século XVII.

Situação: junto ao pequeno aglomerado populacional do Adarce.

Referências: CARDOSO, Edgar P. C. — *O Jubileu das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico*, Alverca, 1968, p. 23. SANTA MARIA, Fr. Agostinho de — *Santuário Mariano*, II, 1711, p. 386-387.

Observações: pequeno templo rural de uma só nave, possuiu galilé, hoje arruinada, em cujo chão são visíveis lápides sepulcrais epigrafadas. O monumento encontra-se diminuído no seu enquadramento por uma casa de habitação recente e incaracterística que dele dista escassos metros.

20. QUINTA DO COCHÃO

Classificação: quinta.

Cronologia: século XVIII.

Situação: no terraço quaternário, a leste de Alverca.

Referências: CARDOSO, Edgar P. C. — *O Jubileu das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico*, Alverca, 1968, p. 14.

Observações: propriedade rural fundada em 1742, com solar, jardim e instalações para actividades económicas. Pertenceu à Casa Cadaval.

21. ADARCE

Classificação: moinho de maré; porto fluvial.

Cronologia: indeterminada.

Situação: na margem do Tejo, junto ao marco geodésico «Adarse».

Referências: CARDOSO, P.º Luís — *Dicionário Geográfico*, I, Lisboa, 1747, s. v. Alverca, p. 399. A existência do moinho de maré foi-nos referida por operários da Argibay.

Observações: estruturas muito arruinadas de um antigo moinho de maré. Junto ao local terá ainda existido o antigo porto fluvial e os estaleiros do Adarce, referenciados em documentos antigos e hoje desaparecidos, talvez sob os estaleiros da Argibay

22. TERRAÇO QUATERNÁRIO DE ALVERCA

Classificação: conjunto de jazidas.

Cronologia: Paleolítico (?).

Situação: no terraço do Tejo situado entre Alverca do Ribatejo e Alhandra.

Referências: BREUIL, Henri; ZBYSZEWSKI, Georges — *Contribution a l'Étude des Industries Paléolithiques du Portugal et leur rapport avec la Géologie du Quaternaire*, «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», 26, 1945, p. 565-570. *Carta Geológica de Portugal* na escala 1:50 000, folha 34 B, Loures, Serviços Geológicos de Portugal, 1981.

Observações: vasto conjunto de jazidas estudadas por Breuil e Zbyszewski na obra em referência, com materiais recolhidos em posição secundária que se conservam no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal. Cartografou-se a área total indicada na

Carta Geológica de Portugal: relativamente aos locais onde foram recolhidas indústrias, cf. a obra citada de Breuil e Zbyszewski.

23. MONUMENTO DAS LINHAS DE TORRES

(Alto do Boneco)

Classificação: padrão comemorativo; fortificação militar.

Cronologia: século XIX.

Situação: no alto da elevação que domina Alhandra, no extremo sudeste da Serra de São Lourenço.

Referências: CÂNCIO, Francisco — *Linhas de Torres Vedras: o Distrito de Alhandra, «Vida Ribatejana», n.º esp., XI, 1962-64, p. 114-115.* CARDOSO, Edgar P. C. — *O Jubileu das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico*, Alverca, 1968, p. 24. *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, 4, Junta Distrital de Lisboa, 1963, p. 92.

Observações: monumento comemorativo da vitória das Linhas de Torres, erguido em 1833 no local onde existira o reduto n.º 1, designado por Bateria do Tejo.

24. a 31. FORTES DAS LINHAS DE TORRES VEDRAS

Classificação: fortificações militares.

Cronologia: século XIX.

Situação: sobre a crista de elevações denominada Serra de São Lourenço, dominando o vale da Ribeira de Santo António.

Referências: CÂNCIO, Francisco — *Linhas de Torres Vedras: o Distrito de Alhandra, «Vida Ribatejana», n.º esp., XI, 1962-64, p. 114-115.* CARDOSO, Edgar P. C. — *O Jubileu das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico*, Alverca, 1968, p. 24. MARTINS, Ferreira — *História do Exército Português*, Lisboa, Inquérito, 1945, p. 249-274. SOUSA, Brândão de — *Carta das Linhas de Lisboa*.

Observações: os redutos, de que podem ainda observar-se vestígios razoavelmente conservados, fazem parte do complexo de fortificações das Linhas de Torres Vedras, construídas com grande sigilo entre 1810 e 1811 pelas tropas luso-britânicas, contra os exércitos napoleónicos.

32. SERRA DOS ALDEÕES

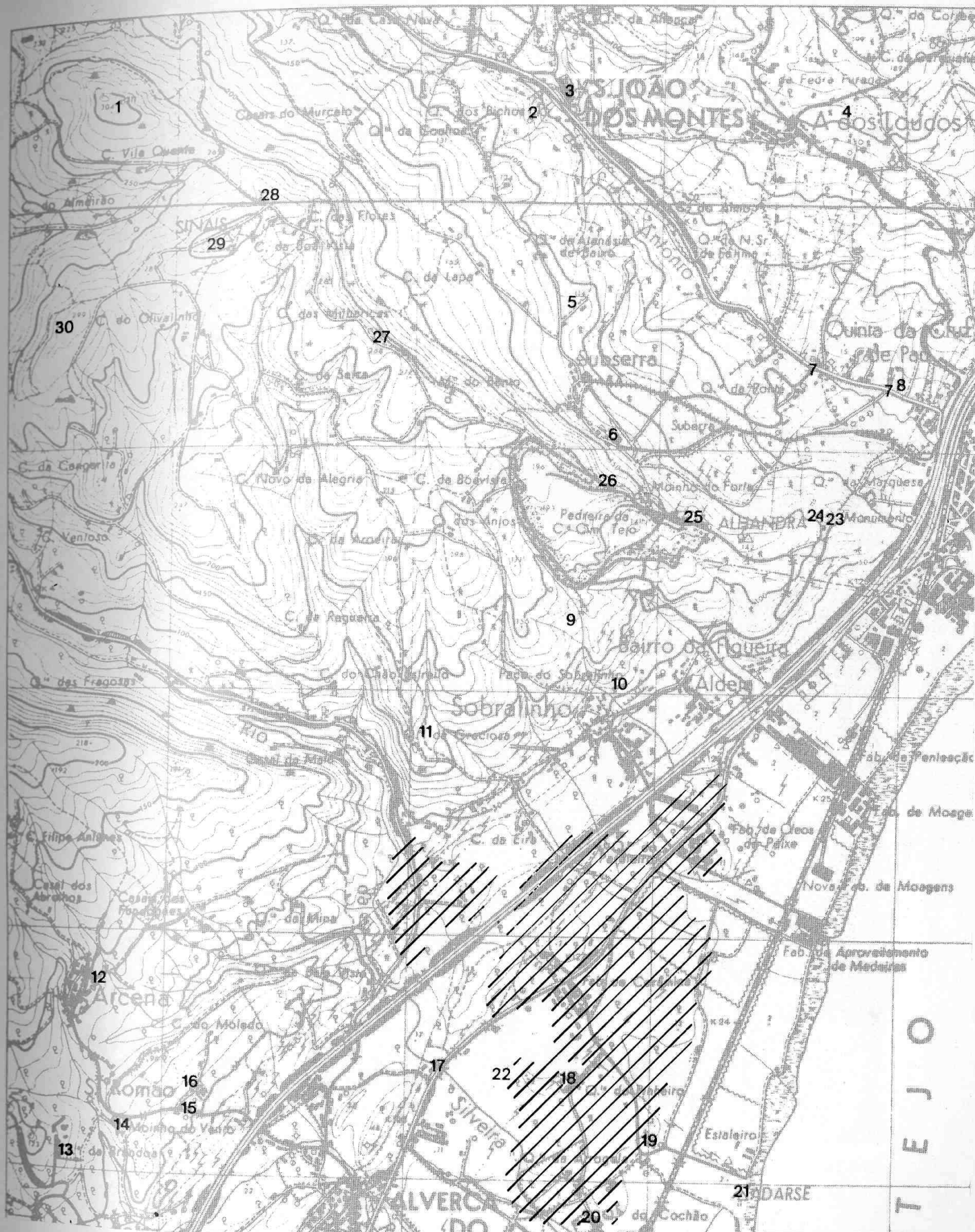
Classificação: povoado.

Cronologia: época pré-histórica (?).

Situação: de impossível localização pelas referências disponíveis. O topónimo é desconhecido pelos elementos locais com quem contactámos em diversos colóquios realizados na Freguesia de São João dos Montes. Não cartografado.

Referências: MACEDO, Lino de — *Antiguidades do Moderno Concelho de Villa Franca de Xira*, 1893, p. 308.

Observações: Macedo refere que em antigo documento arquivado no cartório do Casa de Subserra era mencionada a lenda de que «os primitivos habitantes de Lisboa viveram por algum tempo no alto da serra, por cima do pequeno lugar dos Aldeões».





404.1.3



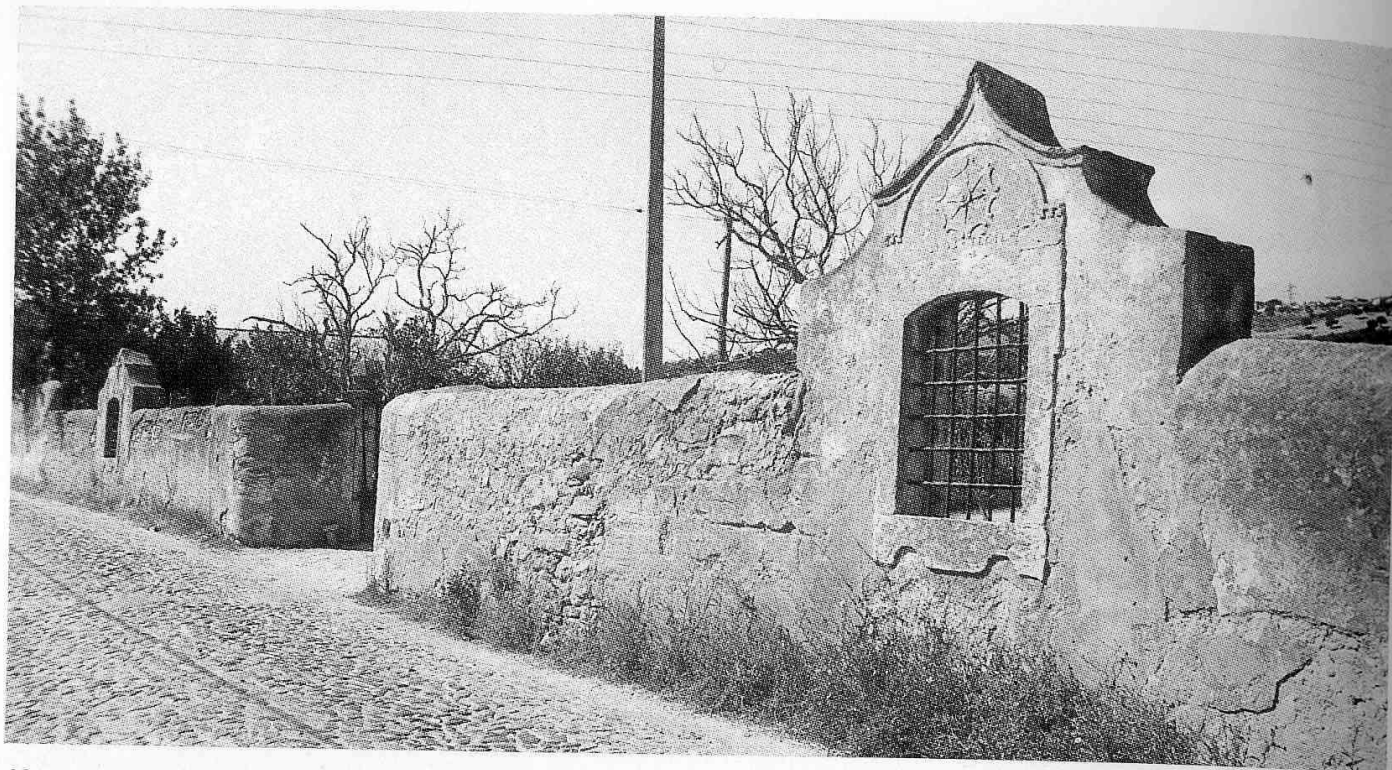
404.1.6



404.1.6



404.1.6



404.1.8



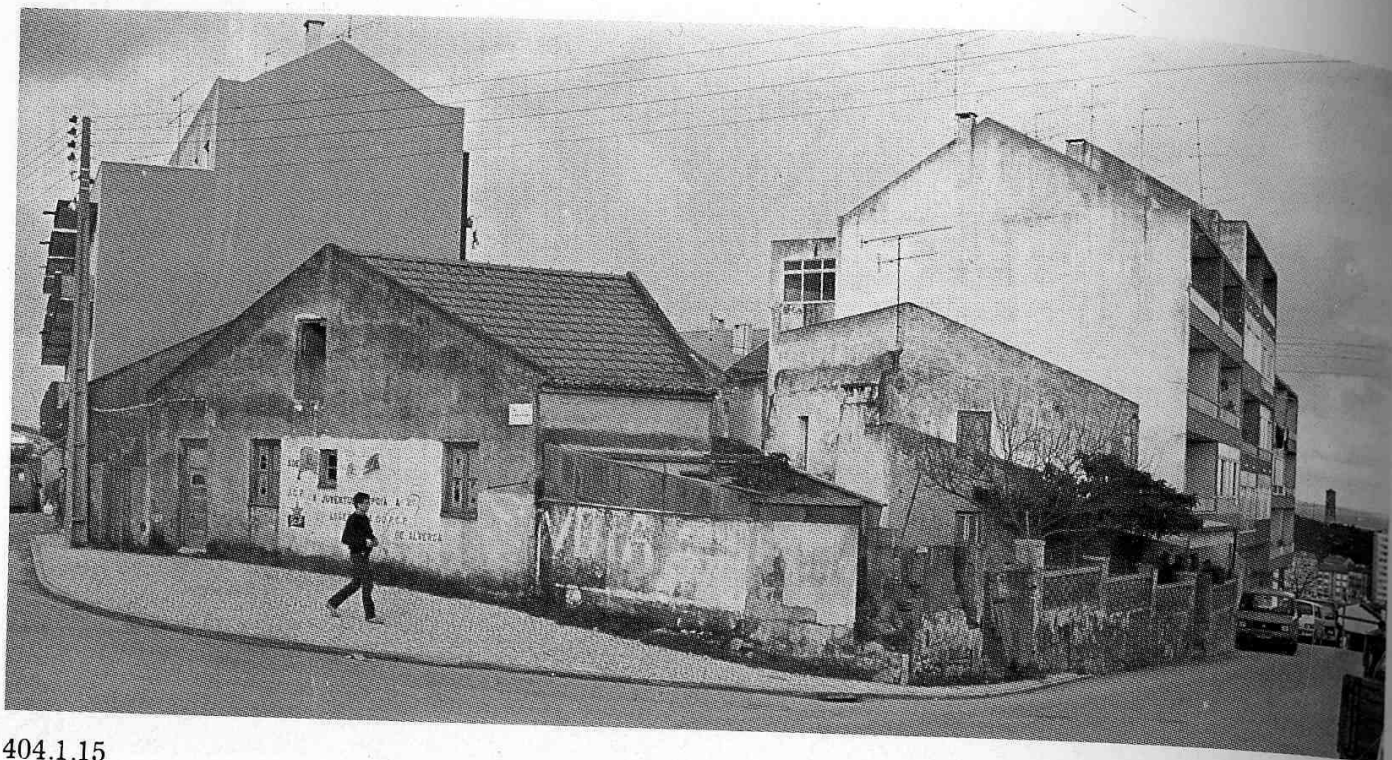
404.1.11



404.1.12



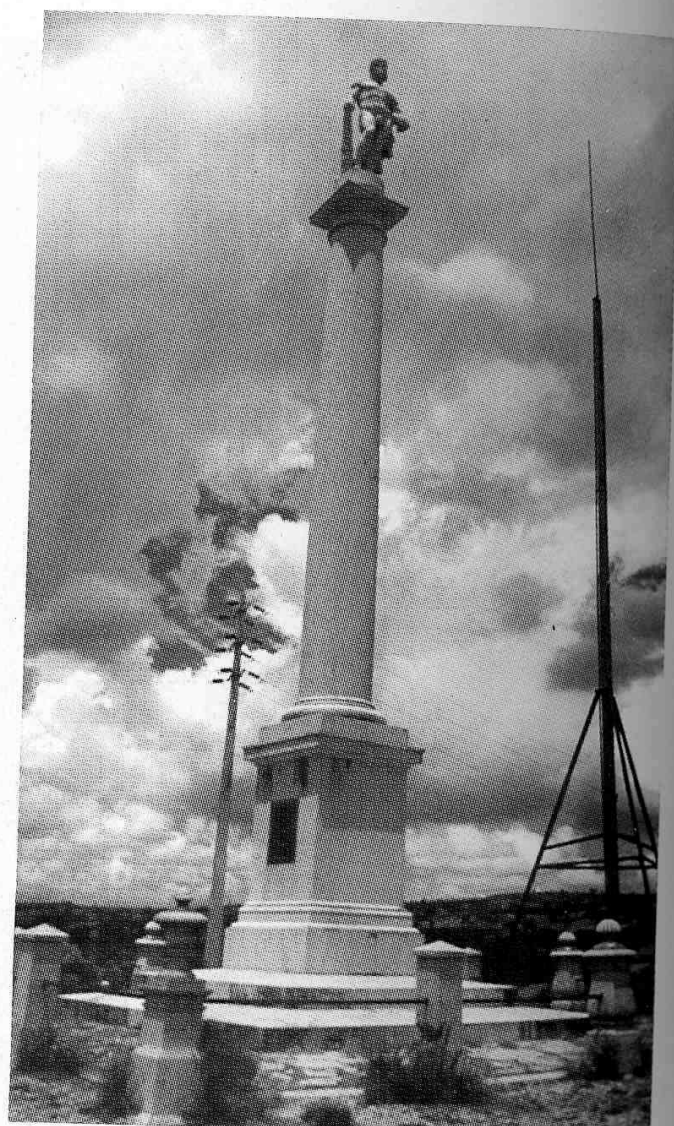
404.1.13



404.1.15



404.1.17



404.1.23



404.1.19



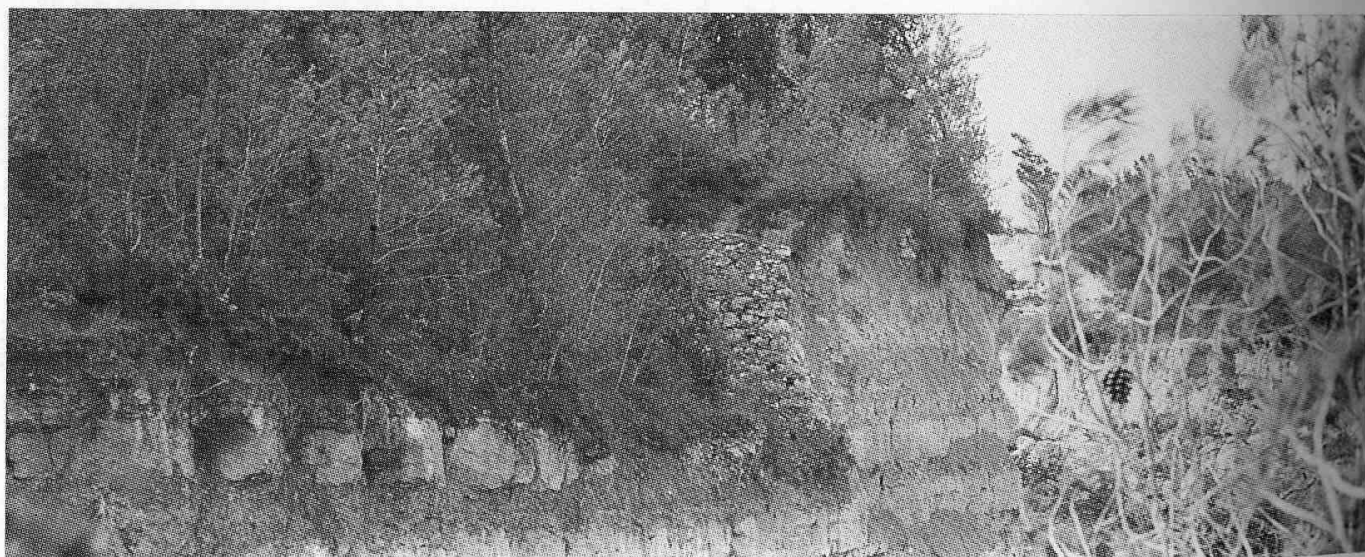
404.1.25



404.1.26



404.1.26



404.1.27

JOÃO FÉLIX RODRIGUES

— Extractos de alguns escritos —

JOSE N. R. ERMITAO

1.

João Félix Rodrigues (nascido em Vila Franca de Xira em 1830 e falecido em Lisboa em 1870) ocupou um espaço muito definido, embora curto, dado a sua morte prematura, no jornalismo da segunda metade dos anos 50 e década de 60 do século passado.

Jornalista político, como então era usual, ele combateu sempre pelo ideário mais progressista no quadro do constitucionalismo monárquico. Ideário progressista que o fez evoluir no sentido do republicanismo, pelo que pode bem ser considerado como um proto-republicano (não esquecer que J. F. R. morre em 1870 e o partido republicano surge em 1876).

Ideário progressista que o levou a combater as tendências e práticas reaccionárias e conservadoras que então se desenvolviam na sociedade portuguesa da Regeneração: o Ultramontanismo católico, a readmissão das ordens religiosas, a influência negativa de A. F. de Castilho no domínio literário, etc. Na polémica sobre o casamento civil (1866), por exemplo, esteve naturalmente do lado daqueles que pretendiam a sua introdução na legislação portuguesa, como Alexandre Herculano.

Os seus escritos mais importantes foram publicados no jornal «O Português» (de que foi redactor principal de fins de 1856 a 1866) e são constituídos por séries de artigos versando os assuntos referidos no parágrafo anterior: o *Ultramontanismo* (1857 e 1858); *As Irmãs de Caridade francesas* e *A Influência dos Frades Lazaristas* (1858 e 1861); *O Casamento Civil* (1866); *A Literatura em Barulho* (1866) e outros.

Deixou ainda, mas continuando inédito, um conjunto de volumes intitulados «Memórias de um Jornalista», autobiografia e registo pessoal da vida política do seu tempo.

No primeiro número deste Boletim Cultural, J. F. R. foi objecto de um artigo — para ele remetemos o leitor interessado. A esse artigo deve ser acrescentado o seguinte: a sua participação na polémica sobre o Casamento Civil

é devidamente referenciada em tese de doutoramento a publicar proxima-
mente. A sua polémica com Camilo Castelo Branco (polémica assaz infeliz)
foi publicada por Alexandre Cabral na obra *As polémicas de Camilo* (Vo-
lume IV, Lisboa, Portugalíia Editora, 1970).

2.

Os extractos ora apresentados são provenientes das Memórias de um
Jornalista» e da sua participação na polémica *Bom Senso e Bom Gosto*,
titulada *A Literatura em Barulho*.

O critério da selecção dos textos: que incidissem no retratar de algum
quotidiano, comportamentos e mentalidades oitocentistas (extractos I e II
das «Memórias»), no enunciar de algumas das coordenadas ideológicas e po-
líticas do proto-republicano que foi J. F. R. (extracto III das «Memórias»
e extractos de «A Literatura em Barulho»).

É este último aspecto que se pretende sublinhar: J. F. R. partilha de um
modo de pensar cujas determinantes são o liberalismo extreme e criticista
(não esquecer a sua apologia do republicanismo, extracto III das «Memó-
rias»), o racionalismo optimista, a crença forte no progresso e no valor da
educação, um certo cientismo e utopismo — acompanhados de feroz anti-
clericalismo e, a *fortiori*, de violento anti-ultramontanismo. Inevitavelmente,
de intenso anti-socialismo. Ou seja: por antecipação, como que o resumo de
algumas das linhas de força do pensamento republicano de algumas décadas
posteriores à sua morte. Neste sentido, e até para a definição sociológica do
republicanismo, são mesmo esclarecedores, tanta é a clareza, os seus concei-
tos de burguesia e de povo. Burguesia, como significando a grande burguesia,
sustentáculo do constitucionalismo monárquico, uma e outro corruptos e cor-
ruptores. Povo — identificado com a média e pequena burguesia, esteio do
liberalismo radical que se consubstanciou, afinal, no republicanismo.

O I extracto das «Memórias» é também muito esclarecedor sobre o
modo como a implantação definitiva do Regime Liberal foi julgada e aceite
por alguns grupos sociais (no caso, proprietários rurais) ideologicamente
ainda apetentes pelo Antigo Regime, mas materialmente muito satisfeitos com
a implantação do novo, em resultado da abolição dos dízimos (imposto pago
à Igreja) e do consequente acréscimo de riqueza que tal abolição acabou por
proporcionar...

I—O VIVER EM CASA DA MINHA AVÓ

(...) O viver em casa de minha avó era muito monótono. Raras vezes se saía a tomar ar, a não ser, lá de mês a mês, à quinta do Paraíso, rica propriedade, indo a família dentro de um churrião puxado a bois, o pior e o mais incómodo sistema de condução que até hoje se tem inventado. Pois ainda assim era dia de grande alegria para mim... porque... podia correr à vontade nas ruas da quinta e gozar do ar livre. Estava em liberdade por algumas horas e fora da prisão do convento, pois a vida em casa da minha avó era um pouco claustral. (...)

Entre as pessoas que frequentavam a casa ... a conversação não podia ser mais moral, pois tendia sempre a castigar e fulminar os vícios.

Naquela família tinha-se verdadeira fé religiosa. (...)

Conservámos por muito tempo o fervor católico... Só muito depois de sairmos de casa de minha avó, é que o estudo nos tornou racionalistas. Antes disso o catolicismo era para nós uma esperança constante e um temor permanente. O catolicismo, ensinado por minha avó e tias, era perfeitamente espanhol, e com todo o cortejo de infernos e lavaredas... (...)

Acreditávamos na santidade dos padres e não duvidávamos da existência do inferno. Hoje detestamos em regra o clero; mas cremos na existência de um inferno, mas que existe cá na terra.

Vila Franca de Xira, outrora opulentada e hoje pobre, em resultado da revolução que causou o caminho de ferro, afastando a concorrência e o comércio de uns pontos e levando-os a outros, foi sempre muito dada à carolice católica. (...)

Mas ... já então odiávamos os frades. Em casa da minha avó, unânime era a opinião contra eles, não obstante o fervoroso catolicismo de toda a família...

Nas conversações de família, relatavam-se crimes e abusos dos frades.

Na salinha, onde se reunia a família, sentava-se à noite a um canto a nossa avó, rezando nas suas contas, ouvindo ao mesmo tempo o que se dizia, e raras vezes tomava parte na conversação a não ser para contar alguma história dos seus tempos de rapariga, a fim de demonstrar que os costumes se iam pervertendo, e que outrora em todas as coisas se notavam mais decência e seriedade.

Minha avó não defendia o absolutismo, mas era fácil conhecer que tinha gratas recordações da época política em que fora jovem e formosa. Parecia-lhe que a liberdade viera como para hostilizar a religião de seus pais, e acabar com certo recato social indispensável na família. Tratava sempre por senhores e falava sempre com o maior respeito dos reis, ministros e principais personagens da monarquia absoluta. Dizia que tinha sido fácil destruir, mas que não o seria edificar.

Minha avó, porém, desculpava muito ao sistema constitucional, e evitava censurar a restauração de 1834, não só pelo seu hábito de respeitar os governos constituídos, mas porque o novo sistema ajudara muito, com a abolição dos dízimos, a aumentar e fazer prosperar sua casa e fortuna. (...)

Ora tudo isto (as recordações do absolutismo)... era como uma censura ao presente que acabara com os capitães-mores; que expulsara de Portugal D. Miguel...; e que tirara os grilhões a um povo que ela sabia querer em geral ser escravo. (...)

A sociedade nova parecia um sonho a minha avó. Custava-lhe a entendê-la e a compreendê-la. Tinha-a libertado a ela, lavradora rica, do peso dos dízimos, é verdade. Não via todavia compensação para a perda que sofrera numa soma importante de apólices que o governo constitucional não quisera reconhecer como dívida do estado. Minha avó não chamava roubo a esse facto. Tinha a devida consideração pelos poderes constituídos; mas perguntava às vezes, em nome de que princípios de justiça e equidade, era esbulhada dos

capitais que despendera em fundos públicos, e emitidos por governos anteriores... A resposta não podia ser satisfatória para a justificação do governo constitucional. Toda a ban-carrota é uma imoralidade.

As nossas tias tinha(m) a avidez e a curiosidade das novidades. E não podiam dis-pensar (nas reuniões familiares na salinha) o dr. Ribeiro de Paiva que tantas notícias sabia e lhes levava. Se naquele tempo, existissem os jornais de notícias a 10 réis, bisbi-lhoteiros jornalísticos... Mas não havia então tais jornais, e o dr. Augusto era um verda-deiro *Diário de Notícias*, e menos monótono do que este. O dr. andava em dia na política, sabia os mistérios e segredos da aristocracia da Corte; e, quanto aos escândalos da terra, relatava-os minuciosamente e com grande exactidão...

A noite, as senhoras da família Moreira relatavam os escândalos femininos da Vila, os quais depois eram largamente contados até ao fim da palestra nocturna. Pululavam, nos comentários, as invejas do sexo frágil e, portanto, não poucas apreciações falsas. Ainda nos lembram essas conversas em que sob o pretexto de fulminar o vício, se dei-xavam sair dos lábios cruéis suspeitas sobre a virtude de algumas famílias.

Um namoro, um derriço, um olhar amoroso, era desde logo um crime na opinião daquela severa moral feminina. Falava-se, como se o amor santo e justo fosse um desvio da virtude. A donzela devia casar, ou ser freira, sem nunca se entregar a sentimentos amo-rosos. A lei da atracção dos sexos ficava revogada. Casamento de conveniência sem prévio amor nem explicações entre os noivos, eis a única ligação entre os dois sexos aprovada e santificada por aquele conciliábulo mulheril.

Vol. IV, Livro XXII

II — DE VILA NOVA DA RAINHA A COIMBRA: UMA VIAGEM DE ESTUDANTES

Nos fins de Setembro de 1848... abandonámos a família e entrámos no vapor da carreira de Vila Nova da Rainha, a fim de seguirmos viagem para Coimbra.

Chegados à péssima Vila Nova da Rainha, ali montámos no clássico e pouco român-tico macho de arrearria. (...)

Era curiosa uma viagem de estudantes de Vila Nova da Rainha à cidade de Coimbra.

Saía-se à 1 hora da tarde, pouco mais ou menos da Vila Nova da Rainha. Anda-vam-se boas 3 léguas de mau caminho até Alcoentre. Em Alcoentre pouca demora havia; mas era de estilo parar ali cousa de um quarto de hora, talvez para os académicos pode-rem admirar a beleza das filhas dos estalajadeiros. Eram umas poucas de raparigas, todas novas e formosas. Acrescia mais interesse por serem virtuosas e honestíssimas aquelas filhas do povo.

De Alcoentre ia-se dormir a Rio Maior. Era uma boa e santa gente a da estalagem de Rio Maior. Quando os académicos ali chegavam por mais cansados e molhados da chuva que fossem, faziam grandes alaridos. Quem tinha quase sempre força para os sos-segar, era a simpática criada Mónica. Não era bela, mas seu rosto era ingénuo. Tratava ela a todos com amabilidade, sem que constasse ter jamais cedido às seducções de algum estudante. A Mónica ria, conversava, leva mesmo o seu apalpão; mas nunca constou que deixasse ir mais longe os atrevimentos dos endiabrados académicos.

A ceia, em Rio Maior, constava de canja de arroz, galinha cozida, vinagre que diziam ser vinho, chá, pão e bolos.

Quanto às contas eram quase sempre de levar coiro e cabelo, como vulgarmente se diz. E aumentavam na razão do alarido e desespero que faziam os estudantes.

No dia seguinte, ainda o sol mal alumiaava, saíam os estudantes de Rio Maior e ca-valgavam por caminhos horríveis, até chegarem à estalagem dos Molianos, a 4 léguas de Rio Maior. Nessa estalagem, isolada no meio da estrada, é que os estudantes almoçavam.

Nos Molianos, era a criada Joaquininha o encanto dos académicos. A rapariga não era feia, nem difícil em ceder os seus encantos. O caso era haver ocasião, e ela simpati-

zar com qualquer académico. Fraquezas do sexo. E seria realmente muito exigir, querer encontrar uma virtude feminina nos Molianos e que se tivesse condenado a viver naquela sombria estalagem.

Então, é verdade, já a estalagem dos Molianos não incutia o horror, nem tinha a fama trágica que, noutro tempo, a tornara notável e temida. Contavam-se, meio século antes, grandes roubos e assassinatos cometidos ali por um estalajadeiro feroz contra os viajantes que descansavam na estalagem.

Era o almoço nos Molianos muito mau; mas custava como se fosse excelente. As contas que apresentava o estalajadeiro eram de fazer arrepiar. Mas entretanto a Joaquininha nada perdia com isso. As iras dos estudantes eram só contra o patrão. As moedas de 240 réis caíam nas mãos da Joaquininha, umas atrás das outras. E ela, por delicadeza, dava a face para o luxurioso beijo. E recebia tantos beijos quantos eram os académicos.

Dos Molianos, comido o almoço, saía-se em direitura à cidade de Leiria, seguindo às vezes pela Batalha para admirar, com verdadeira êxtase, a grandeza e beleza artística daquele formidável monumento nacional que se chama — Convento da Batalha.

Perto da noite, ou já noite, chegava a comitiva académica à velha cidade de Leiria. Não se procurava senão a estalagem de Manuel Rei. De Lisboa a Coimbra era a mais decente que se encontrava. Havia ali asseio e boa comida sendo os preços razoáveis.

Era esta estalagem dirigida pela amante de Manuel Rei. Os estudantes chamavam aquela mulher — a *Senhora Rainha* ...

Tinha a *Senhora Rainha*, da estalagem de Leiria, seus 40 anos e estava fresca e incutia natural simpatia. A todos tratava com as melhores maneiras, impondo ao mesmo tempo certo respeito aos estudantes, ainda os mais atrevidos, e que não ousavam por isso ter com ela certas liberdades fáceis da parte de estudantes... (...)

Depois da morte da *Rainha*, uma outra amante de Manuel Rei a dirigiu (à estalagem). Mas já não havia ali a ordem e as comodidades de outros tempos. (...)

Essa nova amante de Manuel Rei... era uma simpática morena, com lindos e alvos dentes. Mostrava-se mais sensível do que a falecida *Rainha* às festas e sedução dos académicos. Não era arisca nem muito desarrazoada diante das declarações amorosas...

O terceiro dia de viagem era o mais custoso. Havia a andar em cavalgadura já cansada, nada menos do que 12 léguas, sendo 10 pequenas, é verdade, e de bom caminho, mas eram doze léguas e 2 mui grandes e de caminho horrível.

De Leiria saía-se ao amanhecer. Ia-se almoçar à vila de Pombal, distância de 5 léguas. O almoço em Pombal era péssimo e caríssimo.

Uma viagem antigamente em Portugal tinha muitas distrações e dava margem a longas observações e curiosos comentários. Mas que de inclemências e que de enormes despesas se não sofriam e faziam! Só quem atravessou em outro tempo o país, em mula ou macho de arrearia e gozou das *belezas* e *comodidades* das estalagens dessa época, é que pode avaliar bem todos os benefícios que resultam para o viajante da viação acelerada. (...)

Depois do horrível almoço na estalagem de Pombal, cavalgava-se de novo, e seguia-se para Condeixa-a-Nova, onde se fazia outra paragem. Estava-se distante de Coimbra apenas duas léguas.

Não jantavam os académicos em Condeixa, porque a comida da estalagem da vila era má e as contas eram um completo roubo. Na verdade a estalagem de Condeixa, onde jantámos uma vez, era a mais aladroadada de todas as do caminho. O jantar constava apenas de carne guizada, pão, vinho avinagrado e nada mais. E custava 600 réis por cabeça!...

De Condeixa a Coimbra restavam 2 léguas, mas de péssimo e perigoso caminho. Levavam suas três horas a andar a passo ou a choto das cavalgaduras de arrearia.

Era sempre uma grande alegria para o académico chegar ainda de dia ao Alto das Calçadas, e avistar aquela Coimbra... (...)

No dia seguinte ao da sua entrada em Coimbra, era o estudante abraçado como em triunfo pela servente; cumprimentado graciosamente pelo agiota que emprestava pronta e generosamente a 200 por cento de penhor; e levava um abraço apertado do Sanches Cabeleireiro, e um forte amplexo do Anastácio, indivíduo da mesma profissão e popular na Academia.

O estudante ainda recebia mais ovações. Os criados do botequim do Troni pegavam nele ao colo. Mr. Simon, botequineiro, ferro velho, e agiota, fazia-lhe um bonito e breve discurso em francês, e abria-lhe alegre seu botequim e seu péssimo bilhar.

O estudante sabia novidades da Maria da Escada e da Eufrazia e de outras intermediárias de amor venal, muito conhecidas em Coimbra.

E os logistas deixavam de estar às moscas. E a classe popular começava a não ter cara de fome. O dinheirão do estudante dava vida e animação a Coimbra e a fazia sair da prostração e abatimento em que jazia durante os meses de férias.

Vol. IV, Livro XXIII

III — A PROFISSÃO DE FÉ REPUBLICANA

A morte de D. Pedro V, e a subida ao trono de seu irmão D. Luís, foram dois terríveis golpes na prosperidade e moralidade do nosso país. Nunca no reinado de D. Pedro V, ninguém se lembrou de estabelecer uma república em Portugal. É que D. Pedro V era, para nós os portugueses, a melhor das repúblicas (...)

Ao contrário, no reinado de D. Luís I, temos visto organizar clubes republicanos, e, em cidades importantes, a parte mais ilustrada da povoação dar — *vivas à república*. Em nações como Portugal só lembra a República quando há, como uma convicção geral da ruindade da monarquia. Essa convicção é um facto conhecido e inegável. D. Luís não goza das simpatias públicas. E é nossa convicção de que tal rei não morrerá no trono.

* * *

Não há bons reis em geral. D. Pedro V, como Leopoldo I da Bélgica, foram excepções. (...)

Mas a realeza em geral é nociva aos interesses dos povos. A monarquia, como disse Emílio Castelar nas Cortes Constituintes Espanholas em Maio de 1869, é uma injustiça social, pois a vinculação do poder supremo numa família, opõe-se à soberania nacional; opõe-se também aos direitos individuais que essa família seja sagrada e irresponsável; opõe-se igualmente aos princípios da igualdade, que para as mais elevadas funções haja um poder vinculado em uma dinastia; opõe-se, finalmente, à democracia e todo o viver moderno ...

A monarquia é o governo da corrupção. (...)

A república é o governo futuro da Europa... A monarquia, além de ser um governo muito caro para os povos, tende sempre para a opressão e tirania. Os reis detestam a liberdade...

Os princípios republicanos começam a ter voga em Portugal. (...)

E, no estado financeiro do nosso país, o acabamento da monarquia é um bom expediente financeiro e uma verba considerável a riscar do orçamento da despesa do estado...

* * *

A República não vem longe para Portugal, não só em virtude dos erros da realeza; mas porque o futuro da Espanha é republicano...

Mas se a Espanha adoptar a forma republicana ... Portugal não poderá certamente continuar a ser monárquico, não convirá isso aos seus interesses, e terá forçosamente pela

força da ideia e da razão, de aclamar a república. E resultará daí a única ideia possível e realizável, na Península, a federação ibérica sob forma republicana.

Não é uma utopia a federação ibérica sob regime republicano. É uma ideia que está madura, e mais próximo a sua realização do que se pensa. (...)

O sistema monárquico constitucional tem sido por muitos anos experimentado. Dessa experiência que tem resultado? A convicção de que é um governo de falsas máximas, de sofismas constantes e da máxima corrupção...

Os governos monárquicos constitucionais não prestam. A república é o melhor dos governos, principalmente num país pequeno como o nosso, e que não pode suportar as grandes despesas da monarquia. É detestável a aplicação do princípio da herança aplicado ao governo dos estados. Nas mais altas funções requer-se alta capacidade. Os reis hereditários não podem sempre dar uma tal garantia.

* * *

Com a monarquia é impossível a União Ibérica, e mesmo com a república só é possível a federação...

* * *

Não negamos que a república tenha inconvenientes no nosso país. Alguns tem realmente. Há entre nós ainda, nas províncias, muito fanatismo. O clero tem mantido o espírito supersticioso, ao mesmo tempo que os governos têm descuidado muito a questão da instrução pública. E o clero é inimigo do princípio republicano, não seguindo nessa parte a doutrina evangélica. O clero português ainda chora pelos reis de *direito divino*. O padre católico aqui, como em toda a parte, é inimigo da liberdade e dos progressos dos povos. Sabe que só faz fortuna com a ignorância e com o obscurantismo. E só a forma monárquica-absoluta auxilia o retrocesso e combate a verdade e a luz. Para, pois, fazer vingar, em Portugal, o sistema republicano, a democracia pura, é mister abrir previamente os olhos à multidão, são necessárias missões democráticas que chamem o homem a assumir todos os seus direitos e toda a sua dignidade social. Ao mesmo tempo, que se faça a propaganda pela imprensa e pela palavra, obrigar os poderes públicos a coibir os excessos do clero, e a exigir dos prelados diocesanos que neguem licença de pregar a todo o eclesiástico que fizer do púlpito sagrado uma tribuna política...

Demais a república há-de trazer a liberdade de cultos, sem a qual não há verdadeira liberdade de consciência, nem pode haver. O Catolicismo, que em Portugal goza dos mais extravagantes privilégios, há-de, por meio do seu clero, fazer guerra crua à república e à liberdade dos cultos. Serão os últimos arrancos a esse moribundo, a que chamam Igreja Católica e que, em poucos anos, será um cadáver pútrido. (...)

* * *

Não é menos para ponderar, na questão da forma republicana, pois Portugal, o carácter português ... Somos naturalmente invejosos e isso tem sérios perigos num governo republicano ... E os males resultantes da inveja só se atenuam levando a cultura e a instrução a todas as camadas sociais.

* * *

Que já batem a hora de apostolar, em Portugal, a forma do governo republicano, é para nós de fé ... É mister chegar ao reinado do povo, acabando com a preponderância nociva da burguesia portuguesa. O burguês em Portugal é o mais ignorante, o mais pretenioso, o mais infatuado, o mais insuportável de todos os burgueses. É verdadeiramente um vilão por via de regra. A plebe, o popular, é cem vezes mais digno e mais nobre do que a burguesia portuguesa. É na burguesia que se encontram os piores contrabandis-

tas, os grandes fabricantes da moeda falsa, os mais indecentes usuários e os mais vis cidadãos.

A república deve dar um golpe profundo na burguesia, acabar com o seu reinado. A aristocracia hoje pouca ou nenhuma influência tem em Portugal depois da abolição dos morgados. E, ainda assim, a velha aristocracia é muito mais patriótica, muito mais digna de respeito do que a burguesia. O povo, esse é espezinhado por todos. Mas a hora do seu triunfo há-de chegar.

A república há-de vir, não só porque a realeza está desprestigiada em Portugal, mas também porque se vai tornando insuportável o jugo da burguesia ... e o povo há-de forçosamente conquistar a forma republicana, a igualdade de cada cidadão nivelada pela liberdade de todos os outros.

Um povo republicano é sempre mais patriota. Que o diga a França durante a sua primeira revolução. (...)

Portugal deve entrar no governo da razão, adoptar o sistema republicano ... Demais, um país pobre, como Portugal, não pode, nem deve conservar um governo tão caro, como o monárquico.

* * *

O futuro de Portugal será republicano e democrático. A ideia não morre e acha grande auxílio nos erros e dissoluções da realeza. A república há-de ser necessariamente o governo futuro da Lusitânia. O reinado da casa de Bragança não deve chegar a Carlos I. (...)

* * *

Os tronos estão minados, têm hoje por baixo a pólvora da democracia. Os trabalhos democráticos são grandes em toda a Europa... E mais terreno teria ganho a democracia, se não fossem as escolas comunista e socialista que levam à desordem e à anarquia social, e que muitos confundem de boa ou má fé com o partido republicano puro que condena as teorias socialistas e abomina as doutrinas do comunismo... (...)

A república significa o governo do povo, com o séquito de todas as liberdades, comercial, de reunião, de associação, de cultos, etc. A república liberta as consciências tanto política como religiosamente. É a vitória do espírito humano sobre todos os prejuízos (preconceitos) e sobre todas as superstições. Para os povos não há outra verdadeira redenção política senão o estabelecimento do governo republicano. Reis, Imperadores, Papas e Bispos são símbolos de tirania e opressão.

Vol. IV, Livro XIX

A LITERATURA EM BARULHO — EXTRACTOS

I

Não há infalibilidade papal. Não existem papas infalíveis, nem religiosos, nem literários. Afirma-o o senso comum; prova-o a ciência; demonstra-o a razão; proclama-o a liberdade de pensamento e da ideia.

Em Tibur tinha-se, e tem-se, outro *credo*, o *credo* velho, de outros tempos, e mesmo mais cómodo para quem usurpe a tiara pontifical da literatura e não admita que lhe seja disputada. É o ultramontanismo nas letras; é a infabilidade do homem, mais absurda em literatura do que em religião. É uma velharia ridícula em 1866, mas que parece imposta em Tibur pelo tradutor do Ovídio, e recebida como *dogma*, por todos os sócios da sociedade de *admiração mútua*.

Os papados literários não são deste século. A liberdade matou-os. O pensamento livre destruiu-os, aniquilou-os. A ideia, a inovação, a escola nova não carece de licença de nenhuma autocracia de literatos, nem de nenhuma chancelaria de literatos, para se produzir ao ar livre. A crítica mordaz dos papas, a ironia fina dos pontífices literários, não pode embaraçar já hoje os voos a nenhum grande talento, nem a nenhuma nova vocação.

São verdades amargas para Tibur, mas são verdades. Lá, ama-se a obediência cega em assuntos literários, reza-se pelo *credo* velho. Naquela Alfândega literária, onde se tem dado despacho a escritos desprovidos até de senso comum e a que se tem imposto o selo da *sociedade*, nega-se a entrada a tudo que não tiver os *elogios do mestre*! (...)

... mais tarde ou mais cedo, a tirania de Tibur havia de ter quem levantasse contra ela o pendão da revolta. (...)

Antero de Quental, estudante da Universidade de Coimbra, levantou o primeiro grito contra os papados literários. Antero de Quental, provocado pelo *mestre*, pegou da pena, e resistiu à tirania. (...)

(Antero de Quental) sem mais prelúdios, pôs em dúvida a infalibilidade do papá! A surpresa para Tibur e para a *Sociedade de admiração mútua*, foi grande; mas o grito da revolta, mas o Lutero tinha aparecido, ou antes tinha tido a coragem de dizer pela imprensa aquilo que baixinho, desde muito tempo, por aí diziam muitos Luteranos, e entre eles homens notáveis da literatura portuguesa. (...)

O Português, 9/1/1886

II

A razão humana não pode estar sujeita aos caprichos de nenhuma notabilidade, nem de nenhum pontífice literário. Os talentos novéis não podem morrer à nascença, nem ocultar-se com medo dos *anátemas* de Tibur. Era mister levantar o estandarte da revolta, proclamar a insurreição contra a infabilidade desse *Torquemada* dos talentos inventivos. Os *dogmas* de Tibur são inaceitáveis. Protestar contra as *pieguices* do presidente da *Sociedade de admiração mútua* poderá merecer as iras de algum *tetuãozito* literário ou antiliterário, mas o bom senso e a razão não podem deixar de aplaudir o protesto.

O princípio do dom da infalibilidade foi nos séculos da ignorância o paládio, de que uma seita religiosa se serviu, para trazer debaixo do vil jugo os povos e os reis, e acarretar sobre a superfície da Terra todo o género de desgraças. A infalibilidade, nessas épocas, não impunha o bom gosto; mas interpretava a seu capricho as palavras de Jesus Cristo, e impunha aos povos, em nome da sua infalibilidade, essa interpretação errónea. (...)

O Português, 12/1/86

III

Todas as nações se compreendem hoje umas às outras, embora falem idiomas diversos. O comércio e a indústria entre os povos, crescendo com a facilidade de comunicações, com os caminhos-de-ferro, com o telégrafo eléctrico, com as maravilhas do vapor e da electricidade, têm produzido grandes relações entre os povos, e causado mesmo uma certa revolução nos idiomas, importando-se muitos vocábulos de umas para outras línguas, sem que o puritanismo tenha podido impedir este facto, contra o qual não conspirou Horácio, pois ele disse que era permitido, e sê-lo-ia sempre, introduzir novos vocábulos na língua.

O caminho-de-ferro há-de matar, mais tarde ou mais cedo, a diversidade do idioma, e produzir belezas em todos os géneros de literatura, porque há-de significar o conjunto de todas as riquezas e belezas das línguas do Universo. A harmonia universal da Humanidade porque não produzirá um idioma universal? Chamem embora a isto utopia, que importa? Toda a ideia de progresso, de união, de amor, de harmonia universal será utopia? (...)

O Português, 4/2/1866

IV

Conhecemos o mundo e as misérias que o cercam. Temos visto a sociedade, essa odalisca presunçosa e activa de si e dos acontecimentos que em redor dela se passam, sorrir de tudo, desdenhar até das agradáveis impressões do desvalido da fortuna que se conserva fiel às crenças da pátria, da liberdade, e da probidade! Sabemos que existe por aí um mundo de protestos fermentados de calculistas de ambiciosos.

Conhecemos essa sociedade hipócrita, que condena a um eterno desprezo a mulher que a fome ou um sentimento nobre arrastou por fim, de precipício em precipício, até mendigar o bolo infamante da prostituição. Sabemos que essa mesma sociedade, estampando na fronte dessa mulher um ferrete ignominioso, é também a mesma que não se indigna de considerar e respeitar a mulher de fortuna que se rebaixa até prostituição, mas que se sabe elevar e fazer considerar, graças à sua posição social e ao seu oiro. (...)

Conhecemos essa sociedade que parece não condenar a prostituição, mas sim a miséria e a fome. É bastante moral, uma tal sociedade! A quebra dos deveres, da parte da mulher do povo, é um crime; a da mulher nobre e rica é uma falta apenas!

O Português, 14/3/1866

V

Também não consideramos maus filósofos os que derribam. Para levantar, e edificar de acordo com a verdade, e com os bons princípios da filosofia, é preciso derribar primeiro o que é anómalo, absurdo e anacrónico. (...)

Não nos maravilha que o Sr. Ramalho Ortigão, como folhetinista que é, eleve ao sétimo céu a ciência do folhetim, mas que considere a imortalidade mais fácil para os folhetinistas do que para M. Ernest Renan, o segundo estilista de França, e que chame a Renan *um charlatão de mau gosto*, não nos parece próprio de uma inteligência superior, como é incontestavelmente o Sr. Ortigão. (...)

Custa-nos também ver chamar horrível, detestável e ignóbil à bandeira de Voltaire, e de Rousseau, e à bandeira dos filósofos do século XVIII, como lhe chama o Sr. Ramalho Ortigão no seu opúsculo. Quem lançou no mundo tão grandes ideias, quem foi tão ousado como Helvécio em filosofia, como Rousseau em política, como Raynal em moral, como Laméttrie em religião, como o Abade de Saint-Pierre em questões sociais, quem escreveu como Montesquieu, Sieyès, Laharpe e Voltaire, devia merecer mais consideração a um crítico da força do Sr. Ramalho Ortigão.

Gramer de Cassagnac, escritor insuspeito sobre a escola do século XVIII, escreveu o seguinte em 1852: «*Voltaire et le dixhuitième siècle sont encore debout aujourd'hui.*»

A Humanidade não pode retrogradar. O século XIX não voltou atrás do século XVIII, nem ficou estacionário, vai adiante, marcha, progride, aperfeiçoa a obra dos filósofos do século passado, e descobre novas verdades em religião, em moral, em história, em literatura, em ciências naturais e em filosofia.

Não compreendemos também como o Sr. Ramalho Ortigão se julgou autorizado a chamar traidor a Maximiliano Robespierre. Robespierre foi um terrível e sanguinário fanático político, mas não foi um traidor. Traidor a quem? O homem que morreu, para não consentir que fosse violada a soberania da Convenção, não pode ser taxado de traidor. O fanatismo, como o de Robespierre, pode ser um erro e um crime, mas não é nunca uma traição. (...)

Duvidais que a insurreição seja em certos casos um direito? No caso afirmativo, sois reaccionários.

Entendeis que a infalibilidade e a intolerância papal pode viver por muito tempo, e não são prejudiciais à Humanidade? Então abraçais o *progresso* da Idade Média.

O Português, 25/3/1866

VI

Estamos, porém, num país onde os analfabetos com facilidade ocupam uma cadeira em S. Bento, sendo ao mesmo tempo difícil fazer ali entrar inteligências superiores e que podem honrar a tribuna portuguesa. O povo é enganado ou corrompido pelas autoridades, e dá diplomas a quem os não merece por serviços ou talentos. E, para desviar as inteligências do Parlamento, militam também as pequenas misérias e as invejas mesquinhas, porque o meio, como diz Vítor Hugo, não compreende o que lhe é superior, e é por isso sempre que, afora as cinco ou seis excepções imensas que produzem o esplendor de um século, a admiração contemporânea é sempre míope. (...)

Para governar não basta o mérito. É preciso ter audácia para o bem, arcar com os abusos, não trepidar diante das reformas necessárias, e saber marchar na via do progresso. Isto fizeram José Mouzinho com os imortais decretos da Terceira, D. Pedro IV com a extinção dos frades, Passos Manuel com as leis de 1836, duque de Loulé e Joaquim Tomás Lobo de Ávila com a abolição dos morgados e do monopólio do tabaco.

Havemos de ter ainda outros grandes reformadores que acabem com os prazos, que realizem a desamortização dos bens de mão morta, que matem o pariato hereditário, e que ponham um termo ao escândalo da escravatura das colónias. (...)

Bulhão Pato foi talvez injusto na apreciação que, no seu eloquentíssimo discurso, fez dos revolucionários de 1820. Bem sabemos que, em revolução, oito dias equivalem a anos, e que em revolução não deve haver meia audácia, e que há ocasiões em política em que a verdadeira grandeza de alma consiste em se fazer temer. Mas a verdade é que os homens de 1820 iniciaram a revolução liberal, e se sucumbiram na sua obra, foi isso devido, não a eles, mas à reacção europeia que matou a liberdade em Itália, e enviou o duque de Angoulême com 100 000 franceses a combater o liberalismo espanhol. A reacção de 1823, em Portugal, não foi filha dos desacertos dos homens de 24 de Agosto de 1820, foi consequência inevitável da aliança dos reis contra os povos.

O Português, 5/5/86

AGRADECIMENTO: O autor agradece a Cristina e Armando Pedro Lopes a possibilidade oferecida de transcrição dos extractos supra apresentados das «Memórias de um Jornalista».

HENRIQUE LAMAS — Um Luso invulgar

JÚLIO GRAÇA

Eis, resumida, uma vida nos seus traços gerais embora influentes: luso nascido em Alhandra, terra a cavalo do Tejo, em 1893, começou o curso de instrução primária na Escola do Castelo local para o acabar em Lisboa; filho de Gertrudes Rosa de Sousa Lamas e de João Evangelista Lamas; no seu dizer manuscrito em folha branca A4, «batizado em Alhandra, onde mora em casa sua... Poeta laureado, prosador e comentador de Camões, autor de «O Maior Erro de todas as edições de Os Lusíadas», «A Rota das Naus da Índia» e de outros trabalhos literários em prosa e verso, combatente da Grande Guerra, frequentou a Escola Industrial Afonso Domingues, e era autodidacta, foi empregado na Fábrica da Pólvora, na Fábrica da Juta (Sociedade Têxtil do Sul) e na Companhia Carris de Lisboa».

«Nasceu no dia de S. Serapião, aniversário da Batalha do Salado».

Servente e pedreiro na Fábrica da Pólvora de Chelas assíduo frequentador de bibliotecas, museus, livrarias e alfarrabistas, soldado condecorado com a medalha da coluna de Operações de Angola no combate de Naulila contra os alemães, teve desgostos, foi cortado nas ambições e fez-se cauteloso. Sócio fundador da Sociedade de Língua Portuguesa e da Associação Portuguesa de Esperanto, idioma que dominava, e poeta cultivando o Soneto na esteira dos mestres, obtém o 1.º prémio num Concurso Nacional. Lança em pequenos livros de sua edição «Cantando e Rindo» e «Cantigas dum Rústico».

Muitos anos antes, teria onze, doze?, um seu colega e amigo casapiano, emprestara-lhe um exemplar de «Os Lusíadas» ganho em concurso literário, que Henrique Lamas leu, releu, embrulhou-se, apaixonou-se, e iniciou, na sua nova solidão, os estudos sobre Camões e «Os Lusíadas». Em Outubro de 1972, em entrevista ao jornal «Vida Ribatejana», declara por alturas do Quarto Centenário da Primeira Edição de «Os Lusíadas»: «Camões não escrevia assim... Camões não escreveu a maior parte daquilo que contém a edição utilizada pelos eruditos! Foi esta a conclusão a que cheguei depois de muito estudar. «Os Lusíadas», além do mais, têm doze e não dez cantos. Tantos como a «Eneida», de Virgílio, que lhe serviu de modelo, o que aconteceu

com Dante, em «A Divina Comédia.» A 18 de Dezembro de 1972, em entrevista ao vespertino «A Capital», acrescenta: «... as duas edições de «Os Lusíadas» que se admite terem sido publicadas em 1572 são apócrifas. Aquilino Ribeiro e o dr. José Maria Rodrigues defendiam, cada um, a validade de uma dessas edições, renegando a outra. Pois eu, cauteleiro, afirmo que são ambas falsas. Nessas edições de 1572 existe uma série de referências a factos que só se viriam a dar mais tarde, como sejam a Batalha de Alcácer Quibir, a subida ao trono de Portugal de Filipe I de Castela, a perda de Ceuta. A edição de 1584 é a primeira verdadeira, e as de 1572 foram publicadas depois, e alteradas, muito embora sejam as versões de «Os Lusíadas» mais camonianas de que dispomos.»

Seu nome literário: Henrique Manuel da Torre Negra. Com este pseudónimo publicou, aos 41 anos, «A Rota da Nau das Índias», a «Ilha dos Amores» com 46 anos, mas antes, tinha 44 anos, «O maior erro de todas as edições de «Os Lusíadas»..»

Cauteleiro palmilhando as terras do Ribatejo, estudando e recolhendo a poesia e a letra dos cantares do Povo, ele surge em primeiro lugar na lista dos treze colhedores do «Cancioneiro do Ribatejo», editado em 1950 pelo Centro Bibliográfico, com organização e prefácio de Alves Redol. Mas não nos iludamos com o estilo deste cauteleiro que morreu aos noventa anos de idade, no fim da vida arrimado a bengala nodosa rija, boné de pala com a chapa do número da licença, escutando e perscrutando grupos de pessoas como se de ignorante se tratasse. Este cauteleiro estudioso incansável de Camões e de «Os Lusíadas» escreve a sua língua com os cuidados de um clássico, faz versos revelando um pensamento ou a sensibilidade com rigores que atingem a frieza da lucilante estrela distante. A sua biblioteca, poeirenta, atingida pelas enxurradas que de vez em quando desabam sobre a Vila, guarda a obra completa do Padre António Vieira, os clássicos portugueses, os poetas gregos e latinos da antiguidade, arrecada ou procura arrecadar tudo aquilo que no seu País se escreve sobre Camões ou sobre a sua Obra, e ainda o que pode apanhar em francês ou em inglês. Lê e guarda livros de António Nobre, Florbela Espanca (que no seu entender é um dos génios da poesia portuguesa, e que ninguém conhecia em Vila Viçosa quando Henrique Lamas viu esta Vila), Antero de Quental (que na sua letra cuidada para ser legível comenta nas margens), Jaime Cortesão, Camilo Castelo Branco, Aquilino Ribeiro, Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes com quem passeia e conversa sobre «Esteiros» — eles moravam a cem metros um do outro — e ainda aqueles autores cujas obras completas conserva em lugar de honra: Alexandre Herculano, António Feliciano de Castilho, Cândido Figueiredo. Mas de Eça de Queiroz nem um opúsculo encontramos.

Ainda em 1964, em festividades gratas ao seu coração revelam-no em fotografias de cara rapada e bem penteado, bigode aparado, de gravata e fato completo com corrente do relógio de bolso, lenço branco no bolso do peito. Com a naturalidade de pessoa habituada a vestir assim. Ainda no último ano

da sua vida — 1983 — quando das comemorações do nascimento do Dr. Sousa Martins — seu ídolo — sai à rua de impecável fato preto.

Um cauteleiro bizarro que deu «a sorte grande» e apregoava «compre um vigésimo» contra a troça de alguns que o achavam pouco natural por não apregoar «vigécimo». Este estranho cauteleiro também conhecido por Serapião. Comia frugalmente — eram já lendárias as suas tijeladas de leite e sopas de urtigas com os caules ripados, ou salada de alcachofras — bebia água, e escandalizava boa gente quando lendo para estudar ou escutando para aprender, explicava que queria preparar-se o melhor possível para o ingresso na sua vida futura além morte.

Seria esta uma forma de Henrique Lamas atingir a sua liberdade, no contexto profissional e no preconceito feroz de valores, na sua grande maioria artificiais, da sociedade portuguesa da primeira metade do Século? Figura singular, de viver inapelável, move-se realmente fora da associação ou da colectividade. Embora nunca desligado da sociedade que queria lusitana sem integralismos porque sempre e mais portuguesa, na convivência da discrição com a garotada que lhe acudia espontaneamente. A amargura, contudo, atravessa-o com frequência, e são dele estes dizeres manuscritos no rosto de «O Maior Erro de todas as edições de OS LUSÍADAS: «Quem mandou um plebeu julgar-se intelectual, quem mandou o sapateiro ir além da chinela? Um trabalho sem padrinhos, sem simpatias e sem procura. Porquê?...»

Em 1965 lança 350 exemplares de um opúsculo intitulado «Um Epinício de OS LUSÍADAS» — impresso pela primeira vez em estilo Camoniano. Declara na abertura: «Os leitores de «Os Lusíadas» devem dar mais importância ao estilo do poema e aos propósitos firmes do poeta do que aos versos espúrios impressos que lá encontram». Mas que versos espúrios são esses que Henrique Manuel da Torre Negra denuncia, que título audacioso é «O Maior Erro de todas as edições de «OS LUSÍADAS»?

Para compreendermos Henrique Lamas temos de partir de bases suas inamovíveis. Em primeiro lugar há que distinguir, uma vez por todas, a Lusitânia, hoje Portugal, unidade geográfica, linguística, cultural, anterior às divisões históricas da península *ibérica*, de qualquer dos seus vizinhos. O «Epinício» de H. Lamas é mais uma sua contribuição, em jeito camoniano, do epinício em «Os Lusíadas» da vitória na Batalha do Salado, com relevo para o Rei D. Afonso IV que convence o Rei Castelhana a não entregar fosse o que fosse, a começar por Tarifa, aos reis Mauritanos. Depois, «Não confundamos o arcaísmo «Espanha» com Espanha actualismo. Os portugueses protestam, de vez em quando, contra os estrangeiros que confundem Portugal com Espanha». Não podemos usar termos ilógicos «na designação da península luso-espanhola ou espano-portuguesa». Ou então «ibero-lusitana».

Henrique Lamas receia exprimir-se abertamente a favor de uma ideia. Descreve, associa, não se cansa de comparar descrições ou opiniões de ensaístas, historiadores, poetas, prosadores, a fim de ser o seu leitor a concluir. Receio de o não tomarem a sério? Para atestar os nossos valores históricos

invoca sentenças bíblicas, como esta para a Batalha do Salado: «Não é esta a que levantou o humilde e que humilhou o soberbo?» (Ezequiel, XXI, 26). Entenda-se por soberbo o castelhano.

Mas já não receia dizer, e registrar, depois de ter analisado Fernão Lopes, em quem Camões teria bebido a inspiração e o imorredoiro exemplo para a nossa imperecível epopeia, que grande e raro só o Luso, e que soberbo só o Castelhana, quando Camões neles fala ou compara em relação às quatro nações existentes na «Hespanha» península: ARAGÃO de D. Fernando II, NAVARRA de D. João III, LEÃO E CASTELA de D. Isabel I, PORTUGAL de D. Manuel. E que a ESPANHA, hoje, é uma grande nação embora não abranja a península.

Henrique Lamas (Henrique Manuel da Torre Negra), frisa, sem cansaço nem receio de desmentido (até agora não foi), que a primeira edição de «Os Lusíadas», embora revista com cuidado, não lhe evitaram erros tipográficos — e neste artigo escolho só a troca de palavras: rata por rota (I, 29, H); findo por fundo (II, 74, F); não por na (IV, 25, E); nos por naos, a por o, vam por tam, tão por cão, vir por ver, agora por então, etc. etc. Estes erros tipográficos foram emendados. Só um, o mais grave, não foi: *Lusitano* em vez de *Castelhano*. Ele perdura na última edição de «Os Lusíadas», e é o MAIOR ERRO DE TODAS AS EDIÇÕES DE OS LUSÍADAS, e o título do livro de H. Lamas.

Transcrevemos onde ele aparece com teimosia passados que são séculos (Camões não pôde rever a 2.^a edição), e que no dizer manuscrito a lápis de Henrique Lamas, «Não há nenhum Português Ilustre que abra os olhos e que veja o maior erro de todas as edições de «Os Lusíadas» e que acabe com ele?!...»:

Tem o Tarragonez, que se fez claro
Sujeitando Parthenope inquieta;
O Navarro, as Asturias, que reparo
Já foram contra a gente Mahometa;
Tem o Gallego cauto, e o grande e raro
Castelhano, a quem fez o seu planeta
Restituidor de Hespanha, e senhor della,
Betis, Leão, Granada com Castela.

(Canto III, Estância XIX)

Há que emendar, no verso F, Castelhana por Lusitano. E não vamos entrar na validade histórica de que, tomada Ceuta pelos portugueses, foram cortadas as invasões e o apoio básico estratégico de os árabes-mouros à Península Luso-Ibérica. E Henrique Lamas termina assim o seu livro: «Se aparecessem estes versos numa edição da nossa imorredoiro epopeia:

Eis se ajunta o soberbo lusitano
.....
contra tão raro em gente castelhano
a quem nenhum trabalho agrava ou pesa.

Que diriam os entendidos?... Que Camões não dizia tolices». Estes versos são o começo da estância XXXIV do Canto III de «Os Lusíadas». Mais: H. Lamas, esse incansável investigador, refere Pato Moniz na página 63 do Exame Crítico e Analítico: «Inda nenhum poeta teve o dom de casar mais convenientemente do que Camões as expressões com os pensamentos».

Este Henrique Lamas que pelo seu punho e a lápis diz ser também — seriam as suas credenciais — o Henrique Manuel da Torre Negra, o Serapião de Alhandra, o Combatente da Guerra de 1914/18, e poeta, cauteleiro, comentador de Camões. Esqueceu-se de acrescentar o notável esperantista que foi, propondo a amigos e conhecidos este dialecto como futura língua internacional, e que publicou ainda um folheto «IV — Esperanto — Renkontiĝo» com o seu soneto bilingue — português/esperanto — a favor da Liberdade:

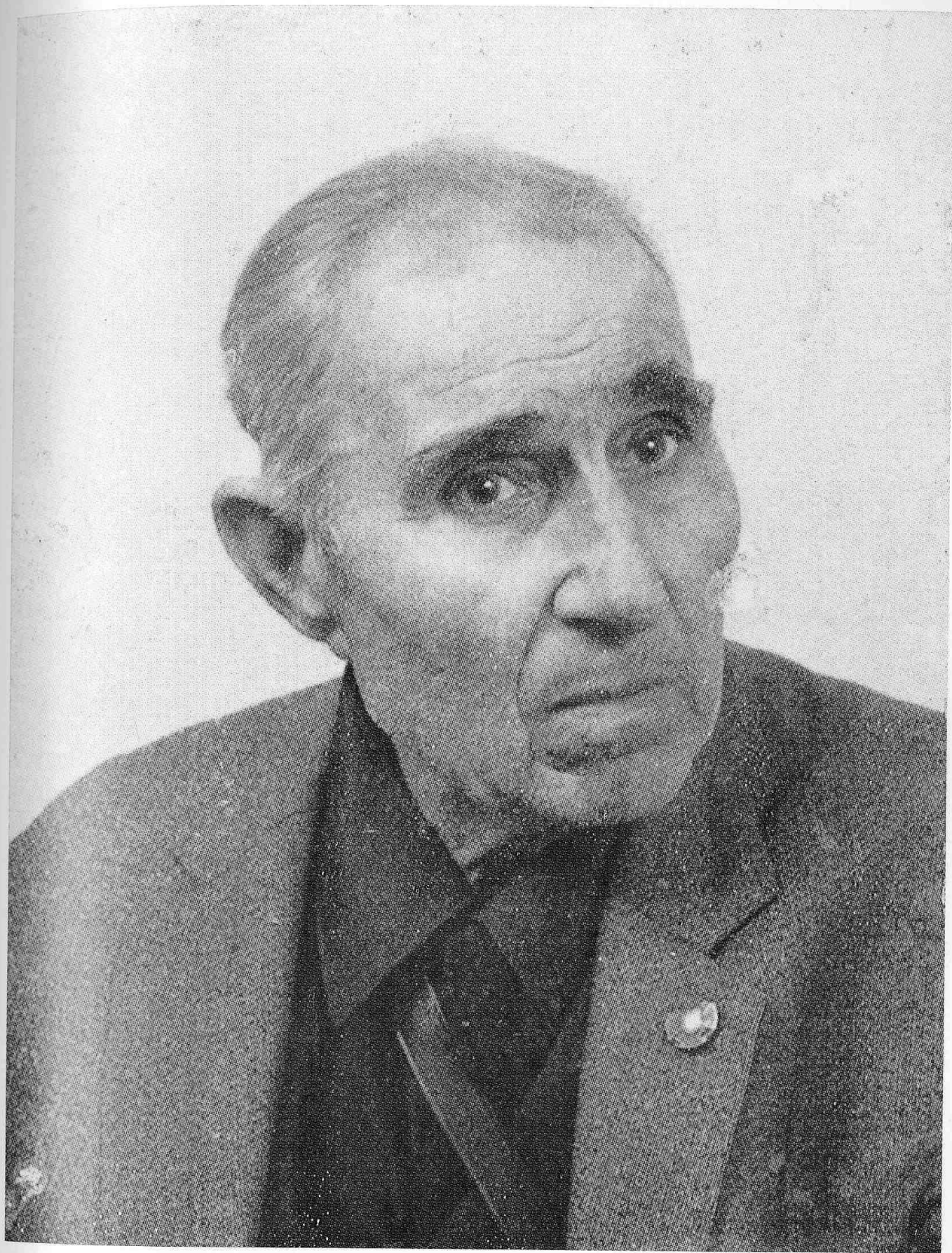
O DESTERRADO

Satanaz tomou conta da cidade,
Encheu os Maus de mandos e riqueza,
Bradou à Hombridade: «Ês a Torpeza»,
E mandou desterrar a Liberdade.

«Homem (disse ele) eu sou a Divindade,
Ajoelha-te já, já, com presteza
Ou chorarás, ai choras com certeza
Que é sem limite a minha crueldade»

A Pátria, a pena e o lar lhe destruiu,
Tirou-lhe o pão, no rosto lhe cuspiu,
Teceu-lhe mil calúnias torpemente...

E o Homem que era inteiro não chorou.
Mas quando a Liberdade enfim voltou
Desatou a chorar perdidamente.



Henrique Lamas

POVOS (ESCOLA VELHA)

VILA FRANCA DE XIRA — RELATÓRIO DOS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS DE CAMPO REALIZADOS EM 1985

RUI PARREIRA

1. ANTECEDENTES

O local onde hoje se ergue a chamada Escolha Velha, propriedade murada na posse da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira e integrada na área urbana de Povos do Ribatejo (Freguesia e Concelho de Vila Franca de Xira, Distrito de Lisboa), vem desde há muito sendo referenciado pelos estudiosos da História local e pelos arqueólogos.

Por meados do século passado, João Amaral escreveu uma memória que permanece, até hoje, manuscrita¹, onde se refere à Igreja Matriz de Povos, outrora edificada neste mesmo sítio. Essas notas foram posteriormente (em 1893) transcritas em parte por Lino de Macedo². Segundo João Amaral, o terramoto de 1755 arruinara a igreja, dita de Nossa Senhora da Assunção e assinalada, já no início de Setecentos no Santuário Mariano³ e em diversas Corografias do Reino de Portugal⁴. Ainda segundo Amaral⁵, o templo fora, porém, reedificado sessenta anos antes da redacção da sua Memória (portanto, por volta de 1791). O portal principal da igreja, em pedra, era decorado «com os labores uzados no reinado de el-rei D. Manoel e com os remates no alto de duas esferas armilares»; «a cantaria da porta principal que é um arco agudo labores armas reais não fechadas a cruz da Ordem de Christo e duas esferas armilares tudo denota a ser obra do rei-

¹ AMARAL, João — *Offertas Históricas relativas a Povoação de Villa Franca de Xira para Instrução dos vindouros*, 2 tomos, ms., 1851.

² MACEDO, Lino de — *Antiguidades do Moderno Concelho de Vila Franca de Xira*, Typogr. do Campino, V. F. Xira, 1893.

³ AGOSTINHO DE SANTA MARIA, Frei — *Santuário Mariano*, Lisboa, 1707-1711 (cf. vol. II, pp. 376-377).

⁴ Cf. obras citadas em LIMA, Baptista de — *Terras Portuguesas*, VI, s. v. Povos, Póvoa do Varzim, 1939, pp. 107-112.

⁵ AMARAL — *op. cit.* (cf. nota 1).

nado de D. Manoel»⁶. À data da redacção do manuscrito celebravam-se na igreja, cujo orago era Nossa Senhora da Assunção, todas as cerimónias religiosas e a ela se acedia por uma transversal à Rua Direita — a Travessa da Igreja — «erma de casas»⁷ e que corresponde ao actual acesso à Escola Velha, como se verifica pela cartografia antiga⁸. Lino de Macedo, ele próprio, não nos refere o estado de conservação da igreja à data em que publicava as suas *Antiguidades*⁹.

Mas em 1913 Virgílio Correia visitou Povos, dando-nos conta¹⁰ do estado de ruína em que então se encontrava novamente a antiga Matriz da que fora outrora uma das mais importantes vilas da Estremadura. No dizer de Virgílio Correia tratava-se de «um templosinho de mediana grandeza, bem proporcionado, do século XVI, adornado com um belo portal trabalhado e floreado em 'manuelino' naturalístico»¹¹. Porém «arruinado, caindo aos pedaços, destelhado, servia (...) de cavalaria. (...) o solo desaparecia sob montes de destroços e de lenha, atravez das aberturas da qual alvejavam as tampas sepulcrais da carreira central da nave»¹².

Além do mais, «faltava-lhe já o seu lindo e característico portal»¹³: no ano anterior, em 24 de Abril de 1912, a Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, presidida por António Dias da Silva, considerara que o portal manuelino e as colunas que integravam os altares da igreja eram inteiramente desnecessários para a escola que, por aquela data, se projectava construir no mesmo local. Deliberara assim vendê-los em hasta pública, vindo tudo a ser arrematado por 80 000 réis¹⁴. Comprado por um amador de arte, o portal, pelo menos, foi arrancado do seu primitivo lugar, levado para Sintra e, ali, de novo montado¹⁵.

Em 1916, Valdez¹⁶ refere também o estado de ruína da igreja, embora referencie a torre sineira — que, então, talvez se conservasse ainda em pé, com os seus três sinos, dois deles datados por inscrição de 1777 e 1785, respectivamente (anteriores, portanto, à reconstrução do templo em 1791, data sugerida por João Amaral)¹⁷.

⁶ Id., *ibid.*

⁷ Id., *ibid.*

⁸ CARTA Militar dos Arredores de Lisboa na escala 1:20.000, fl. 16.

⁹ MACEDO — *op. cit.* (cf. nota 2).

¹⁰ CORREIA, Virgílio — *Monumentos e Esculturas*, 2.^a ed., 1924.

¹¹ Id., *ibid.*

¹² Id., *ibid.*

¹³ Id., *ibid.*

¹⁴ COSTA, Eduardo — *Efemérides: Abril*. «Vida Ribatejana», V. F. Xira, 19/Abril/1985, p. 5.

¹⁵ CORREIA — *op. cit.* (cf. nota 10). Agradecem-se a Vítor Manuel Serrão as tentativas que tem feito para localizar na região de Sintra o portal de Povos.

¹⁶ VALDEZ, J. J. d'Ascensão — *Campanários em Portugal*. «Boletim da Associação dos Archeólogos Portugueses», Lisboa, sér. 5. XIII/5, 1916.

¹⁷ AMARAL — *op. cit.* (cf. nota 1).

Porém, quando Virgílio Correia publica *Monumentos e Esculturas*, do edifício restava tão-só a lembrança, «o adro e o caminho que o liga com a estrada, peçados de lages de calcário e de pedras afeioadas que haviam pertencido ao pavimento do templo»¹⁸. No seu lugar, erguia-se já, «vasta, alegre, higiénica, a escola da povoação»¹⁹, junto de cuja escada de acesso estava ainda a pia de água benta da igreja (hoje à guarda de um particular)²⁰.

A escola primária cumpriu durante muitos anos as funções que a República lhe destinara. Murado o terreno do antigo adro, para lhe servir de espaço de recreio, nela se educaram sucessivas gerações de crianças de Povos, já então pequena aldeia e hoje um quase subúrbio de Vila Franca de Xira, que a Estrada Nacional 10, e depois a Auto-Estrada do Norte, colocaram cada vez mais à margem de quem, de automóvel, demandava a capital — perdido pela Rua Direita o seu papel de via integrada na Estrada Real²¹. Valas abertas no recreio da escola, a plantação de árvores, o plantio das hortas vizinhas, traziam de quando em quando à superfície do terreno moedas, cerâmicas, restos de ossadas — e, com elas, a lembrança de que aquele local fora anteriormente recinto sagrado e cemitério da comunidade. Transferido o ensino primário para novo edifício em 1982²², destinou-se a Escola Velha, como agora é designada, a infantário e nela se instalou, provisoriamente, a Comissão de Moradores da localidade.

Quando em Dezembro de 1983 se abria uma vala para instalação de um poste de iluminação pública, junto ao caminho que conduz à Rua Direita, surgiram ossos humanos, cacos de recipientes e restos de telhas. Comunicado o achado ao Departamento de Cultura e Acção Social da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, apelou-se então para o Departamento de Arqueologia do IPPC. Em 4 de Janeiro de 1984, dois técnicos do Departamento de Arqueologia verificavam que, para além dos ossos indubitavelmente humanos e relacionáveis com o cemitério anexo à velha Matriz, se estava em presença de artefactos da época romana, pelo que a 12 de Janeiro seguinte se iniciaram trabalhos de salvamento arqueológico com o objectivo de determinar a natureza dos vestígios e da ocupação do sítio²³.

Foram então abertos dois cortes de 2,5 metros por 4,0 metros, tomando como referência o muro da propriedade e integrando a pequena área afectada pela abertura da vala para o poste de iluminação. Esses trabalhos, que se

¹⁸ CORREIA — *op. cit.* (cf. nota 10).

¹⁹ *Id.*, *ibid.*

²⁰ Agradece-se a Pedro Salvado as informações sobre este objecto e a Maria Adelaide Salvado a oferta do mesmo ao Museu Municipal de V. F. Xira.

²¹ Cf. SAA, Mário de — *As Grandes Vias da Lusitânia*, vol. II, 1959. Aquele autor pretendia ver na Rua Direita de Povos o traçado da antiga via Olisipo-Scalabis.

²² Agradece-se esta informação à Delegação Escolar de Vila Franca de Xira.

²³ FERREIRA, Carlos Jorge — *Povos, 1984: intervenção do Departamento de Arqueologia do IPPC com a colaboração da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*, dact., 1984.

prolongaram durante cerca de três semanas, permitiram obter uma sucessão estratigráfica demonstrativa da ocupação do sítio na época romana em, pelo menos, duas fases distintas, separadas uma da outra por um nível de destruição seguido de outro de entulho para nivelamento do solo e construção de uma estrutura habitacional, provavelmente no século III d.C., cuja destruição correspondia, por sua vez, a um espesso nível de derrube composto por cerâmica de cobertura. Este nível estava parcialmente selado por um estrato de aparente abandono mas o nível que se lhe sobrepunha, correspondente a sucessivas inumações e covachos sepulcrais relacionáveis com o cemitério anexo à Igreja de Nossa Senhora da Assunção, penetrara, nalguns sítios, até aos mais recentes estratos da época romana, assim assentando por vezes neles directamente. Estratos mais recentes, contendo pedaços de azulejos que outrora teriam revestido as paredes da igreja, finalizavam a sucessão estratigráfica cujo início, a ajuizar por alguns artefactos recolhidos, se poderia situar no século I d.C.²⁴.

2. OBJECTIVOS DA CAMPANHA DE 1985

Os dados recolhidos na campanha de 1984 vieram demonstrar a importância do sítio. E se, por um lado, fizeram sentir com maior acuidade a necessidade da sua preservação, por outro lado deixaram em aberto questões que se revelavam da maior importância para o estudo da evolução do povoamento na região de Vila Franca de Xira. Deste modo, a Câmara Municipal decidiu investir num programa de pesquisas na área de Povos e definiram-se para a campanha de escavações a realizar em 1985 no sítio da Escola Velha os seguintes objectivos:

1. Obter dados sobre o início do povoamento do local e caracterizar melhor a sua ocupação durante a época romana.
2. Determinar com maior rigor a história do sítio entre a época romana e a sua utilização como cemitério/templo.
3. Caracterizar melhor a organização espacial e os rituais do cemitério, definindo as sequências observáveis.
4. Procurar os vestígios do edifício da igreja.

²⁴ FERREIRA — *op. cit.* (cf. nota 23). Todo o espólio recolhido nesta intervenção deu entrada no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. A publicação pormenorizada dos resultados da intervenção de 1984 será feita conjuntamente com a apresentação monográfica das quatro campanhas previstas para o sítio arqueológico da Escola Velha de Povos.

3. CONDIÇÕES DO LOCAL ANTES DE INICIADAS AS ESCAVAÇÕES

O corte A.1 (agora corte 1) encontrava-se completamente escavado, enquanto o corte B.1 (agora corte 2) não atingira ainda o solo virgem, pelo que importava concluir aqui os trabalhos. Ambos os cortes tinham sido cobertos com ramagens de árvores, para evitar quedas e acidentes com as crianças que frequentam o parque infantil anexo à Escola Velha. Por isso, foi necessário proceder à sua remoção antes de iniciados os trabalhos.

As terras retiradas destes cortes encontravam-se ainda acumuladas no local (tendo sido, finalmente, removidas no final da campanha de 1985).

Por outro lado, verificou-se que se conservavam apenas duas das estações de medição colocadas na campanha de 1984, embora se julgue ter recuperado, de uma forma fiável e rigorosa, o sistema de medição então utilizado.

4. DURAÇÃO DA CAMPANHA, PARTICIPANTES E MEIOS UTILIZADOS

A campanha de 1985 decorreu entre princípios de Julho e finais de Setembro, integrada no programa municipal «Férias-Trabalho», para a juventude.

As despesas correntes da campanha foram integralmente suportadas pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. O Departamento de Arqueologia do IPPC forneceu colaboração técnica, cedendo equipamento de escavação e um nível topográfico.

A orientação dos trabalhos de campo foi confiada ao signatário e como técnica de escavações esteve presente, durante Agosto e Setembro, Natalina Guerreiro. A escavação foi acompanhada pelo Director do Serviço Regional de Arqueologia do Centro, Dr. José Beleza Moreira, cujo interesse pelo bom andamento dos trabalhos, o estímulo permanente e os avisados conselhos não podem aqui deixar de ficar registados. Mas certamente que a campanha não se teria realizado sem o empenhamento da responsável pelo Departamento de Cultura e Acção Social da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Dr.^a Clara Frayão Camacho, e do Vereador do pelouro da Cultura, José António Carmo. Participaram activamente na campanha os seguintes jovens do Concelho de Vila Franca de Xira, integrados no programa «Férias-Trabalho»: Ana Cristina Nunes da Silva, Idalina Mesquita, Marisa Cartaxo, José Augusto David, Luís Filipe Medeiros Alves, João Borges, Ana Margarida de Castro, Georgina Pires, Vera Lúcia Borges, Graça Ribeiro, Assunção Mendes, Manuela Carreira, Paula Branco, Helena Timóteo e Amélia Lourenço.

5. QUADRICULAGEM DO TERRENO E DELIMITAÇÃO DA ÁREA ESCAVADA

Partindo das duas estacas de medição que ainda se conservavam da campanha de 1984, procurou-se recuperar o sistema de coordenadas então utilizado, o que se julga ter conseguido com o necessário rigor. Procedeu-se depois à implantação de novos pontos de medição, de 5 em 5 metros, materializados por pregos cimentados, o que permite a sua melhor conservação no terreno.

Procedeu-se também a uma nova numeração dos cortes (sequencial por ordem de abertura) passando assim os cortes A.1 e B.1 a ser designados, respectivamente, por cortes 1 e 2.

Julgou-se ainda conveniente atribuir valores de x e de y às coordenadas definidas pelos eixos de quadriculagem do terreno, tendo-se assim atribuído à estaca colocada junto ao canto inferior esquerdo (Sul) do corte 1 (antigo corte A.1) os valores $x = 200,0/y = 800,0$.

Para além da continuação dos trabalhos no corte 2 (antigo corte B.1), delimitado pelas coordenadas $x = 200,0$ a $202,5/y = 805,5$ a $809,5$, foram ainda abertos o corte 3, delimitado pelas coordenadas $x = 205,5$ a $209,5/y = 820,5$ a $822,5$, e o corte 4, delimitado pelas coordenadas $x = 200,5$ a $204,5/y = 810,5$ a $814,5$.

6. ESCAVAÇÃO E REGISTO

Foi adoptada uma desmontagem por camadas artificiais e, sempre que possível, por estratos definidos pela própria sobreposição dos vestígios. A área escavada foi subdividida em quadrículas de 1 ou 1,5 m de lado, conforme os casos, ou em conjuntos definidos pela própria disposição dos vestígios, sempre que tal podia ser observado (manchas de cor na terra, aglomerados de pedras ou ossos, por exemplo).

Os achados foram referenciados aos complexos obtidos por este sistema de desmontagem, complexos estes numerados sequencialmente por ordem de recolha. Dado que estes números foram atribuídos antes da respectiva escavação existem diversos complexos numerados sem achados.

Os diversos planos obtidos pela remoção das camadas foram sistematicamente desenhados, cotados e, sempre que justificável, fotografados. Para cada complexo foi aberta uma ficha, preenchida em triplicado. Os perfis obtidos foram registados em desenho e fotografia.

Durante a escavação, os cortes foram molhados de véspera, de modo a facilitar a desmontagem das terras e à observação de manchas de cor. Sempre que necessário, utilizou-se, adicionalmente, água pulverizada para humedecer a superfície do terreno.

As terras foram passadas pelo crivo.

No final da campanha, atingira-se o terreno virgem no corte 2, o corte 3 fora escavado até aos estratos romanos mais profundos (onde os achados rareavam) e o corte 4 fora escavado até um plano imeditamente abaixo do nível de destruição que assinala o final da ocupação romana do sítio. Toda a documentação recolhida ficou arquivada no Departamento de Cultura e Acção Social de Vila Franca de Xira.

7. PRINCIPAIS ESTRUTURAS E ESTRATIGRAFIAS LOCALIZADAS

Conjugando os dados arqueológicos recolhidos com os testemunhos literários, pode fazer-se o seguinte balanço das principais informações recolhidas:

O primeiro período de ocupação, mal caracterizado no corte 1, foi evidenciado no corte 2, correspondendo aos estratos mais profundos e integrando um troço de muro de planta aproximadamente circular. A ocupação desta construção, de carácter sem dúvida habitacional, relaciona-se com uma estrutura de combustão, integrada em um estrato rico em carvões, restos de fauna e cerâmica comum, destacando-se as 'ollae', formas normalmente presentes em cozinhas.

A uma nova fase de ocupação, cuja relação com a construção mais antiga é mais problemática, segue-se então uma nítida derrocada de estruturas, correspondendo a um estrato que integra restos de argamassa, estuque/reboco e cerâmica de construção e cobertura, detectado já em 1984 e então designado de «derrube 2».

Sobrepõe-se-lhe um estrato de terra castanha, rica em saibro e argila, que no relatório de 1984 é designada por 5a e 5b, correspondendo de facto ao entulho de preparação para a construção de novas estruturas habitacionais. Aceita-se provisoriamente a sua datação no século III.

Sobre esta terraplanagem foram erguidos os muros detectados nos cortes 1 e 2, com um possível pavimento formado por cerâmica de construção. No corte 3, embora tenham sido detectados os estratos correspondentes, não foram identificadas quaisquer estruturas em pedra.

A destruição deste nível foi identificada em todos os cortes. Para além de tijolos, telhas e pedras soltas, caracteriza-se no corte 4 pela presença de um estrato de incêndio, no qual estavam embaladas moedas do século IV d.C. Isto leva a relacionar este nível de destruição, aparentemente violenta, designado no relatório de 1984 de «derrube 1», com as chamadas invasões germânicas de inícios do século V.

O estrato de saibro amarelado que se sobrepõe a este nível de destruição parece dever a sua formação a um abandono do local e corresponde — sublinhe-se que apenas como hipótese de trabalho — a uma transferência do povoamento para o alto do Senhor da Boa Morte, mais facilmente defensável, o que os dados literários não contrariam. Para além de um — muito

problemático — ermamento do vale do Tejo na Reconquista, o foral de Povos de 1195, dado por Sancho I, refere-se aos moradores do 'castellum' de Povos.

O local voltou a ser ocupado a partir do século XVI, detectando-se em todos os estratos um espesso nível de enterramentos sem caixa, correspondente à utilização do local como cemitério exterior à Igreja de Nossa Senhora da Assunção — que o autor do *Santuário Mariano* refere ter sido transferida do alto do monte: «A freguesia, por ficar longe da Villa, & com algum discommodo para os moradores, se passou para baixo, aonde se edificou para esse efeyto hum sumptuoso Templo, com se vê»²⁵. A campanha de 1985 permitiu detectar a organização do cemitério, com fiadas de sepulturas abertas e tornadas a abrir, para sucessivas deposições de cadáveres, em momentos muito diversos mas respeitando sempre uma organização espacial bem determinada — e tanto mais nítida quando se observa a sobreposição de ossadas registadas nos diversos planos desenhados (v. planta). Puderam recolher-se junto aos corpos algumas moedas, sobretudo dos séculos XVI e XVIII (em dois dos casos, conjuntos outrora embalados em material perecível), terços de contas de osso, elementos de vestuário e adorno (destacando-se os brincos de prata, de desenho muito simples), que nos fornecem preciosas informações sobre crenças e trajo funerário das respectivas épocas e cujo estudo importa aprofundar recorrendo e este tipo de registo.

A parte superior deste nível é assinalada pelo derrube do templo e por intrusões recentes, tal como a sua parte inferior penetrara, nalguns casos, até aos níveis superiores da época romana.

Apesar de os resultados obtidos se poderem considerar bastante positivos, um dos objectivos que tinham sido definidos para esta campanha não foi, afinal, alcançado: na verdade, não puderam ainda localizar-se quaisquer vestígios das estruturas do edifício da igreja.

8. MEDIDAS DE PROTECÇÃO E CONSERVAÇÃO TOMADAS

Os estratos inferiores dos cortes 1 e 2 foram recobertos por terra crivada e entulho, medida de conservação para os muros postos a descoberto. Toda a área escavada foi vedada com barrotes de madeira e rede, trabalho executado pelas oficinas municipais.

9. ESPÓLIO RECOLHIDO E SUA CONSERVAÇÃO

A distribuição estratigráfica dos objectos recolhidos permite, à partida, a sua divisão em três grandes grupos, cronologicamente diferenciados: 1) achados da época romana; 2) achados dos séculos XVI-XIX; 3) achados correspondentes à demolição da igreja, dos séculos XVIII-XX.

²⁵ AGOSTINHO DE SANTA MARIA — *op. cit.* (cf. nota 3).

O espólio da época romana consiste essencialmente em cerâmicas, com uma maior abundância de cerâmica de construção (tijolos, telhas redondas e direitas) e de louça comum. Apesar de fragmentada, esta permite a recuperação pelo desenho de algumas formas. Estão ainda presentes os fragmentos de lucernas, de paredes finas e de 'terra sigillata' (embora não tão abundantemente como na campanha de 1984), com destaque para ts clara. Recolheram-se também cacos de ânforas. De entre os objectos metálicos destaca-se a tampa de um recipiente, os fragmentos de vasos metálicos e o fusi-lhão de uma fivela. As moedas eram sobretudo abundantes no estrato de destruição ao qual, hipoteticamente, se atribui uma datação nos inícios do século V. De mencionar ainda o aparecimento de uma marca de jogo nos níveis mais profundos do corte 2. O vidro é escasso. Foi ainda recolhida abundante amostragem de fauna.

O espólio correspondente à utilização do local como cemitério mostra-se sobretudo rico em restos osteológicos, a permitir futuros estudos de Antropologia Física. Destacam-se também dois conjuntos de moedas do século XVIII, outrora embaladas em materiais perecíveis (num dos conjuntos puderam identificar-se ainda restos de papel impregnados de óxido de cobre, proveniente da alteração do metal das moedas), bem como moedas isoladas, que acompanhavam os enterramentos. A maioria destas moedas são de bronze mas recolheram-se também exemplares de prata e um dos citados conjuntos incluía mesmo uma moeda de ouro. A presença de pregos de ferro, ora agrupados, ora isolados, sugere um ou outro enterramento com caixa, cujos vestígios concretos porém se não conservaram *in situ*. Recolheram-se também elementos de trajo: botões, colchetes e adornos, com destaque para os brincos de prata, feitos de arame e com um desenho muito simples. Devem ainda mencionar-se os terços, feitos de contas de osso, colocados junto de alguns cadáveres.

Os achados correspondentes à demolição da igreja consistem sobretudo em elementos de construção: azulejos, tijolos, lajetas de xisto (que se julgam da cobertura do campanário), telhas de canudo. Mas estão presentes cerâmicas comuns, faianças e um ou outro vidro.

O trabalho de valorização dos dados e o estudo de materiais específicos (cerâmica, moedas, espólio osteológico, por exemplo) será efectuado, à medida das possibilidades, durante os anos de 1986 e 1987, prevendo-se um balanço de carácter monográfico a realizar no final da quarta campanha (programada para 1987). Os resultados obtidos serão divulgados em próximos volumes deste «Boletim Cultural».

A maioria do espólio não metálico foi lavada e marcada durante a campanha. A totalidade do espólio metálico foi tratada laboratorialmente por uma técnica de conservação, colaboradora da Câmara Municipal. Os objectos recolhidos deram entrada nas colecções do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, encontrando-se ali parcialmente expostos.

10. SUGESTÕES

Julga-se importante prosseguir os trabalhos de campo em 1986, articulando-os num programa de pesquisas que visa o estudo do povoamento da área do Concelho de Vila Franca de Xira desde as épocas mais remotas e, nomeadamente, o conhecimento da origem das actuais povoações do Concelho. A zona de Povos parece ser especialmente indicada para um investimento a longo prazo, articulando pesquisas na actual área urbana e no alto do Senhor da Boa Morte, que, em hipótese, parecem complementar-se em termos de povoamento do local²⁶.

²⁶ PARREIRA, Rui — *Que fazer desta Memória*. «Boletim Cultural, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2, 1986, p. 7 ss.

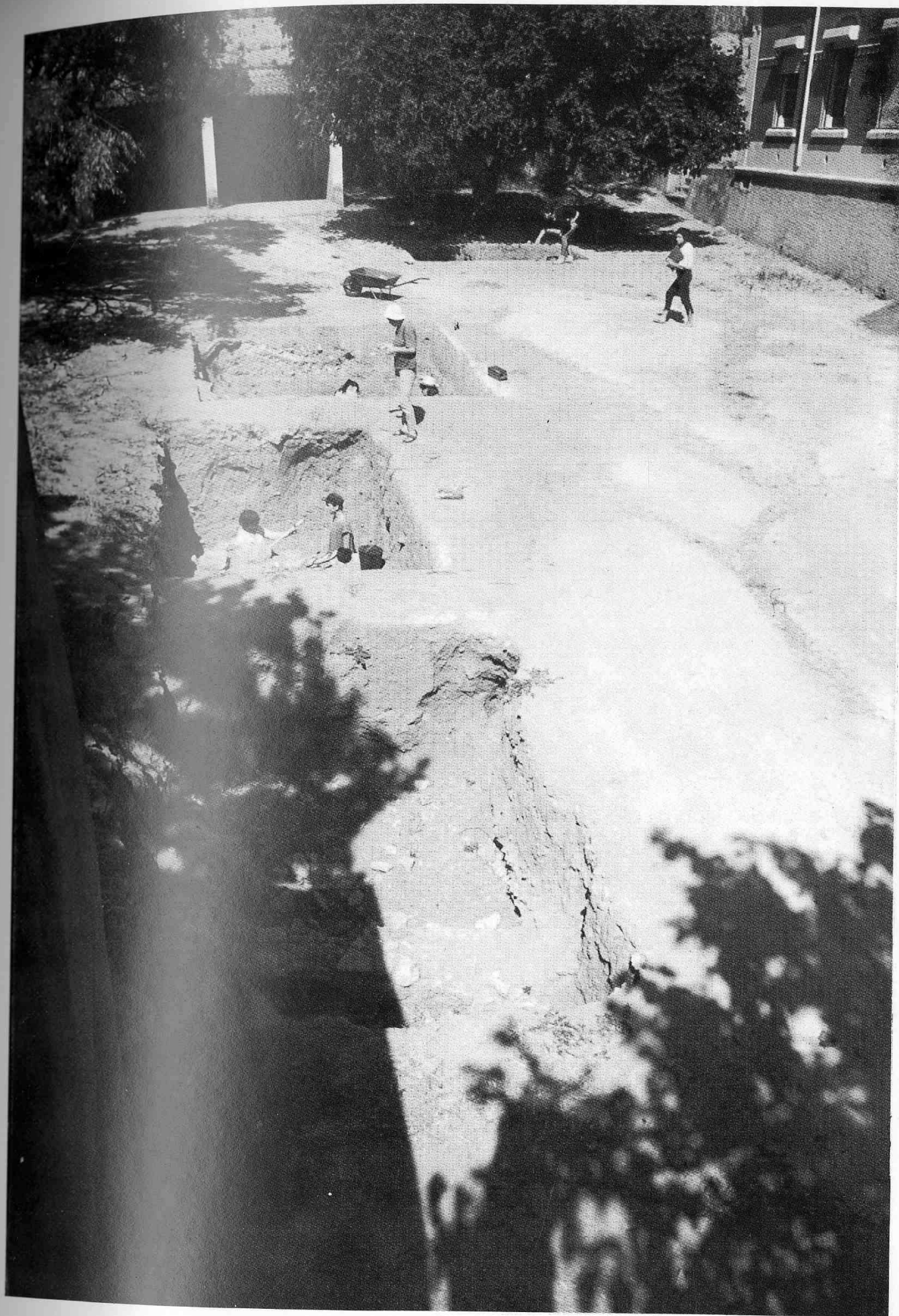


Fig. 1 – Povos, sítio da Escola Velha. Aspecto geral das escavações em Agosto de 1985.

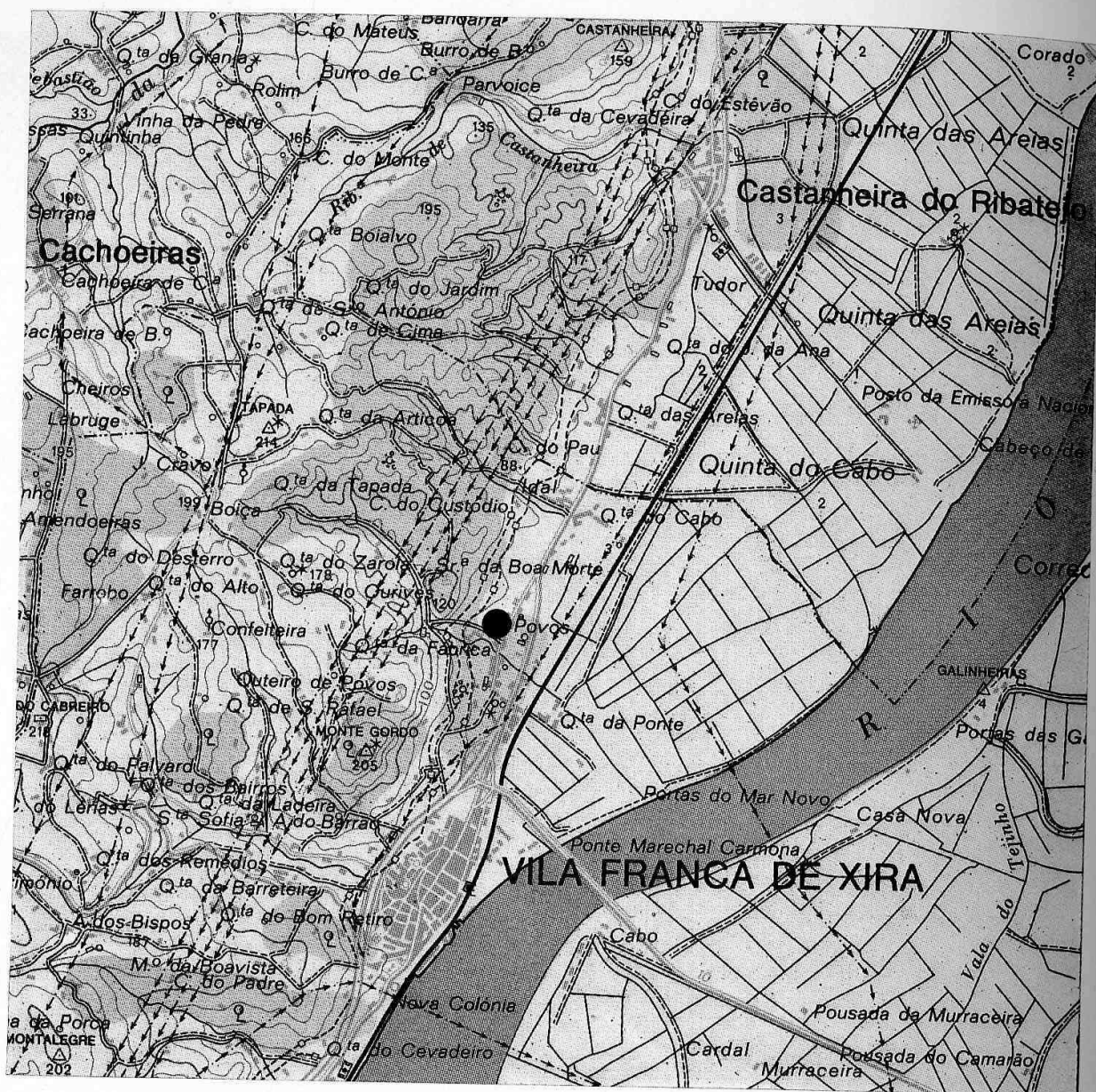


Fig. 2 - Povos, sítio da Escola Velha. Localização no extracto da Carta Corográfica de Portugal na escala 1:50 000, folha 30-D (Alenquer), edição do Instituto Geográfico e Cadastral, 1971.



Fig. 3 - Localização das escavações sobre o levantamento aerofotogramétrico na escala 1:1 000.

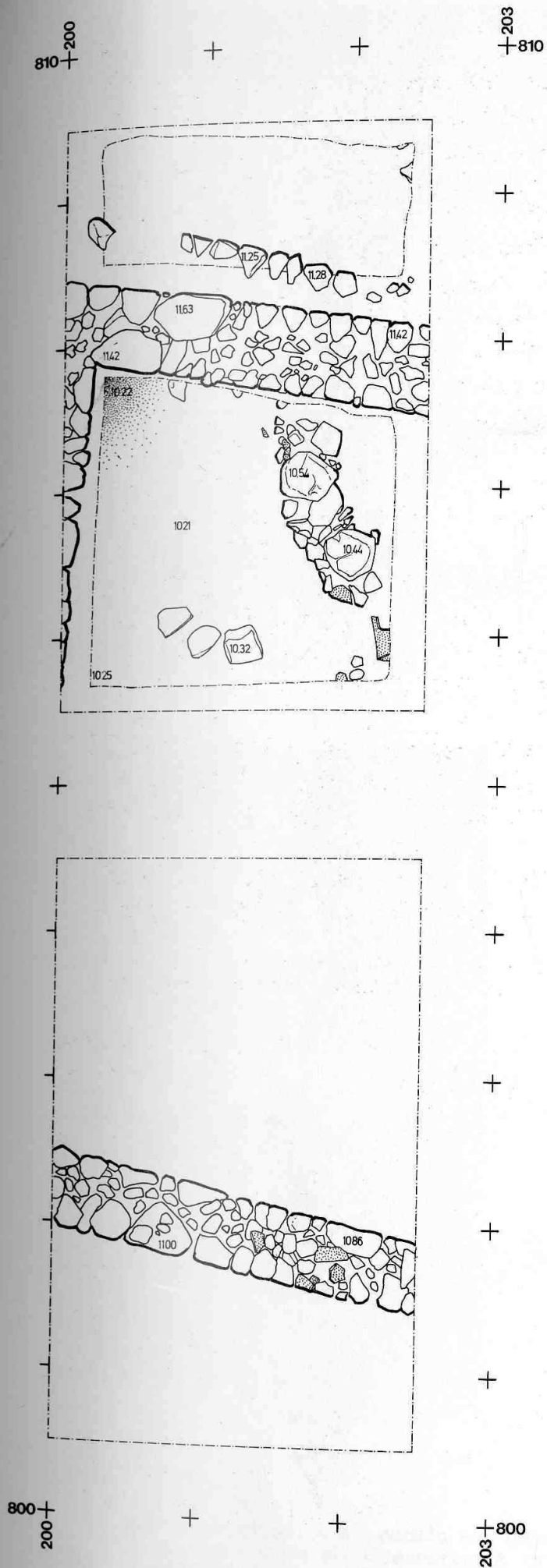


Fig. 4 - Planta dos cortes 1 e 2, planos 2 (escavações de 1984) e 14, Escala 1:50.

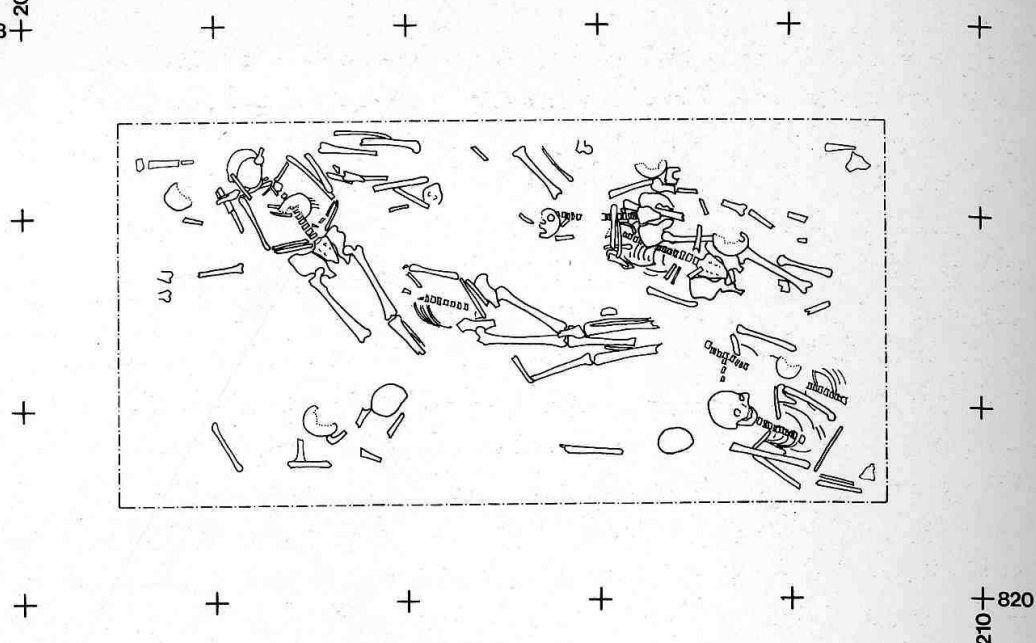


Fig. 5 - Planta do corte 3, conjugação dos planos 2 a 9, correspondentes ao nível de inumações do cemitério. Escala 1:50.

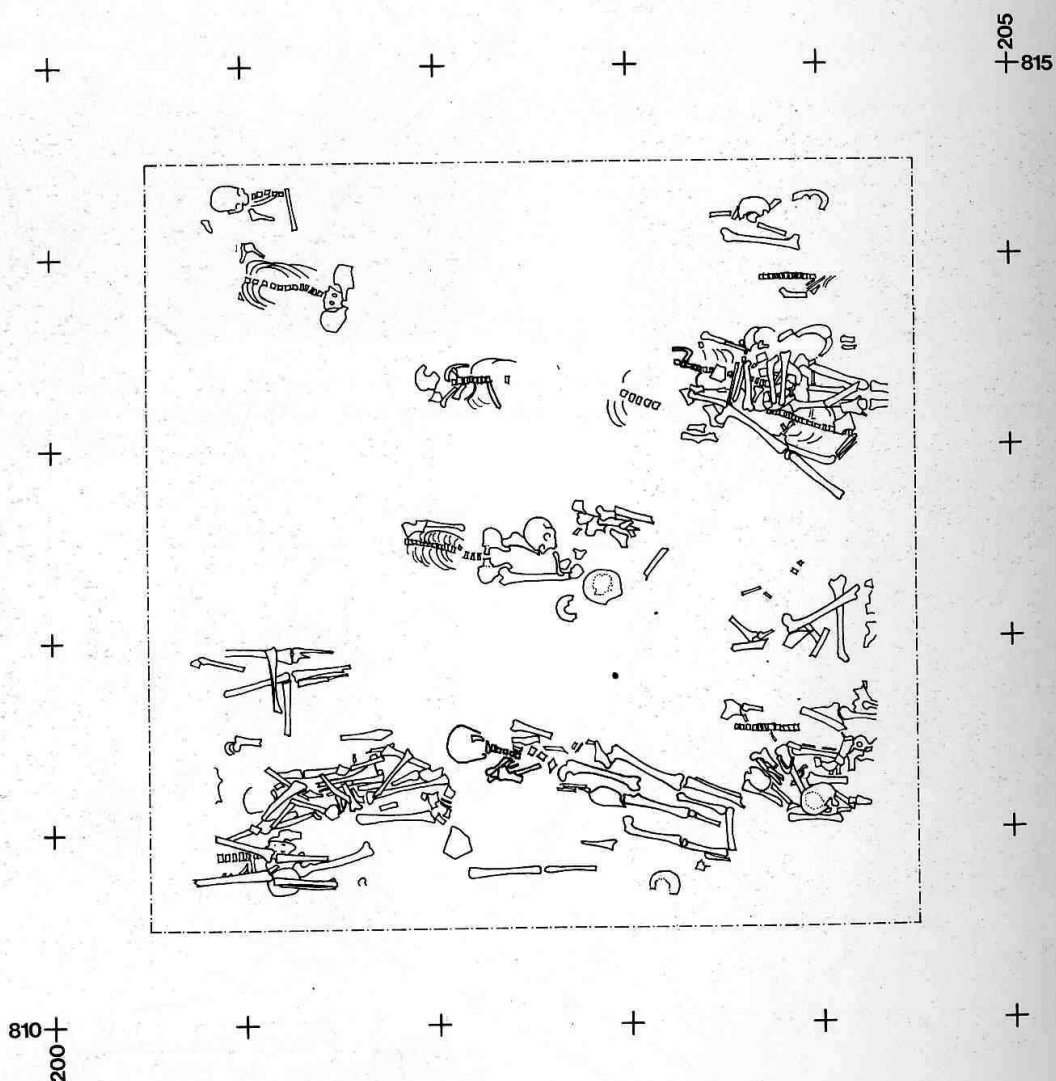


Fig. 6 - Planta do corte 4, conjugação dos planos 2 a 9, correspondentes ao nível de inumações no cemitério. A organização do espaço sepulcral, com a disposição dos cadáveres em fiadas de sepulturas abertas diversas vezes, é aqui ainda mais nítida que no corte 3 (cf. fig. 5). Escala 1:50.

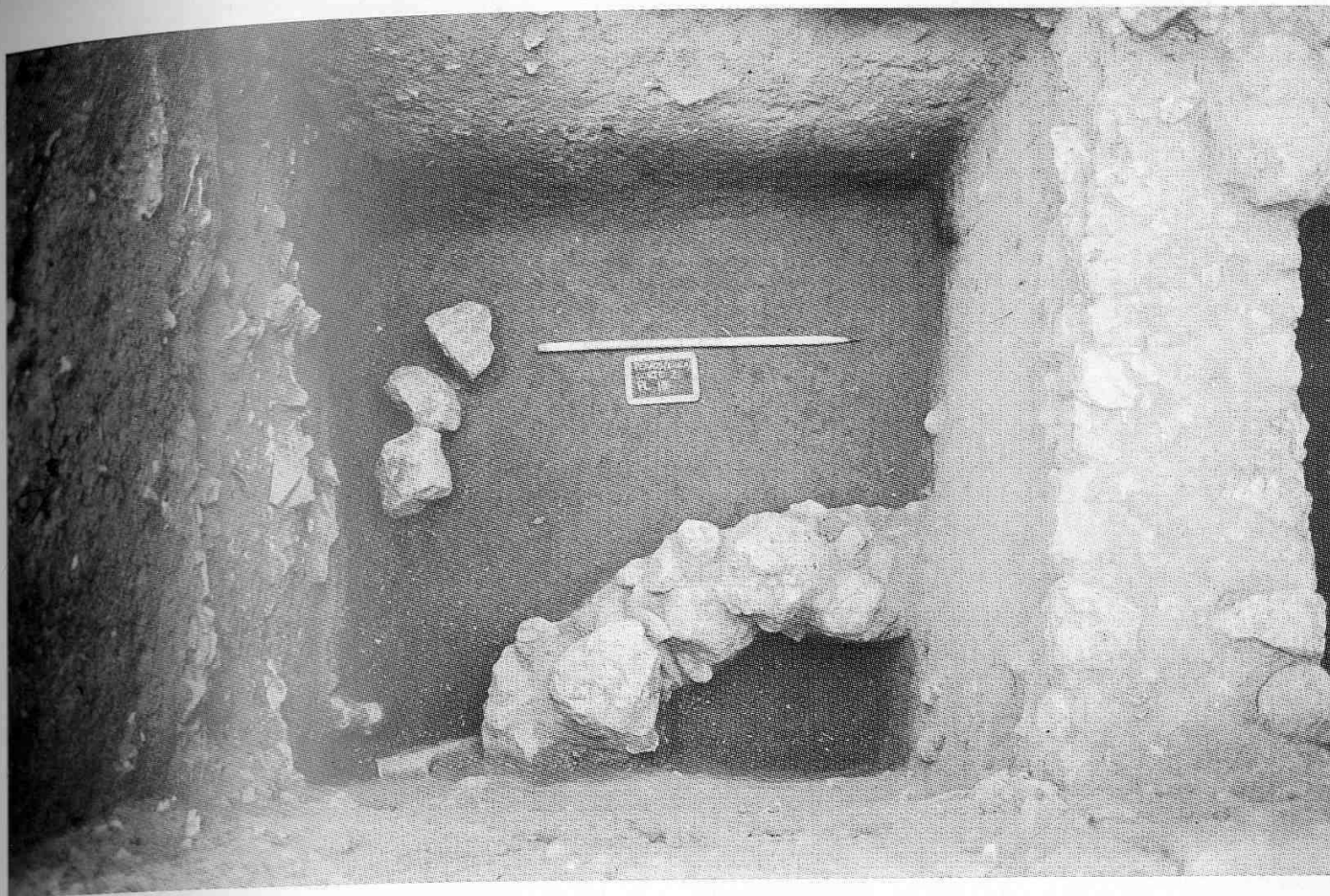


Fig. 7 - Corte 2, plano 15. Estruturas da época romana.

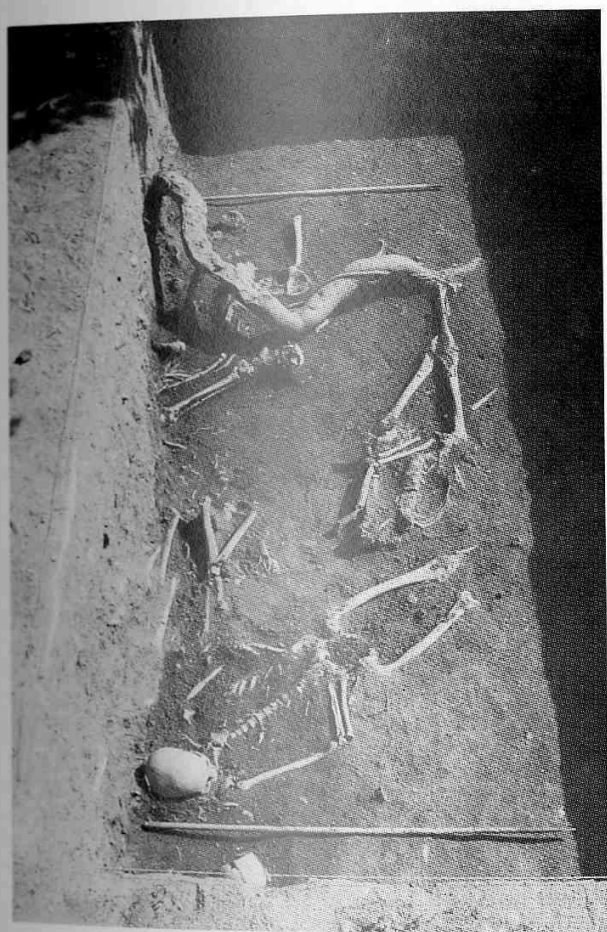


Fig. 8 - Corte 3, plano 5. Aspecto de inumações no cemitério.

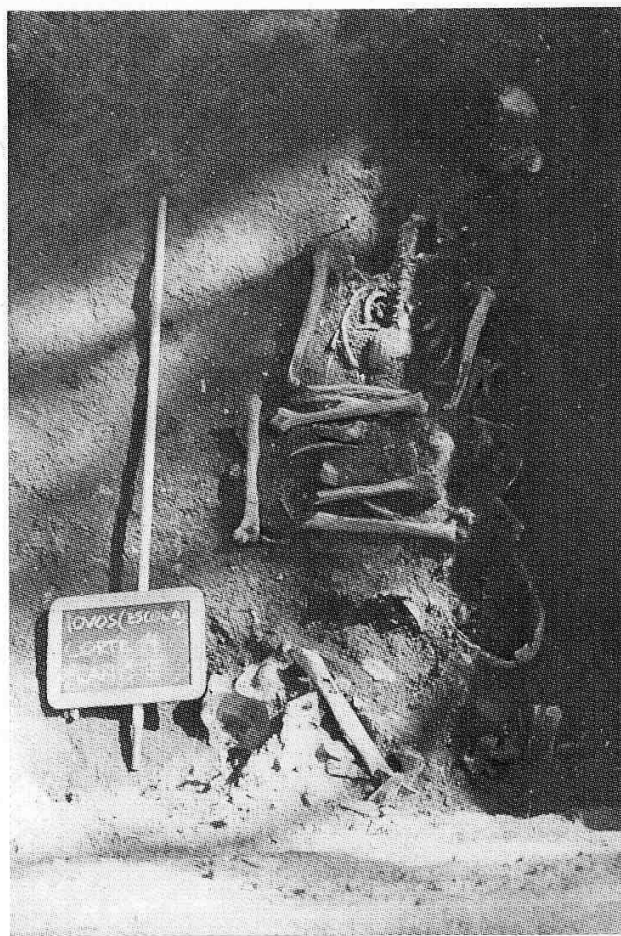


Fig. 9 - Corte 4, plano 5. Inumação sobreposta por restos esqueléticos sem conexão anatômica, interpretados como provenientes de inumações mais antigas existentes na mesma sepultura, colocados sobre o cadáver na ocasião do enterramento.

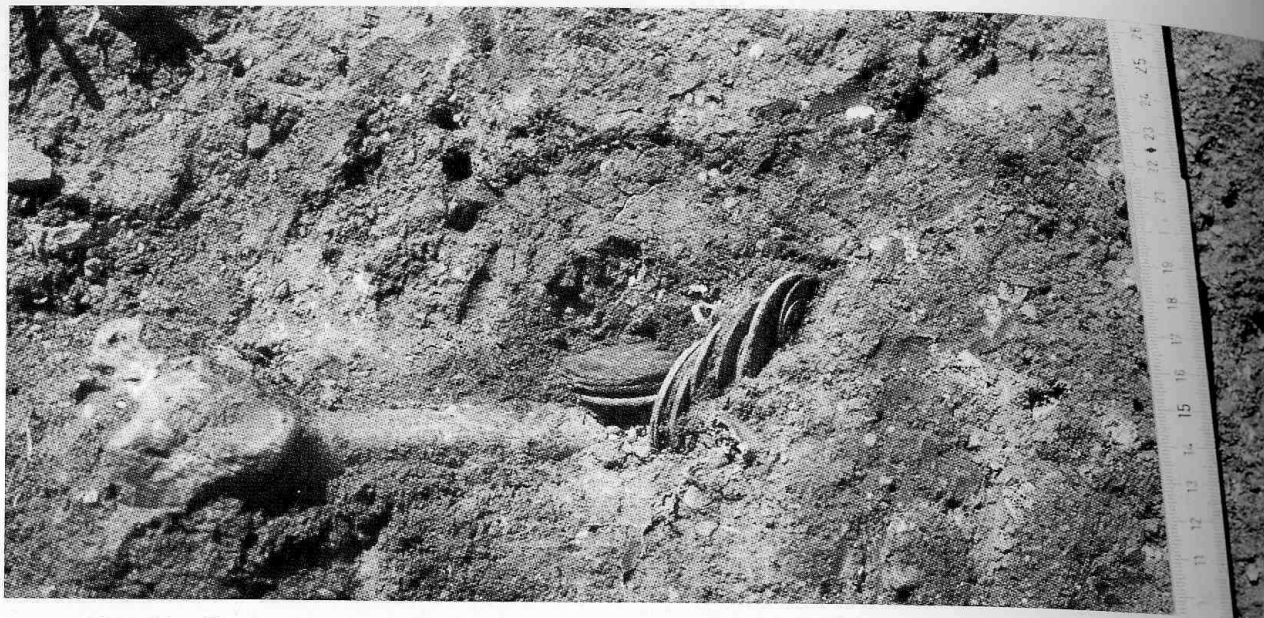


Fig. 10 - Corte 4, perfil em $y = 814,5$. Bolsas de moedas em bronze, prata e ouro, junto ao úmero de um indivíduo inumado no século XVIII.



Fig. 11 - Corte 3, aspecto dos perfis vistos de sudoeste.

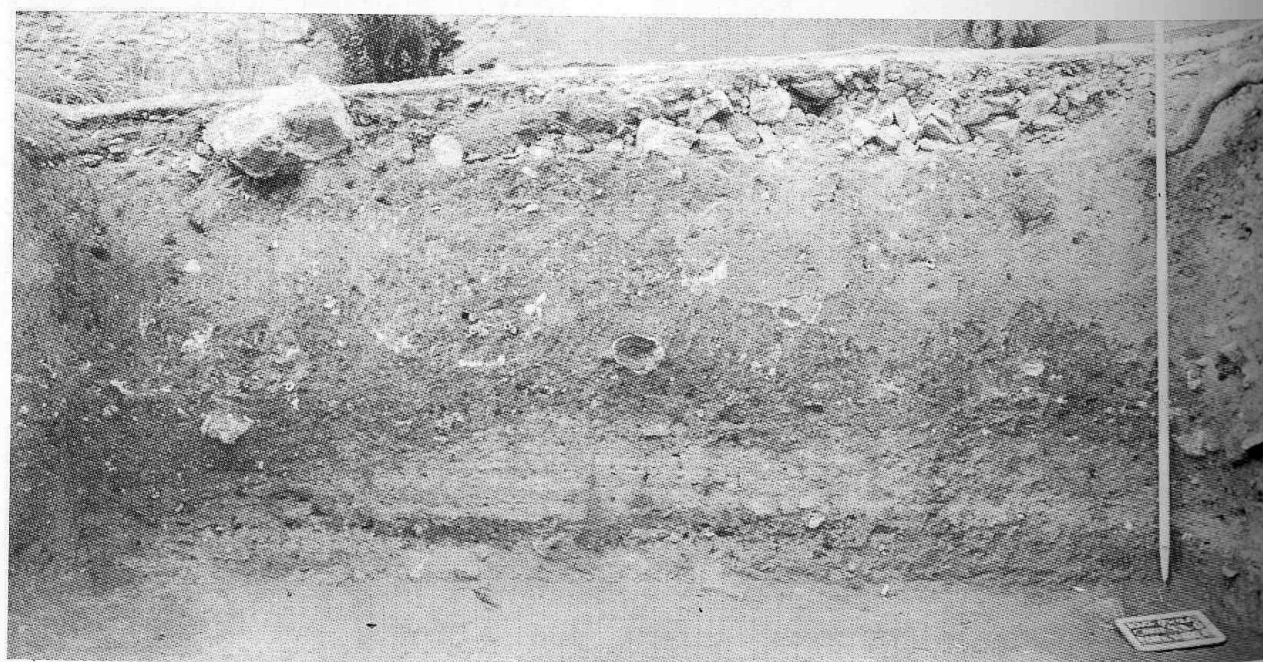


Fig. 12 - Corte 4, perfil em $x = 200,5$.

DO ANTIGO AO NOVO MUSEU

O Caso do Museu Municipal de Vila Franca de Xira *

CLARA FRAYÃO CAMACHO

1 — DA CRIAÇÃO AO ENCERRAMENTO DO MUSEU DR. VIDAL BAPTISTA

Motivações várias estão na origem dos museus locais.

Das razões que levaram em 1951 à abertura das salas do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, anexo à Biblioteca criada quatro anos antes, há uma que sobressai: a vontade pessoal de um homem que entendeu seu dever dotar a vila de duas instituições de divulgação cultural — a Biblioteca e o Museu. Cultura local significava então o «regional», o Ribatejo, a lezíria, os motivos tauromáquicos, os escritores e artistas de temática ribatejana. Vidal Baptista é um homem da cultura local, um advogado da burguesia vilafranquense, defensor da Vila Franca ribatejana e típica, mas também de uma vila possuidora dos seus centros culturais eruditos onde tenham lugar as conferências, as exposições, os Salões de Arte.

Biblioteca-Museu será a designação que unirá durante mais de vinte anos as duas instituições. É de tal modo forte a ligação que o próprio inventário é conjunto.

A heterogeneidade das *coleções* é flagrante. De início terá havido a tentativa de privilegiar as coleções de etnografia, pintura e escultura ribatejana. A primeira exposição inaugura a Sala do Campino onde predominam bronzes de Mestre João da Silva adquiridos por subscrição pública. Posteriormente o vector pintura aumenta no enriquecimento das coleções. Estas são constituídas predominantemente por espécimes doados, donde a excessiva heterogeneidade. Além da temática «cultura local», surgem coleções de armas africanas, moedas estrangeiras contemporâneas, medalhística, cerâmicas diversas... Pouco a pouco o museu vai perdendo o espírito com que afinal se iniciara.

O *funcionamento* do museu caracteriza-se pela ausência de autonomia e de pessoal. Nomeado Director da Biblioteca Municipal e depois por inerên-

* Comunicação apresentada no I Encontro de Museus Locais da Grande Lisboa (Amadora, 22 e 23 de Março de 1986).

cia, do Museu, Vidal Baptista será acompanhado pelo secretário Raúl de Carvalho durante vinte anos. A eles — ao seu trabalho directo e empenhado — se deverão as actividades desenvolvidas que, na sua execução, contarão com o apoio do pessoal da Biblioteca.

Não será, porém, a falta de pessoal que impedirá uma intensa *actividade* da Biblioteca-Museu nas décadas de 50 e 60. De 1951 a 1971 o museu realiza uma média anual de 2 conferências e de 2 exposições. Se nas primeiras, os temas são variados — indo das Missões Religiosas ao Jornalismo e à contribuição da Língua Portuguesa para a Cultura Universal — já as exposições são predominantemente de pintura (75 %), mas também documentais e etnográficas. Muitas exposições têm por tema «motivos regionais» — as Festas do Colete Encarnado, a lezíria, os motivos taurinos.

A grande questão que se poderá colocar acerca desta actividade tem a ver com o *público*. Quem frequentava o museu e as exposições? Quem assistia às conferências? Apesar da ausência de dados estatísticos, informações colhidas junto da população local mostram-nos a predominância das autoridades locais — não esqueçamos que a Biblioteca-Museu é municipal — e de certos estratos da burguesia local. No entanto, algumas actividades houve que extravasaram este quadro, nomeadamente as iniciativas realizadas em conjunto com a Secção Cultural da União Desportiva Vilafranquense (Salões de Arte Infantil, Exposições de Gravura, Exposição Alves Redol — 25 anos de neo-realismo) que conseguiram abarcar outras camadas da população ligadas ao movimento associativo local.

Em 1971 morre Vidal Baptista. O seu nome é dado pela Câmara Municipal à Biblioteca-Museu. A década de 70 será de franco decréscimo tanto de actividade como do próprio nível de apresentação das colecções do museu. Há uma estagnação nítida da exposição permanente.

Lutando com falta de instalações para o então criado Departamento de Cultura e Acção Social, a Câmara Municipal decide em 1981 encerrar o museu para nas suas salas funcionarem os novos serviços. O museu era nessa data uma instituição morta onde a exposição deixara de ter qualquer percurso e a heterogeneidade das colecções se acentuara.

2 — A ACÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA NO ÂMBITO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

A criação do Departamento de Cultura pela Câmara Municipal corresponde naturalmente uma nova fase de trabalho por parte da autarquia. Resolvidas as carências básicas da população tornava-se possível pensar em animação cultural e em defesa do património.

No início da década de 80 Vila Franca de Xira era um concelho cuja zona sul (o eixo Póvoa-Vialonga e Alverca) sofria dos males das periferias da capital: uma população que utiliza a zona como dormitório, completa-

mente desarraigada socio-culturalmente do novo meio. Na zona norte (Vila Franca de Xira, Castanheira) o crescimento mais moderado não ocasionava ainda perigos tão graves na descaracterização física dos aglomerados e na perda de referências por parte das populações.

Partindo deste difícil quadro, as acções a desenvolver eram muitas e algumas impunham-se pela urgência. Tomando o património como um conceito alargado que contém tanto os vestígios materiais como espirituais das culturas que viveram na região, optou-se por começar pelo levantamento do existente, ou seja, por conhecer a situação. Iniciou-se a recolha da bibliografia e documentação de qualquer género dizendo respeito ao concelho, tanto na Biblioteca Municipal como no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Posteriormente iniciou-se a inventariação do património arqueológico e construído rural de que resulta a carta arqueológica do concelho em publicação. Esta era uma das mais prementes necessidades, pelo conhecimento disperso que até aí havia do panorama arqueológico do concelho e pelos perigos reais que a construção de novas urbanizações representa para o património arqueológico e edificado.

As actividades de pesquisa e investigação nunca foram realizadas isoladamente da população a quem se dirigiam. As acções de sensibilização, de contacto e de troca de informações foram sempre consideradas tão prioritárias como as restantes. A título de exemplo alguns dados. De finais de 1983 a 1986 realizaram-se 4 grandes exposições sobre o património local, sendo uma delas exclusivamente etnográfica (total de visitantes = 60.000); acções de sensibilização e de informação com professores de todos os níveis de ensino, abrangendo um total de 650 professores; colóquios sobre Arqueologia em 7 das freguesias do concelho, finalizando-se no corrente ano os restantes; colóquios para alunos das escolas abrangendo 500 estudantes; publicação e distribuição de folheto de sensibilização à protecção do património arqueológico; inquérito aos agentes socio-culturais sobre o património concelhio; publicação do n.º 1 do Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Simultaneamente foram efectuados trabalhos de campo em 1984 e 1985 no sítio da escola velha de Povos, tendo sido recolhidos materiais romanos e ainda do cemitério cristão da igreja matriz de Povos.

De todas estas acções surgiu naturalmente a necessidade de um Museu Municipal.

3 — A REABERTURA DO MUSEU MUNICIPAL

No decorrer dos muitos colóquios realizados nas escolas ou no contacto directo com a população, havia uma pergunta que sempre surgia: onde podemos ver os vestígios de que nos estão a falar? Era por demais evidente

a necessidade do museu. Conservar e expor a memória das várias sociedades que viveram no concelho tornava-se imperioso. Disponível estava um novo espaço — duas salas — num edifício que foi necessário adaptar e que não sendo ainda o desejável, mostra, no entanto, possibilidades de alargamento futuro.

Aproveitando alguns espécimes das colecções do anterior museu, utilizando outros recolhidos no decurso do levantamento do património arqueológico e dos trabalhos de campo e também alguns materiais depositados, organizou-se uma exposição que traça cronologicamente o percurso das populações que habitaram o concelho, da Pré-História ao séc. XVIII. Dedicou-se ainda um pequeno espaço à exposição temporária de acervo diverso do museu.

A existência em Vila Franca de outro museu — O Museu Etnográfico da Assembleia Distrital de Lisboa — fez com que excluíssemos os valores etnográficos deste museu, caracterizado pelo seu cariz histórico.

Muito recentemente instalado — desde Dezembro de 1985 — o novo museu define o seu âmbito pelo do concelho, pretendendo futuramente integrar outros núcleos locais, sítios, conjuntos e monumentos definidores da trajectória histórica do concelho. O espaço agora reaberto corresponde ao núcleo sede do futuro museu municipal.

O trabalho desenvolvido anteriormente e no qual se inseriu a reabertura do museu faz com que não tenhamos receio de que este se torne uma instituição fechada ao contacto e ao conhecimento da população. Neste curto espaço de tempo a afluência de público tem sido grande, a programação de visitas escolares efectuou-se em bom ritmo e as restantes actividades de extensão cultural prosseguem.

Dos projectos e propósitos do museu ocupa lugar de destaque o sector da extensão cultural: divulgação intensiva e regular do museu nos estabelecimentos de ensino e nos agentes socio-culturais; programação de actividades conjuntas; divulgação do levantamento do património arqueológico e construído, privilegiando o contacto directo com as populações; acções conjuntas com arquitectos da Câmara Municipal com vista à proposta de medidas de protecção às zonas abrangidas pelos PGUS municipais; edição de publicações regulares sobre monumentos e sítios de interesse histórico-cultural e programação de cursos e acções de formação no âmbito da história local.

Longe vão os anos 50 e o museu sonhado pelo Dr. Vidal Baptista. Mudaram as populações, as condições de vida, os valores. Hoje esforçamo-nos por transmitir aos filhos dos migrantes que afinal estas terras também têm história e valores culturais próprios. E estes são feitos dos centros históricos dos aglomerados, do falar das gentes da Borda d'Água, do vestígio arqueológico encontrado na terra que se lavra, do movimento associativo forte e activo, da memória de Redol e de Soeiro.

QUE FAZER DESTA MEMÓRIA?

O estudo da evolução do povoamento na área de intervenção do Museu Municipal de Vila Franca de Xira *

RUI PARREIRA

1. O MEIO E A SUA TRANSFORMAÇÃO

Para montante do Mar da Palha — aquela larga toalha de água salobra, no limite sudoeste do Ribatejo — os relevos miocénicos e cretácicos da margem direita do Tejo delimitam entre o Carregado e a Póvoa de Santa Iria uma faixa estreita de depósitos aluviais e de antigos terraços fluviais, cortada com frequência por cursos de água transversais ao grande rio.

Para noroeste, os relevos recortam-se em vales cavados abrindo vias de penetração lançadas terra adentro, ao coração da Estremadura Portuguesa. A sudoeste de Alverca do Ribatejo, o Vale da Alfarrobeira dá natural passagem à fértil várzea de Loures, pela várzea de Vialonga e da Granja de Alprate, na direcção de Santo Antão do Tojal.

A fertilidade do solo, a abundância do pescado, a excelência das águas e as condições de faixa natural de trânsito de animais e homens, foram condicionantes do povoamento desta terra, desde épocas recuadas que remontam ao Paleolítico Antigo. O próprio Tejo era uma via importante e o seu estuário, que forma a mais profunda chanfradura do litoral da faixa periférica ocidental da Península, desde cedo atraiu gentes de muitas origens.

Neste ambiente natural se moldou, ao longo dos milénios, entre o campo, o rio e a lezíria, o carácter das gentes daquilo que é hoje o concelho de Vila Franca de Xira. Mas aqui, como noutros concelhos, sobretudo a partir de finais do século XIX, o progresso do capitalismo industrial provocou uma ruptura com os modos de vida tradicionais, levou as pessoas a orientar a sua vida por novos valores, conduziu a novas maneiras de pensar.

Começaram a perder-se as referências culturais que, tradicionalmente, tinham norteado a vida das comunidades. As migrações trouxeram gentes

* Comunicação apresentada no I Encontro de Museus Locais da Grande Lisboa (Amadora, 22 e 23 de Março de 1986).

desenraizadas à procura de novos referenciais para a sua vida. E se, materialmente, ela de facto melhorou, as pessoas tornaram-se mais permeáveis aos modelos culturais das classes dominantes — perdendo, progressivamente, aquilo que as identificava e anulando a sua diferença.

A massificação de mentalidades e de culturas pela bitola das classes, material e, por isso, culturalmente, mais poderosas — que no nosso País corresponde ao modelo Lisboa-Cascais — é um fenómeno do nosso tempo. Esta situação de crise traz consigo uma outra, porque correspondente também à perda da memória das coisas e à destruição das identidades culturais. Não só no seu aspecto imaterial mas também na sua vertente material — porque a elas se não sentem ligadas, as pessoas destroem as obras materiais de quem, antes, habitou os mesmos locais.

Porém, as comunidades cedo tomaram consciência de que esta situação se traduzia numa diminuição da qualidade das condições de vida. E as novas possibilidades de intervenção cultural que o 25 de Abril trouxe foram, pouco a pouco, institucionalizando-se e passando da esfera das associações de cidadãos cada vez mais para a esfera do poder local democrático.

Neste âmbito, o levantamento do património arqueológico e construído do Concelho de Vila Franca de Xira correspondeu ao aumento das capacidades de intervenção do poder local, e visou criar um instrumento de avaliação dos valores culturais imóveis, com vista a uma intervenção mais adequada e conscientemente assumida.

2. OS RESULTADOS E OS PROBLEMAS — ALGUNS EXEMPLOS

Entre os objectivos visados pelas acções que têm sido desenvolvidas pelo Departamento de Acção Socio-Cultural, e que irão prosseguir no âmbito das actividades do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, conta-se a investigação científica dos elementos recolhidos durante o levantamento numa perspectiva de traçar a evolução do povoamento na área do actual município.

Dos resultados já obtidos e dos problemas levantados julgo oportuno referir alguns exemplos:

Do Neolítico final e Calcolítico são conhecidos alguns sítios.

Junto a Cachoeiras, numa elevação sobranceira ao vale fértil do Rio Grande da Pipa, situa-se o chamado Alto da Igreja Velha, povoado no III milénio a.C. Toda a zona envolvente está ainda mal prospectada mas a freguesia de Cachoeiras corta, à transversal, uma microregião natural que tem por centro Cadafais, onde se situam estações tão importantes como os castros do Amaral e da Pedra d'Ouro ou as grutas de Refugidos e onde os arqueólogos de Alenquer têm desenvolvido intensa actividade.

Na faixa de terras periféricas ao Tejo, sobranceiro ao Sobralinho, o Alto do Pinheiro revelou, nos anos sessenta, uma estação que Hipólito Cabaço

julgou tratar-se de um cemitério do Calcolítico recente, com cerâmica campaniforme.

Nas faldas do Monte Gordo, sobranceiro à própria Vila Franca de Xira, abrem-se diversas grutas. Numa delas, à Pedra Furada, Cabaço escavou nos finais da década de cinquenta um cemitério colectivo que revelou materiais atribuíveis ao Neolítico final e ao Calcolítico recente.

Mas é na parte Sul do Concelho, onde os últimos prolongamentos da várzea de Loures se separam dos terrenos marginais ao Tejo, num verdadeiro nicho ecológico entre a aldeia de Verdelha dos Ruivos e o Monte Serves, que se situa uma concentração notável de estações desta época. Conhecem-se ali os povoados da Pedreira do Casal do Penedo e da Serra da Aguieira, os cemitérios dolménicos de Casal do Penedo e do Monte Serves, a gruta funerária da Verdelha dos Ruivos (na Pedreira do Casal do Penedo).

A estratégia do povoamento parece obedecer, nesta época, àquilo que se conhece noutras áreas da Estremadura Portuguesa — procuravam-se para habitação locais não muito elevados, esporões do terreno com boas condições naturais de defesa, sobranceiros a vales férteis e bem irrigados, e as comunidades — ou uma parte delas — utilizavam necrópoles colectivas, por vezes edificadas muitas gerações antes — caso da utilização no Calcolítico recente de sepulcros dolménicos — ou então construídas propositadamente — caso da gruta funerária da Verdelha, na qual parece terem sido sepultados os personagens mais destacados na hierarquia comunitária, a avaliar pela qualidade dos objectos que os acompanhavam.

Mas dê-se agora um salto no tempo e refira-se outro exemplo: o povoamento na época romana.

A partir do século II a.C., na sequência das campanhas de Décimo Júnio Bruto, os conquistadores romanos traziam consigo uma nova maneira de estar na vida, um novo gosto e mesmo uma nova língua. O Tejo, grande estrada fluvial, era a principal via de comunicação — passados os tempos conturbados da República, por ele vinham e se escoavam riquezas e por ele a região foi colocada em contacto com um mundo cada vez mais vasto: Oriente e Ocidente estavam agora sob um mesmo domínio e nele se fundiam, pouco a pouco, ideias e gentes. Aculturação era agora domínio imperial, política e culturalmente imposto. Os Romanos lançaram um aproveitamento intensivo dos recursos naturais da zona e esta faixa de terra marginal ao Tejo foi retalhada em várias e prósperas propriedades, unidas entre si por ramais que conduziām a uma via importante: a que de Scalabis dava acesso a Olisipo. Julga-se que onde hoje está Alverca a via se bifurcava, seguindo pela várzea de Vialonga para Santo Antão do Tojal e Loures e derivando um seu ramal, junto ao rio, na direcção da actual Póvoa de Santa Iria. A própria Alverca pode ter sido, já na altura, um ponto de referência importante, como pequena elevação situada numa encruzilhada de caminhos.

A ocupação do solo, nesta época, e a sua transformação com a queda do Império, tem merecido a nossa particular atenção. Por isso se tem investido

num projecto de pesquisas em Povos, outrora uma das mais importantes vilas da Estremadura, hoje um quase subúrbio de Vila Franca de Xira. As escavações ali efectuadas, no sítio da Escola Velha, permitiram obter dados sobre uma ocupação do local entre os séculos I e IV da nossa era. Ao abandono do sítio corresponde um horizonte de destruição datado por muitas moedas, que me inclino a relacionar com as migrações germânicas de inícios do século V. A subsequente época de instabilidade terá levado as comunidades à procura de sítios mais elevados e mais facilmente defensáveis. Situação que se mantém durante toda a Alta Idade Média e que permite a sítios como Alverca, Alhandra e, segundo julgo, Povos — cuja mais importante igreja se situaria, pelo século XII, no Alto do Senhor da Boa Morte —, ganhar em importância, estando esses núcleos na origem de actuais sedes de freguesias do concelho.

3. AS TAREFAS — QUE INTERVENÇÃO?

Tais são algumas das possibilidades concretas que oferece a reunião das lembranças que chegaram até nós de épocas que há muito passaram mas durante as quais as comunidades conquistaram muito daquilo que hoje são — e que, por isso, estão hoje presentes em todos nós.

Porém, as tarefas do Museu neste âmbito não deverão limitar-se à reconstrução das trajectórias. Preocupa-nos a divulgação dos resultados, restituindo às comunidades a sua memória histórica, e o prosseguimento de programas de acção culturais e educacionais com vista ao enraizamento e caracterização cultural das comunidades, ao enriquecimento da sua cultura e ao estímulo das suas capacidades criadoras e transformadoras. E porque isto não é um encontro de eruditos/arqueólogos, parece-me oportuno levar a minha reflexão para um outro campo — o das interrogações sobre qual o papel atribuído aos arqueólogos como investigadores das trajectórias a partir dos vestígios materiais e como recriadores de culturas a partir de objectos/contextos.

Tenho para mim que é em conjunto com a comunidade que o arqueólogo deve definir as suas tarefas de pesquisa. De aí a importância que se tem dado ao contacto com a comunidade. A realização de sessões visa não só a sensibilização mas também o auscultar de interrogações. Ou seja, o que é que a comunidade quer saber acerca do seu passado, isto é, acerca da sua posição no mundo de hoje como resultado, único e inconfundável, de uma trajectória por vezes milenária. E é do esclarecimento dessas questões que o arqueólogo deve partir para a definição das suas tarefas. Como produtor de conhecimentos, o arqueólogo é, antes do mais, o portador de princípios metodológicos, e só a sua ligação aos trabalhadores permite dar sentido às suas tarefas, inserindo-se no âmbito, infinitamente mais vasto, da transformação da sociedade.

MUSEU MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Alguns aspectos do seu projecto museográfico *

VÍTOR MANUEL TEIXEIRA MANAÇAS

No princípio desta minha conversa sobre o meu/nosso trabalho no Museu Municipal de Vila Franca de Xira, gostaria de falar um pouco da importância que têm em minha opinião, a intervenção não compartimentada de técnicos, especialistas de diferentes áreas, no trabalho colectivo que é pôr de pé um Museu. Seja um grande Museu Nacional ou, por exemplo, o ainda pequeno Museu de Vila Franca de Xira.

E quando penso em especialistas penso em: conservadores, historiadores, educadores, luminotécnicos, designers, arquitectos, especialistas que em conjunto irão abrir as portas do Museu aos visitantes.

Mas, para o trabalho de equipa se traduzir em melhores resultados é necessário que cada um dos intervenientes compreenda/conhecendo os problemas de cada um dos membros dessa equipa. Tudo isso passa também, pelo entendimento cultural desses técnicos.

O problema de como o Poder Local terá possibilidades económicas de organizar estas equipas de trabalho, é outro assunto, ao qual mais adiante gostaria de dar uma achega.

Falando do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, era interessante e divertido ao mesmo tempo, ter videos de algumas reuniões de trabalho que tivemos, para perceberem quanto os intervenientes das diferentes áreas se preocuparam em compreender os problemas que ultrapassavam os parâmetros das suas profissões, contribuindo para que o resultado final, fosse com certeza, melhor.

Se ele é conseguido ou não, não nos cabe a nós, todos que nele trabalhamos, dizê-lo.

Mas uma coisa é certa, ele já não é o que foi enquanto «Biblioteca Museu Municipal Dr. Vidal Batista».

* Comunicação apresentada no I Encontro de Museus Locais da Grande Lisboa (Amadora, 22 e 23 de Março de 1986).

Claro que não foi a sua mudança de residência que fez a transformação mas, isso sim, as grandes modificações que o 25 de Abril veio trazer.

Localizado no edifício do antigo tribunal de Vila Franca de Xira, na Rua Serpa Pinto, onde se encontram também instalados os Serviços Topográficos da Câmara, Departamento de Cultura e Acção Social e a Sede da União Desportiva Vilafranquense, as duas salas abertas ao visitante em 6 de Dezembro de 1985, constituem a primeira fase da instalação definitiva do Museu.

Dois aspectos me parece importante referir: a instalação do Museu num edifício onde já funcionam outras actividades e a sua localização na cidade.

Em relação ao primeiro parece-me urgente que o Museu se estenda no mais curto espaço de tempo, para as zonas onde actualmente estão instaladas a topografia e a União Vilafranquense; urgência que se prende com razões de vária ordem, como por exemplo: de segurança e de espaço e, porque não, da análise das possibilidades de recuperação de uma certa imagem do edifício setecentista onde existiu uma capela a Nossa Senhora do Carmo.

No fundo o que a Câmara e o Departamento de Cultura pretendem é a criação de uma unidade museológica que, seja o núcleo sede de uma proposta de dinamização cultural que leve as diferentes actividades do Museu (e do Departamento de Cultura) junto das populações.

Para que esse núcleo sede se concretize é necessário que o Museu comece na porta de entrada do edifício do antigo tribunal e o seu vestíbulo seja o ponto de partida para a descoberta das suas colecções e das suas actividades temporárias.

O segundo aspecto, localização na cidade, se por um lado corresponde à ideia de Núcleo Sede, dada a sua localização, por outro levanta problemas de conservação das colecções devido à Rua Serpa Pinto ser um eixo viário da cidade e os índices de poluição serem, naturalmente, muito altos.

A diminuição dos riscos para as colecções do Museu, passa por estudos técnicos no próprio edifício, pela alteração desse eixo, e pela construção duma variante, objectivo que a Câmara procura seja concretizado a médio prazo.

Um aspecto importante é o da conservação das colecções existentes nos museus que passam, por vezes, por soluções que tendo em conta os resultados, nem são muito onerosas. No caso específico do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, para além das já aplicadas (como por exemplo vitrines o mais estanques possíveis, cortinas para evitar a entrada excessiva de luz), é evidente a necessidade de criação de janelas duplas e de um guarda-vento no vestíbulo do edifício, obtendo-se imediatamente diminuição de entrada de poeiras, melhor estabilização e possibilidade no controle da humidade e temperatura, e uma diminuição acentuada do ruído exterior, permitindo ao visitante um maior sossego e atenção na visita.

Levantados que estão alguns problemas que poderão e deverão ser aprofundados e discutidos, gostaríamos de referir algumas das razões que nos levaram à solução museográfica proposta. Dado por um lado o conhecimento prévio dos objectos que constituem a exposição com que o Museu viria a abrir — «A Memória das coisas, Um olhar sobre as pessoas» — que constituem parte do acervo do Museu e, também de algumas peças de escultura e pintura de temática local que formam um pequeno sector do contexto da primeira exposição, dado, o natural aumento das colecções e tendo também em consideração o futuro alargamento das suas instalações, procurou-se desde o princípio encontrar uma solução que permitisse, criar um todo que fosse entendido como uma unidade museológica (embora pequena) — existência de uma recepção e de um percurso de visita tendo como ponto de partida e chegada, a referida recepção.

Em relação ao equipamento museográfico optou-se por uma solução que tivesse, a nível de organização de espaços e de aproveitamento dos equipamentos, uma mobilidade que permitisse fácil adaptação a futuras modificações, sendo excepções os suportes das peças consideradas importantes na colecção.

Conscientes de que muitos problemas não estão resolvidos nesta primeira fase por razões que ultrapassaram os autores do projecto e a própria Câmara, consideramos importante a sua abertura. Inacabado é verdade, mas o Museu aí está — aberto à população do Concelho de Vila Franca de Xira e a quem queira, visitando a cidade, contemplar as obras aí existentes.

Em relação aos grandes problemas económicos com que as Câmaras se debatem, ligando este final da minha intervenção ao problema que pus ao princípio (intervenção de técnicos, Gabinete de Restauro, etc.), julgo ser possível levantar o problema da criação de um organismo inter-Câmaras que permita resolver estes problemas. Proponho que, cada grupo de trabalho encare e debata este problema.

RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO TEJO

ANTÓNIO ANTUNES DIAS

A Reserva Natural do Estuário do Tejo, com uma superfície de 14.560 ha, abrange uma extensa superfície de águas estuarinas, zonas de sapal, salinas, vários mouchões e terrenos agrícolas. Os solos agrícolas são de origem sedimentar e os mouchões da Póvoa, Alhandra e Lombo do Tejo dão ao estuário uma configuração deltaica.

Visa fundamentalmente conservar uma área representativa do ecossistema estuarino onde se localizam «habitats» próximos do estado natural que, como local de passagem de aves migradoras, representam um elevado valor a nível nacional e internacional.

Dentro da Reserva Natural estão definidas duas reservas integrais — a Reserva Integral do Mouchão do Lombo do Tejo constituída por uma pequena lagoa com cerca de 29 ha e a Reserva Integral de Pancas formada por uma zona de lamas e sapal com cerca de 1.013 ha. São áreas onde todo o acesso é interdito, salvo em determinados casos devidamente autorizados, que têm por objectivo primordial: a 1.^a, proteger a nidificação do pato-real (*Anas platyrhynchos*) e a 2.^a, defender as aves limícolas que aqui encontram alimento e repouso, ano após ano, nas suas rotas migratórias.

No domínio da vegetação destaca-se uma apreciável mancha halofítica ou de sapal que bordeja estuário e mouchões e representa a continuidade da produtividade primária entre as águas estuarinas e a área emersa. Quanto à avifauna, nomeadamente a população de limícolas que suporta durante o Inverno, a Reserva Natural do Tejo ocupa, em termos de importância internacional, a décima posição entre as principais da Europa Ocidental.

De entre as espécies de aves limícolas com concentrações de significado internacional como por exemplo o pilrito-de-peito-preto (*Calidris alpina*), o maçarico-de-bico-direito (*Limosa limosa*), a tarambola-cinzenta (*Pluvialis squatarola*), o perna-vermelha (*Tringa totanus*), destaca-se o alfaiate (*Recurvirostra avosetta*) com cerca de 75 % de toda a população invernante da Europa.

Outras espécies como os anatídeos onde são de salientar o pato-real (*Anas platyrhynchos*), o marrequinha (*Anas crecca*), o pato-trombeteiro (*Anas clypeata*) e a piadeira (*Anas penelope*) confirmam que a Reserva reúne con-

centrações apreciáveis. Também os flamingos (*Phoenicopterus ruber*) com populações variáveis até cerca de 900 indivíduos, têm sido observados regularmente em determinados períodos do ano.

A Reserva Natural do Estuário do Tejo confronta-se com alguns problemas que vão das arremetidas de caçadores inconscientes e da utilização de artes proibidas na pesca até à poluição de várias origens que afecta o estuário, factores que têm de ser atenuados ou eliminados para que não se comprometam de forma irreversível as potencialidades biológicas existentes.

AVES PROTEGIDAS EXISTENTES NA RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO TEJO

NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR
<i>Podiceps cristatus</i>	Mergulhão de crista
<i>Podiceps nigricollis</i>	Mergulhão de pescoço preto
<i>Podiceps ruficollis</i>	Mergulhão pequeno
<i>Ardea cinerea</i>	Garça real
<i>Ardea purpurea</i>	Garça imperial, garça vermelha
<i>Egretta Garzetta</i>	Garça branca, egrete
<i>Bubulcus ibis</i>	Garça boieira, carraceiro, carracento
<i>Ciconia ciconia</i>	Cegonha branca
<i>Phoenicopterus ruber</i>	Flamengo
<i>Netta rufina</i>	Pato colorido
<i>Aythya fuligula</i>	Negrinha, negrita
<i>Aythya ferina</i>	Zarro
<i>Aythya marila</i>	Marila
<i>Aythya nyroca</i>	Perra
<i>Melanitta nigra</i>	Pato negro
<i>Mergus Serrator</i>	Merganso
<i>Haematopus ostralegus</i>	Ostraceiro
<i>Himantopus himantopus</i>	Perna longa tirolonga
<i>Recurvirostra avosetta</i>	Alfaiate, pilha, Avoseta, cirela
<i>Charadrius Hiaticula</i>	Borrelho grande de coleira
<i>Charadrius dubius</i>	Borrelho pequeno de coleira
<i>Charadrius alexandrinus</i>	Borrelho de coleira interrompida
<i>Arenaria interpres</i>	Rola do mar
<i>Calidris ferruginea</i>	Pilrito de bico comprido
<i>Calidris alpina</i>	Pilrito de peito preto
<i>Calidris minuta</i>	Pilrito pequeno

NOME CIENTÍFICO

Calidris canutus
Calidris alba
Tringa totanus
Tringa nebularia
Tringa hypoleucos
Tringa ochropus
Philomachus pugnax
Numenius arquata
Numenius phaeopus
Limosa limosa
Limosa laponica

Buteo buteo
Milvus milvus
Milvus migrans
Elanus caeruleus
Falco tinnunculus
Circus aeruginosus

Circus pygargus
Circus cyaneus

Burhinus oedicephalus
Glareola pratincola
Phalacrocorax carbo
Sterna hirundo

Larus ridibundus
Larus fuscus
Larus argentatus

NOME VULGAR

Seixoeira
Pilrito sanderlingo
Perna vermelha
Perna verde
Maçarico das rochas
Pássaro bique-bique
Combatente
Maçarico real
Maçarico galego
Maçarico de mico direito
Fuselo

Águia de asa redonda
Milhafre de rabo de bacalhau
Milhafre preto, Milhano
Peneireiro cinzento
Peneireiro de dorso malhado
Águia sapeira, Tartaralhão ruivo dos paúis
Águia caçadeira, Tartaralhão cinzento
Tartaralhão

Alcaravão
Perdiz do mar
Corvo marinho de faces brancas
Andorinha do mar

Guincho
Gaivota de asas escuras
Gaivota argentea

FONTES DOCUMENTAIS

RELATOS DE VIAJANTES

Enunciámos no primeiro número do Boletim Cultural o propósito de publicar com regularidade documentação vária cujo âmbito se definisse pela área geográfica do concelho de Vila Franca de Xira, facilitando, assim, a consulta a fontes indispensáveis à construção da história local. Contempla este propósito tanto os manuscritos inéditos como algumas fontes impressas de reduzida tiragem ou apenas acessíveis em alfarrabistas ou bibliotecas.

De entre os documentos que assumem importância na elaboração de monografias locais, ocupam um lugar à parte os relatos dos viajantes. Vinhos de fora e animados por um espírito de curiosidade e de observação, os viajantes deixam nas suas impressões de jornada, retratos mais ou menos comprometidos — mas, de qualquer modo, «retratos» — das terras por onde passam.

Por estas terras à beira do Tejo diversos viajantes passaram ao longo do tempo, ou não fossem aqui as principais vias que atravessavam (e atravessam) o país. Em 1609 e 1625 também o padre Manuel Severim de Faria aqui passou. Do que viu deixou testemunho saboroso e detalhado, de sua autoria em 1609, e mais breve anotação dezasseis anos após, possivelmente pela pena de seu sobrinho Manuel de Faria¹.

Da Póvoa, Alverca, Alhandra, Subserra, São João dos Montes, Vila Franca de Xira, Povos e Castanheira é-nos traçado o perfil: história, população, quadro social e económico, distâncias, aspectos da natureza, comen-

¹ Citamos J. Veríssimo Serrão, *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria*, p. 19: «Leva-nos a tal conclusão as variantes caligráficas dos três manuscritos, ainda que a intervenção de Severim de Faria no relato da Jornada de 1625 não ofereça dúvidas. Tudo permite crer que muitos passos desta relação foram ditados ao sobrinho, já que o estilo do manuscrito tem a marca inconfundível do chanfre eborense.»

tários pessoais. Mais pormenorizada e com alguma ponta de exagero é naturalmente a descrição de Subserra aonde o presbítero visita a sua família².

Para além da importância aparente deste relato de viagem para a história de um concelho em que não abundam as fontes publicadas anteriores ao século XVIII, é maior o relevo que assume quando sabemos das qualidades de seu autor. Poeta, antiquário erudito, monografista de temas vários, precursor da imprensa noticiosa portuguesa, Manuel Severim de Faria (1528?-1655) é um dos grandes doutrinários seiscentistas. Curiosamente é no ano em que é empossado chantre da Sé de Évora (1609) que Severim de Faria empreende a viagem de Évora a Miranda do Douro que o leva a atravessar as terras que formam o concelho de Vila Franca de Xira. O breve relato de 1625 é escrito na sequência do regresso de Maçãs de D. Maria, no termo de Tomar, a Évora.

Os textos que aqui se publicam foram retirados na íntegra da obra de Joaquim Verssimo Serrão, *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria — 1604, 1609, 1625*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1974, pp. 76-83 e 153.

VIAGEM DE 1609

De Sacavem ate Pouoa ha legoa e meia. A Pouoa he lugar dos Castelos brancos /fol. 197v./, Fertil de marinhas de que toda esta ribeira do Teio esta laurada, posto que estão ainda muitos salgados que elRey como direito senhorio que he das terras que cobre o mar podera dar, e aforar em desempenho de suas rendas.

Aluerca

De Pouoa a Alverca ha hũa lagoa na qual ha alguns Lugarinhos indignos de se fazer delles mensaõ; nesta legoa esta o sitio dalfarrobeira onde foi aquele memorauel encontro do Infante D. Pedro cõ ElRey D. Afonso quinto, e ainda ha poucos anos que se sequou hũa grande alfarobeira de que o lugar tomou o nome. Alberca he Villa de duzentos uezinhos e muy preuelegiada por ser das capellas de ElRey D. Afonso de que são prouedores os Barões daluito o nome paresse teue de hũa aluerca grande por onde o Teio alli chega.

Alhandra

De Aluerca a Alhandra ha meia legoa. Alhandra foi edificada por Dom Sueiro segundo Bispo de Lisboa depois de recuperada dos Arabes. E sendo herdade sua /fol. 198/ a deu a pouoar sob sertas condiçoens que se contem no seu foral. He esta Villa de quatrocentos vizinhos, e sempre permaneceo debaixo da iurdição do Arcebispo de Lisboa. A Jgreja he da meza pontifical. He abundante de pescarias, e polla comodidade do sitio fre-

² Recompensado por D. João I após a conquista de Ceuta com grande extensão de terras em Subserra, Pero Severim fundou neste lugar o primeiro solar, a que se seguiu a instalação de diversas famílias nobres referenciadas no início do séc. XVII pelo chantre de Évora.

quentada dos que nauegaõ a rebeira do Teio. A fazenda desta Villa he vinhataria e oliuais de que todo este territorio de Lisboa està pouoadado; e posto que o vinho polla bondade das uvoas não he de dura, cõtudo o azeite he mui estimado. Defronte desta Villa começao as Liziras ilhas do Teio abundantissimas de trigo porẽ mais nomeadas dos antigos pella legeireza dos Caualos que em si criauaõ a qual era taõ estranha ao que alguns autores graues creraõ serem filhos do Vento de que modernamente ainda ha alguns uestigios. Estas liziras correm daqui ate Santarẽ, e saõ todas de S. Magestade. E as arrendas a particulares a tanto por moyo de sementeira de que ha grosissimos Lauradores em toda esta ribeira. Alẽ do paõ que se recolhe nestas leziras, se mata pelo inuerno nos charcos dellas grande copia de atuns bravos, que fugindo os frios do norte e em buscar abrigo nestas terras mais quentes, e he tanto o numero dos que morrẽ nos laços e á espingarda que valẽ aqui a dez reis, o proueito que se podera seguir aforandose estas terras, assi para o bem comũ do Reyno /fl. 198 v./ como para o desempenho do patrimonio Real esta dito em outra parte.

Soaserra

De Alhandra a Soaserra ha hũa milha polla terra dentro. He este lugar situado so as fraldas de hũa Serra de que tomou o nome. Comessou a ser habitado este lugar ha perto de duzentos annos como consta do conçerto que a Camara de Alhãdra fez cõ o cardeal de Alpedrinha Arcebispo que era de Lisboa e do aforamento que o abade de Alcobassa fez a familia dos Pegados (que foraõ dos primeiros pouoadores deste lugar) de serto cazal cuias ruinas inda hoie aparecem em hũ cercado defronte da caza do morgado dos Seuerins. O primeiro que enobreçeo este lugar com edificios grandes, e mandou cultuiar a terra em pomares, e vinhas foi Pero Seuerim fidalgo Frances do Solar de Sam Lis na Bella França, o qual uindo a servir elRey Dõ João primeiro na tomada de Seita (como outros muitos naquella occasiaõ fizeraõ) se deixou ficar em Portugal logrando /fol .199/ a remuneraçaõ de seus seruiços, e sendo sua quasi toda a terra que se estende da serra ate ao Rio de S. Jão a foraõ alheando seus descendentes de modo que a maior parte de ella possuem muitas familias nobres que depois vieraõ abitar o lugar. Porem seu tresneto Gaspar Gil Seuerim em que somente se conseruou esta familia fez hũ grande morgado que seus descendentes uão cada hora mais acrescẽtando. He este lugar o mais fresco que quantos o Teio ve por que de todas as partes està cerquado de aruores de fruto principalmente das de Espinho as quais estando verdes todo o anno o fazem parecer isento das iniurias do tempo, as outras frutas de veraõ se colhem nesta terra de melhor sabor e perfeiçaõ que quantas se conhecẽ em Europa. Nasce isto da bondade das agoas, que arrebrandando da serra regaõ abundantemente estes pomares e do sobeio della que pelas mais corre se faz hũ grande tanque que serue para a limpeza de todo o lugar /fol. 199 v./. He este sitio Sanissimo, e naõ morem o homens nelle senaõ de muy larga idade. A causa disto he a subtiliza dos ares ao amparo que lhe fazẽ outros montes, que tem defronte dos Ventos perniciosos, aiuntasse a isto a uariedade que tem de aspectos e vistas para toda a parte, porque defronte lhe tomam os orizontes e ao longe hũ monte pouquo erguido cuberto todo de Oliueiras e branqueado de quintas cõ diffrença de uerduras, o qual parando no Teio descobre grande parte delle com toda a Villa de Alhandra, e passando as liziras alcança a vista quanto pode dos campos e montes do Alenteio: nas costas lhe fica a Serra de mato pardo e penedias que tambem tem sua graça para uariar de vistas, mas sobre tudo faz este lugar sadio a excellençia da agoas, a qual he tal que persi desfaz todas as infirmitades opilatiuas e resolve todas as humidades e della mandaraõ beber os medicos a Rainha Dona Catherina. Por esta causa /fol. 200/ se começou a habitar este lugar de muitas familias nobres como foraõ a dos Jacomes, Lises, Morais, Pretos, Pedrosas, Tauoras e Pegados, os quais por lograrẽ taõ excellente sitio edificaraõ sumptuosissimas quintas, e per suas familias uego a ter o lugar mais quarenta moradores.

Tem quatro Igrejas ou hermidas, as quais cō particular prudência sã as primeiras quatro cazas que se encontraõ em quatro estradas por que ao lugar se vem e todas ellas sã da inuocação de Nossa Sõra. A freguesia se chama S. Jaõ dos montes distara quinhentos passos do lugar, he igreja antiquissima cuio districto chegaua ate Alhandra. E outros lugares deste territorio que crescendo pello tempo adiante em habitadores fiquaraõ em particulares parochias. He Vigairaria por ser a igreja da meza Pontifical; Porem a habitação dos Barachos he sempre neste lugar por ser a mais nobre da freguesia. Aqui fizemos /fol. 200 v./ noite e acabamos a terceira jornada.

Estiuemos em Soaserra todo o dia de quarta feira que foi des de Nevenbro em que andamos vendo algũas quintas excelentes dos lugares circumvezinhos e dixe o Sor Chantre missa na capella cabeça do morgado da sua familia por seus antepassados.

Villafranca

De Soaserra tornamos a Alhandra, de Alhandra a Villa Franca he hũa milha. Villa Franca foi edificada pellos soldados de Guilherme de longa espada, que indo para as conquistas de ultramar iudaraõ a recuperar Lx.º a El Rey D. Aº Henriques muitos dos quais afeiçãoados a terra e a beneulencia com que os tratou ElRey abitaraõ em varias pouoaçoens da ribeira do Teio. Os particulares fundadores desta Villa eraõ de Xira e por lhe chamarẽ vulgarmente francos a nomearaõ Villa Franca de Xira. Ainda destas familias ha algũas das quais /fol. 201/ as dos Barachos permanece (a qual cō as ultimas reuoloçoens do Reyno se fez mais conhecida). Pescaõse aqui excellentes camaroens tanto que sua bondade anda ia em prouerbio. A gente he riqua, e se trata com a mor policia que todas as outras deste territorio, terá passante de seis centos fogos.

Pouos

De Villa Franca a Pouos ha hũa milha. Foi esta Villa chamada dos Romanos Gerabrica e nella falla Antonino em seus itinerarios, he de menor pouoação que as villas atras, he Sõr della o Conde de Castanheira que enobreço cō hũa fremozza fonte e hũns passos seus e caza de magistrado.

Castanheira

De pouos a Castanheira he hũa milha. He esta Villa cabeça deste Condado cuio titulo teue primeiro Dõ Antonio de Taide grande priuado de El Rey D. Joaõ o terceiro seu Veador da Fazenda, e dos illustres Varoens, que este Reyno teue e para lhe darem esta Villa Pouos e Cheleiros que eraõ /fol. 201 v./ de seu tio diz o mesmo Conde que conçiderou ElRey e pos por causa da doaçaõ que lhe fazia a dita merçe por cazar cō a filha do Conde de Sortelha pello que cō razaõ se admirava ia e seu tempo da facilidade cō que se estas doaçoens fazem pois para lhe dar aquilo em que elle sucedia quasi legitimamente eraõ necesarios todos os seus seruiços, e os de seu sogro, porem esta queixa bem se deixa ver cō quanta mais razaõ se podia fazer agora. Perto desta Villa edificaraõ os Sõrs. desta caza hũ mosteiro de Capuchos no qual D. Jorge de Taide Bispo capellaõ mor mandou levantar hũns sumptuosos sepulcros a seus antecessores de tanta magestade e grandeza que podem ser refferidos entre os mauseolos de Hespanha, porem e de tudo he digna esta familia illustre por sua antiguidade e descendencia do sangue Gotico, e sobre tudo benemerita na pax e guerra da nação portuguesa.

(...) della [Azambuja] partimos as sinquo da tarde, viemos logrando a alegre vista do patrio Tejo, passamos por Vila Nova da Rajna, Castanheira /fol. 262 v./, Povos, Vila Franca lugares postos nas prayas do mesmo Rio, ate que viemos a Alhandra villa de 600 vesinhos do Arcebispado de Lx^a e da mesa archiepiscopal da mesma cidade, he conhecida neste Reino pello bom sitio em que se ve situada, e pello trato meritimo que nella corre, aqui nos não detivemos nada e na saida da Villa se despedio o Autor destes escritos, e se foi ao Carvalho, quinta aonde ao presente mora sua maj, porem os demais senhores se foraõ a sua terra aonde o historiador os hia visitar todos os dias, dahi se partiraõ para Lisboa sabado seis de Setembro, (...)

LEVANTAMENTO DE LITERATURA POPULAR

Temos ao longo dos últimos anos afirmado a defesa do património cultural deste concelho de Vila Franca de Xira. Daí o inventário do património arqueológico e construído, a recolha de documentação, as acções de divulgação nas escolas. Daí também o esforço para melhor conhecer as gentes que hoje habitam esta terra.

Encruzilhada de gentes várias, não se entende o concelho sem que se indague dos seus habitantes. Vindos dos quatro cantos do país fizeram das comunidades e dos aglomerados aquilo que no presente são. Seus costumes e tradições ter-se-ão introduzido mais ou menos subtilmente, sobrepondo-se nuns casos, e esbatendo-se noutros, aos usos vigentes. No entanto, das transformações e mudanças operadas pouco sabemos ainda. E se para as terras da Borda d'Água é já muito o material etnográfico publicado, graças ao enorme esforço de pesquisa, estudo e divulgação da Dr.^a Maria Micaela Soares, já as zonas rurais interiores do concelho e os próprios aglomerados urbanos carecem de um mais fundo conhecimento da sua cultura popular.

Estas as razões principais que levaram a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira durante os meses de Julho a Setembro de 1986, e integrado no Programa de Ocupação de Tempos Livres (OTL), a pôr em prática o levantamento de provérbios, ditados, ditos, histórias, narrativas, lendas, bruxedos, magias, rezas, benzeduras e receitas de medicina popular nas freguesias de Calhandriz, S. João dos Montes e Cachoeiras — numa primeira fase — e em alguns aglomerados de Alverca, Sobralinho e Castanheira — numa segunda fase. Contempladas foram, assim, as já mencionadas zonas rurais interiores do concelho e também algumas zonas urbanas de grande concentração populacional.

Através de fichas elaboradas para o efeito (ver fotografia em anexo) e com a colaboração de doze jovens foi possível recolher uma quantidade razoável de material a que daremos oportuna edição. Aqui se publica uma amostragem desse levantamento, dando, de imediato, divulgação à extraordinária riqueza de situações que a transmissão oral de saberes encerra.

A idade avançada dos autores/informadores deste levantamento provou-nos a urgência que previamente supuseramos. Se nas freguesias rurais são pessoas «da terra» os depositários deste património, já nos aglomerados urbanos ribeirinhos do Tejo são os migrantes que conservam, longe da aldeia beirã ou alentejana onde nasceram, a herança das comunidades a que pertencem. E não deixa de ser curioso evocar uma oração a Santa Bárbara, com todos os preceitos de utilização que a acompanhavam, à porta de um apartamento de três assoalhadas no Sobralinho.

Enfermam os textos agora publicados das condicionantes que um levantamento deste tipo seguido da imediata divulgação, necessariamente tem. Algumas deficiências de recolha serão visíveis num ou noutro dado menos completo.

Pensamos, porém, que a descoberta dos valores culturais aqui divulgados com a consequente compreensão de quem somos, o que criamos, o que sabemos, valeu a pena. Os autores/criadores da nossa cultura merecem-nos todos o respeito, Ironicamente, porém, a grande maioria nem o seu nome impresso conseguirá ler.

ROMANCE

Estando D. Infanta
na sua cadeira assentada
com um pente de ouro
seu cabelo penteava.
Deitou os olhos ao mar
lá viu uma bela grande armada.
Capitão que nela vinha
trazia-a bem guiada:

— Dizei-me, ó capitão,
dizei-me pela sua alma,
se lá viu o meu marido
naquela guerra passada.

— Que lhe hei-de dizer senhora
que não sei que sinais levava.

— Levava cavalo branco
com a sua sela dourada
e à ponta da sua lança
um Cristo de ouro levava.

— Pelos sinais que estás dando
esse era meu camarada.
Ficou lá na guerra morto
com vinte e uma facadas.
A mais pequena de todas
era a cabeça cortada.

— Deixa-me ir por essa quelha¹,
voltando por aquela rua.
Quem a mim me ouvir chorar
me chame triste viúva.

— Que me dera vós, senhora,
quem o trouxera aqui?

— Com três moinhos que eu tenho
todos os três te dera a ti.
Um de moer prata e ouro,
outro moer marfim,
e outro moer a farinha
quando o meu arrecebi².

— Não quero os vossos moinhos,
não me pertencem a mim.
Eu sou soldado, vou à guerra
não persisto por aqui.
O que vós me dera
quem o trouxera aqui?

— Três pomares que eu tenho
todos os três te dera a ti.

— Não quero os vossos pomares
não me pertencem a mim.
Eu sou soldado, vou à guerra
não persisto por aqui.
O que vós me dera
quem o trouxera aqui?

— Três filhas que eu tenho
todas as três te dera a ti:
uma para te despir,
outra para te descalçar
a outra, a mais bonita,
para contigo casar.

— Não quero as vossas filhas,
não me pertencem a mim.
Eu sou soldado, vou à guerra
não persisto por aqui.
O que vós me dera
quem o trouxera aqui?

¹ Quelha — rua torta.

² O meu marido arrecebi — me casei.

— Não tenho mais que lhe dar,
nem vós para me pedir.

— Só o que eu peço à senhora
é o seu corpo gentil.

— Que diz você capitão,
que me diz você a mim?
Precisava de ser arrastado
ao rabo do meu cavalo,
à volta do meu jardim.
Vou chamar os meus criados
para que lhe façam assim.

— Não chames os teus criados
que eles criados são de mim.
Onde está o anel de sete pedras
que contigo eu reparti?
Onde está a tua metade
que a minha está aqui?

— Se eras meu marido
para que zombavas de mim?

— Para ver se me eras firme
do princípio até ao fim.

Maria Pureza
Alverca do Ribatejo

ORAÇÕES

PADRE-NOSSO PEQUENINO

Padre-nosso pequenino
Quando Deus era menino
Pôs o pé no seu altar.
Calte³, calte, Madalena
Não te ponhas a chorar.
Aqui estão as cinco chagas
Que por ti hão-de passar.
Aqui está barquinha nova

Que se vai deitar ao mar.
Missa nova quer dizer
Missa nova quer cantar.

Maria Antónia da Conceição⁴
Castanheira do Ribatejo

ORAÇÕES A SANTA BÁRBARA

Versões originárias de várias regiões

Santa Bárbara pequenina
Está no céu sentadinha
Com o raminho na mão
A pedir ao Senhor
Que nos livre do trovão⁵.

Idalina Almeida
Aldeia do Sobralinho
Natural de Castro d'Aire

Santa Bárbara bendita
Que no céu está,
Está escrita
Com papel e água benta
Nosso Senhor vos livre desta tormenta⁶.

Prazeres Ferreira
Aldeia do Sobralinho
Natural de Mangualde

Santa Bárbara vos livre
De raios e coriscos
E de tempestades,
Onde não haja eira nem beira,
Nem ramo de oliveira
Nem bafo de menino⁷.

Maria da Costa Almeida
Aldeia do Sobralinho
Natural de Castro d'Aire

Santa Bárbara se alevantou
No seu carneirinho pegou
E nossa Senhora lhe disse:

³ Calte — cala-te.

⁴ Segundo a informadora esta era uma reza utilizada quando as crianças tinham fome e choravam em tempos difíceis.

⁵ Preceitos de utilização: guarda-se um ramo de *Domingo de Ramos* e quando há trovoadas queima-se à porta de casa.

⁶ Preceitos de utilização: arranja-se um ramo de alecrim, ramos de oliveira e loureiro e queima-se num dia de trovoadas. Este ramo tem de ser benzido no *Dia de Ramos* e coloca-se a arder junto à porta da rua, mas do lado do fora.

⁷ Preceitos de utilização: guarda-se uma folha de oliveira ou palma que é benzida no *Dia de Ramos*. Na altura da trovoadas queima-se à porta de casa ou à janela.

— Aonde vais Santa Bárbara?
 — Vou espalhar a trovoada.
 — Espalha-a para bem longe,
 onde não haja vaca com bezerro
 nem mulher com menino.

Emília Neto
 Sobralinho
 Natural de Arruda dos Vinhos

São Jerónimo se levantou,
 Seu pézinho direito calçou
 E Nossa Senhora encontrou.
 E assim perguntou:

— Aonde é que tu vais São Jerónimo?
 — Vou espalhar esta trovoada.
 — Espalha-a para bem longe,
 onde não haja eira nem beira,
 nem raminho de figueira,
 gadelinha⁸ de lã,
 nem alminha cristã.

Carolina Coelho
 Sobralinho
 Natural do Alentejo

Santa Bárbara se vestiu,
 Santa Bárbara se calçou,
 Seu caminho caminhou,
 Encontrou Nosso Senhor.

— Onde vais Santa Bárbara?
 — Vou espalhar esta trovoada
 que anda pelo céu armada.
 — Espalha lá para bem longe,
 onde não haja pão nem vinho,
 nem flor de rosmaninho.
 Já os galos cantam.
 Amem Jesus⁹.

Maria Celeste
 Cachoeiras

Santa Bárbara se levantou
 Sapatinhos d'oiro calçou,
 Jesus Cristo encontrou.
 E Jesus Cristo lhe perguntou:

— Onde vais Santa Bárbara?
 — Vou espalhar a trovoada
 que lá no céu anda demada¹⁰
 — Espalha-a bem espalhadinha
 lá para o campo do Guião,
 onde não haja nem pão nem vinho,
 nem flor de rosmaninho
 nem gadilinho¹¹ de lã,
 nem sinal de gente cristã.

Domingas Nazaré
 A-dos-Potes

CANTIGAS

CANTIGAS AO DESAFIO

Vaite embora, que não deixas
 penas a meu coração.
 Em teu lugar ponho outra,
 tomo-lhe a mesma afeição.

Ó meu amor, não me deixes,
 que eu ainda não te deixei,
 que a folha da rosa mudou
 mas eu ainda não mudei.

Eu já fui o teu amor,
 agora já o não sou.
 Se ainda olho para ti,
 foi feitiço que me ficou.

Quando passares por mim,
 inclina a vista ao chão,
 nós podemos ter amores
 e o mundo dizer que não.

Repara que no teu quarto
 tens memendro florido,
 teu cabelo é um ramo
 que me traz envaído¹².

Coração de uma pomba,
 rosa na primavera,
 e eu aqui no cativoiro,
 lindo amor, à tua espera.

⁸ Gadelinha — pêlo de ovelha.

⁹ Preceitos de utilização: acende-se à porta um fogareiro com alecrim. Também é bom enrolar-se em lã.

¹⁰ Demar — encher, ocupar.

¹¹ Gadilinho — fio de lã.

¹² Envaído — louco por ela.

É tão lindo o teu semblante,
que o meu enche de alegria,
se o meu gosto doravante
vens para minha companhia

Os teus olhos são dois sóis,
que dão claridade ao mundo,
as pestanas são anzóis,
que pescam no mar mais fundo.

Não olhes para mim, não olhes,
que eu não sou o teu amor,
que não sou como a figueira,
que dá frutos sem ter flor.

Ó olhos azuis claros,
contrários ao meu viver,
que se estão gloriando
de me verem padecer.

Seu eu entrasse no teu peito,
sabia o teu interior,
assim, como lá não entro,
não sei se me tens amor.

Tenho dentro do meu peito
duas escamas de peixe,
uma diz que te não ame,
outra diz que te não deixe.

Maria, eterna Maria,
Maria do meu coração,
já estou cansado
de ouvir tanta paixão.

Nas escadas do teu peito,
na mais alta já me eu vi,
não se me dá que outro suba
as escadas que eu subi.

Ainda que eu viva mil anos
ausente dos teus sinais,
a amizade não t'a perco,
cada vez te quero mais.

Se queres saber se te amo,
a minha resposta é sim,
agora é a tua vez
de dizeres se gostas de mim.

Já vens tarde, já vens tarde,
já não tens aceitação,
primeiro escandalizavas,
agora dizes que não.

Se tu soubesses de há quando
eu contigo simpatizo,
não havias de mudar
o teu olhar de meu riso.

Ó amor desconfiado,
quem desconfia perdeu,
dizes que eu amo outro,
meu coração é sempre teu.

Meu amor é um anjo,
Deus mo deu, eu o mereço,
Deu te dê a ti, ó anjo,
o mal que eu para mim desejo ¹³.

Maria Ribeiro Monteiro
Alverca do Ribatejo (Bom Sucesso)
Natural do Baixo Alentejo

CANTIGAS DE TRABALHO

Fui à fonte para te ver,
ao rio para te falar,
nem na fonte, nem no rio,
nunca te pude encontrar.

Olha a rolinha,
rolou, rolou,
caiu no laço,
logo lá ficou.

Joana Cabeça
São João dos Montes (A-dos-Loucos)

QUADRAS POPULARES

Semei cravos na areia,
diz-me, amor, se nascerão,
diz-me, amor, se posso ter
segredos na tua mão.

¹³ Segundo a informadora, na terra dela depois de um par de namorados se zangarem, diziam estes versos um ao outro.

Tenho pena, minha mãe,
tenho pena, mas, enfim,
tenho pena de gostar
de quem não gosta de mim.

A minha sogra diz que tem
uma prenda para me dar,
se ela não me der o filho,
pode a prenda arrecadar.

Ó meu amor, vai e vem,
à vinda vem por aqui,
que eu abaixarei os olhos
e juro que os teus não vi.

Eu quero-te tanto bem
como mãe que te criou,
acredita que é verdade,
que eu de mentiras não sou.

Ó meu amor, meu amor,
ó meu amor coitadinho,
já não canta, já não dança,
nem já pode beber vinho.

Figueira que não dá figos,
não se vai acima dela,
menina que fala a todos,
não se faz mais caso dela.

A folha da oliveira
quando cai no lume estala,
assim é o meu amor
quando para mim não fala.

Meu amor já não me fala,
à espera que lhe fale eu,
quando o trovisco for doce
então lhe falarei eu.

Nem falas, nem t'eu falo,
nem és santo que eu adore,
tu nunca serás aquele
que eu lágrimas por ti chore.

Da minha janela à tua
é um salto de uma cobra,
ainda te espero chamar
à tua mãe minha sogra.

Da minha janela à tua
é uma vara medida,
de meu coração ao teu
é uma estrada seguida.

Eu ainda não sou casada,
nem sei se me casarei,
tenho uma palavra dada,
nem sei se a cumprirei.

Quando eu era solteirinha
usava sapatos brancos,
agora que sou casada
nem sapatos, nem tamancos.

Quando eu era solteirinha
minha mãe me abraçava,
todos me davam beijinhos,
agora ninguém me dá nada.

Eu casei-me por um ano
p'ra ver a vida que eu tinha,
o ano vai se acabar
quem me dera solteirinha.

Ó minha querida mãe,
ó meu pai do coração,
por muitos anos que eu viva
não lhes pago a criação.

Quem me dera já morrer,
acabar com a minha vida,
ando farta de viver
conta tanta gente fingida.

Lisboa por ser Lisboa
também tem terras de pão,
também tem moças bonitas
claras como o carvão.

Meu amor, que lá estás longe,
perde um dia e vem-me ver,
que as cartas não valem nada
para mim que não sei ler.

Maria da Conceição Coelho
Aldeia do Sobralinho
Natural de Tomar

POETAS POPULARES

MANUEL DIONÍSIO MOREIRA
São João dos Montes (Trancoso)

O pobre pediu ao rico
uma fatia de pão.
O rico respondeu:
Vai trabalhar mandrião.

Eu enxada não a tenho,
no trabalho não m'a dão,
se eu me deito a roubar,
vou preso por ser ladrão.

JOAQUIM LUÍS CHICO

São João dos Montes (A-dos-Loucos)

1

Avieiras, avieiras,
sobre as águas dos rios,
nos pequenos saveiros,
ao calor e ao frio.

Bons ciganos do Tejo,
o berço era a bateira,
ao acaso da sorte,
baloço da vida inteira.

Refúgio flutuante,
um viver mofino,
na água ondulante
ao sabor do destino.

Embalados em sonhos,
infelizes avieiros,
deitavam lágrimas de dor
esvaídas nos esteiros.

2

O futuro da Vida
são paralelos certos.
Não há becos sem saída
com caminhos abertos.

A vida dos camponeses,
esforço exausto profundo,
labutar de sol a sol
para dar de comer ao mundo.

A inveja e o ciúme
trazem o ódio ligado,
o sangue ferve como lume,
chamas d'amor queimado.

As chamas a crepitar
na hora derradeira,
nada se pode aproveitar
no rescaldo da fogueira.

A maldade larga a peste
com poder de traição.
O tempo, grande mestre,
abre as postas à razão.

3

ela

Gira, gira bem rodado
gira sempre, sem parar,
gira, gira sem cuidado
gira para te abraçar,
meu girinho adorado.

ele

Corre, corre de fugida
corre sempre sem parar,
corre, corre minha querida
corre para te abraçar,
na corrida da vida.

refrão

Correr de gosto não cansa,
na ânsia de alcançar
a água a correr,
no desejo de beber,
com sede de te beijar.

MANUEL ISABEL SEVERINO

Alverca do Ribatejo (Arcena)

*Natural do Alentejo (Corte do Gafo
de Cima)*

A Grande Tragédia das Inundações

Será a Deus ou à Natureza
que este desastre lhe compete?
Esta cheia foi maior
que aquela de 67.

E a minha ideia me promete
em descobrir o natural,
esta destruiu mais haveres,
na outra morreu mais pessoal.

Desinfeliz Portugal
nas tuas ondulações,
foi uma guerra tão valente
sem espingardas nem canhões.

Ainda deixas recordações
e nem todas são iguais,
a baixa de Lisboa arrasada
E concelho de Loures e Cascais.

Mas ainda há outras mais
que eu recordo muito bem,
Portalegre e Alenquer,
Cartaxo e Santarém.

Ele diz muito bem,
destruiu toda a planta,
recordem-se de Alhandra e Alverca
Castanheira e Vila Franca.

Ficou-lhe um nó na garganta,
que ninguém tenha inveja,
foi Évora e Setúbal,
Algarve e cidade de Beja.

E eu tenho a minha grandeza
dentro dos meus planos,
no dia 26 de Novembro
é que fez os 16 anos.

A Seca e Seus Efeitos no Baixo Alentejo

Corte do Gafo e Mosteiro,
e Amendoeira da Serra,
foi uma seca tão valente
que não cultivaram a terra.

A vida está bera
desde Mértola ao Valcovo,
tanto tempo sem chover,
o que será feito deste povo?

Já ninguém acredita
que enchem barrancos e ribeiras.
O que será feito do concelho
se não fazem as sementeiras.

Até as pobres das oliveiras
têm passado grandes crises,
Só está bom para os coelhos,
para as lebres e perdizes.

Não vêm as grandes chuvadas
para estragar a criação,
quem padece é o corpo humano,
já não há mel, azeite nem pão.

O Presidente da Câmara incomodado
com a vida de todos desencadeada,
mas isto é filho da natureza,
que está escrito na Bíblia Sagrada.

Isto é uma grande quadra
Lembro-me de São Miguel, Espírito Santo
[e São João,
o que será feito das freguesias e concelho
e de toda a população?

Mas ainda tenho outra recordação
de Corte do Pinto e Santana,
foi uma seca tão ardente
que até fez sofrer o Guadiana.

O Poeta Analfabeto

Eu nasci para ser poeta
mesmo sem saber ler,
mas descobri os meus segredos
a quem não precisa de saber.

Com essa pena hei-de morrer,
em descobrir o que sei,
quem não sabe uma letra
é quase como quem não vê.

É bonito ser poeta
nestes sítios do Ribatejo,
se soubesse ler como não sei
enchia o diário do Alentejo.

No meu tempo não havia escola,
vivíamos na escuridão.
Salazar de dia inventou a bola,
e à noite a televisão.

Com isto digo tudo
com a minha pouca instrução,
quando a gente ouve quem não percebe
cautela com esse espião.

Eu deixava grande nome
na minha terra natal,
não esquecendo o 25 de Abril
a grande História de Portugal.

Mesmo sem saber ler
isto não está muito mau.
Que poeta seria eu
se tivesse o 2.º grau.

Um indivíduo foi bater à porta do rei e ele perguntou:

— Que novidades há por lá?

— Uma vaca teve cinco bezerros e só tem quatro mamas. Quando estão os quatro a mamar, que está o outro a fazer?

— Está a fazer o que eu estou a fazer (estava ele, a mulher e o filho a comer e ele estava a ver).

Este indivíduo trazia o palácio do rei de renda, mas a vida era muito pobre e ele foi-se queixar da renda ser muito cara e o rei disse-lhe:

— Se arranjares uma mentira do tamanho de um pai-nosso perdoo-te a renda durante um ano.

Um dia estava de chuva e ele pega no machado às costas e vai pela serra acima (chafada) e contou as abelhas, mas não contou as colmeias. Faltou-lhe uma abelha e ele foi à procura dela por trás da outra serra, mandou-lhe um machado de rasoira e ardeu o ferro e ficou com o cabo na mão. Foi a um ferreiro para mandar arranjar o machado e o ferreiro enganou-se e fez-lhe um anzol. Então o homem foi para a pesca e apanhou uma burra carregada de sardinha, mas a burra tinha uma chaga no lombo e o homem foi com ela ao ferrador, e este disse-lhe:

— Eh pá, põe pó de fava.

O homem que não quis ter trabalho de mandar moer as favas, pôs as favas inteiras. Como a burra andava sempre de noite e de dia albardada, nasceu um faval no lombo da burra. Ele, um dia, como sabia que tinha lá um faval, foi com ideia de ir apanhar o faval e levava a foice às costas. Chegou lá e viu uma porca dentro do faval, mandou-lhe a foice de rasoira, o cabo da foice espetou-se no cu da porca, a porca com o cu aceifava, com os pés debulhava, com o nariz espanejava, foi cento e tantos moios de favas.

O rei disse para o homem que era mentira.

E ele respondeu:

— Isso vim eu cá fazer.

Manuel Dionísio Moreira
S. João dos Montes (Trancoso)

Deus passeava pela serra mais o mestre Pedro. Nisto, viu um velho que estava a chorar à beira do rio. Deus chega-se junto do homem e pergunta-lhe:

— Porque estás a chorar?

E o velho respondeu:

— O meu pai bateu-me.

Então Deus perguntou-lhe:

— Porque é que o teu pai te bateu?

E o velho respondeu:

— O meu pai bateu-me por não ir buscar tabaco para o meu avô.

Deus ficou admirado por este velho ainda ter pai e avô e disse a S. Pedro:

— Vou matar este velho senão esta geração não acaba.

Mas antes perguntou ainda ao velho:

— Porque tens vivido tanto, homem?

E o velho respondeu:

— Porque nunca fui teimoso, nem nunca fui assustado, nem nunca morri de medo, nem nunca comi salgado, nem nunca bebi azedo.

António José Cachucho
Calhandriz

ADIVINHAS

«Igreja de Folha e sacristão de pau
e coisas pequenas a tocar o binrimbau»

Resposta:

Igreja de folha = panela
Sacristão de pau = colher de pau
Coisas pequenas a tocar o binrimbau = feijões

Maria Celeste
Cachoeiras

«Sou mãe de muitos filhos
e todos comigo tenho.
Por os ver fartos e cheios
dou uma volta vou e venho.
Mas como no tempo presente
tudo custa a sustentar,
por os ver fartos e cheios
ponho-me então a cantar»

Resposta:

A nora

Maria Celeste
Cachoeiras

ANEDOTA

Um soldado que foi mobilizado para a guerra, tinha muito medo de morrer, e quando recebeu a farda foi ter com o alfaiate para pôr um chapão no sítio do coração. O alfaiate achou graça àquilo e em vez de pôr a chapa de protecção no sítio do coração, pôs no fundilho das calças.

O rapaz recebeu as fardas da mão do alfaiate e lá caminhou pr'á guerra. Quando andava a combater deu-se um combate de arma branca e eles eram menos, tiveram que fugir. Quando ia a transpor um obstáculo, vinha o inimigo perto dele e diz assim: «Vais ficar aqui enfiado e é já por trás». A arma toca na chapa de aço e ajuda a passar o obstáculo mais depressa para o outro lado. Quando ele se vê livre de tudo diz: «Ah! se não fosse o alfaiate da minha terra; ele é que sabe onde é o coração».

Pedro Marques Carvalho
S. João dos Montes (Subserra)
Natural de Arruda dos Vinhos

Local	Freguesia
Tema	
Título	
Situação em que é contada	

História/Narrativa/lenda

Nome do informador	Idade
Profissão	Habilidades
Origem	Há quanto tempo vive na zona
Onde/de quem aprendeu a história/narrativa/lenda	

Conhecida e citada por:	velhos	jovens	mulheres	homens
E de citação corrente na zona	crianças			
Há quanto tempo se julga ser conhecido?	Ajusta-se aos usos e costumes locais do presente			
Obs. gerais/significado de palavras/interpretação				

Ação	Operador	Data
------	----------	------

Local	Freguesia
Nome do bruxedo/magia/reza/benedura	
Doença/mal	

Bruxedo/Magia/Reza/Benedura
Preceitos de utilização

O «tratamento» é acompanhado de uma receita:	não	sim (v. doc.)
--	-----	---------------

Nome do informador	Idade
Profissão	Habilidades
Origem	Há quanto tempo vive na zona
Onde/de quem aprendeu o bruxedo/magia/reza/benedura	

Conhecido e praticado por:	velhos	jovens	mulheres	homens
Relação entre a comunidade e a pessoa que conhece e pratica:	crianças	curandeiros		
Pagamento utilizado na compra do serviço				
E de citação corrente na zona				
Há quanto tempo se julga ser conhecido?				
Ajusta-se aos usos e costumes locais do presente				
Obs. gerais/significado de palavras/interpretação				

Ação	Operador	Data
------	----------	------

Local	Freguesia
Tema	

Provérbio/Ditado/Dito
História(s) a propósito/Fundamento

Local	Freguesia
Nome da receita	
Doença/mal	

Planta utilizada	Parte da planta:				Quantidade			
	raiz	caule	folhas	flor	fruto	sementes	toda a planta	ao deitar
Estado da planta	seca ao sol	seca no forno	seca a sombra	verde				
Dia da apanha	Mês da apanha							
Altura da apanha: nascer do sol/manhã	tarde	pôr-do-sol	noite					
Onde se apanha								
Preceitos								
Outros ingredientes: quais? quantidades?								
Preparação								

Quem prepara a receita	Quem ministra
Utilização: tomada: em jejum durante o dia	às refeições ao deitar
aplicada:	
Quantas vezes ao dia	Duração do tratamento
Reza/benedizura que acompanha o tratamento	não sim (v. doc.)

Nome do informador	Idade
Profissão	Habilidades
Origem	Há quanto tempo vive na zona
Onde/de quem aprendeu a receita	

Conhecida e praticada por	velhos	jovens	mulheres	homens
curandeiros				
Obs. gerais/significado de palavras/interpretação/pagamento utilizado na compra				
É de uso comum na zona				
É preferida aos medicamentos				

Ação	Operador	Data
------	----------	------

Nome do informador	Idade
Profissão	Habilidades
Origem	Há quanto tempo vive na zona
Onde/de quem aprendeu o provérbio/ditado/dito	

Conhecido e utilizado por:	velhos	jovens	mulheres	homens
crianças				
É de citação corrente na zona	Ajusta-se aos usos e costumes locais do presente			
Há quanto tempo se julga ser conhecida?				
Obs. gerais/significado de palavras/interpretação				

Ação	Operador	Data
------	----------	------

DEPARTAMENTO DE ACÇÃO SOCIO-CULTURAL

Dando continuidade a todo um conjunto de acções já iniciadas em anos anteriores, desenvolveu o Departamento de Cultura e Acção Social em 1985 um trabalho cultural que, tanto na vertente da defesa do património como na da animação cultural, ficou marcado por um maior contacto e ligação às populações do Concelho. Um melhor conhecimento das realidades culturais concelhias, um estreitamento da ligação às escolas e uma maior atenção aos aspectos de informação-divulgação contribuíram para que se tivessem dado alguns passos importantes no serviço de acção cultural prestado pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

I — PATRIMÓNIO CULTURAL

1 — Património arqueológico e edificado

Iniciado no ano anterior, o inventário do património arqueológico e construído do Concelho continuou na freguesia de Alverca, cujos resultados se publicam neste boletim.

Ao mesmo tempo que prosseguia o inventário realizaram-se acções várias com a população de que se destacam os colóquios «A Arqueologia na região de Vila Franca de Xira» nas freguesias de Vialonga, São João dos Montes, Vila Franca de Xira e Alverca e ainda o «Encontro com a História de Vialonga» — visita a locais com interesse arqueológico e patrimonial da freguesia, organizada por iniciativa da Junta de Freguesia local.

Nos meses de Julho, Agosto e Setembro realizaram-se trabalhos de campo em Povos, com 10 jovens do «Programa Férias-Trabalho». O objectivo destes trabalhos foi dar continuidade às escavações ali iniciadas em 1984 para investigação de uma *villa* romana e de um cemitério dos sécs. XVI-XIX, anexo à antiga Igreja Matriz que se sobrepõe aos vestígios romanos. Estas pesquisas cujo relatório preliminar se publica neste boletim têm-se mostrado importantes para o conhecimento da história da antiga vila de Povos e articulam-se com um programa de pesquisas visando esclarecer a origem dos aglomerados urbanos e a evolução do povoamento no Concelho.

Foi também editado e divulgado o folheto «Vamos salvar o Património Arqueológico» com o intuito de informar e alertar a população para a importância dos vestígios arqueológicos e os cuidados a ter aquando da sua descoberta.

2 — Património documental

Prosseguiu a recolha de documentação histórica referente à área do Concelho, tanto de fontes manuscritas como impressas. Neste âmbito se preparou a edição dos forais do Concelho para o Boletim n.º 1.

Resultado da pesquisa documental e do inventário do património arqueológico e construído, elaboraram-se textos sobre a história das freguesias de Alhandra, Alverca e Cachoeiras editados nas respectivas infor-

mações municipais especiais. Foi ainda editado um folheto sobre a Quinta Municipal de Suberra incluindo uma nota histórica sobre a mesma.

3 — Património etnográfico

Realizou-se durante a Feira de Outubro o «V Salão de Artesanato» cujo nível de qualidade e diversidade de artes tradicionais se revelou superior às anteriores edições, contando com a presença de 70 expostos.

Quanto a acções de formação, promovemos nas instalações da Casa da Juventude e da Cultura de Alverca dois cursos de iniciação à cerâmica.

Na comemoração do primeiro aniversário da elevação de Vila Franca de Xira a cidade e durante as Festas do Colete Encarnado realizou-se uma exposição subordinada ao tema «O Concelho de Vila Franca de Xira e o Tejo». Resultado de um trabalho interdisciplinar, esta exposição abordou dos pontos de vista histórico, etnográfico e ecológico, a relação entre o rio Tejo e o concelho de Vila Franca, tendo sido visitada por mais de 11.000 pessoas.

4 — Ligação às escolas

Foi um dos aspectos em que mais se avançou no ano de 1985. Realizaram-se sessões para directores das escolas primárias e professores e alunos das escolas preparatórias e secundárias de Alverca e Vila Franca, sobre a arqueologia e património do Concelho durante o ano lectivo de 1984/85.

No início do ano lectivo de 1985/86 organizou-se na Quinta Municipal de Suberra a recepção aos professores de todos os níveis de ensino do Concelho, tendo-lhes sido apresentada a caracterização demográfica e económica do Concelho, a sua evolução histórica, locais com interesse a visitar e o funcionamento da Câmara Municipal na sua ligação às escolas. Participaram 464 professores nas 15 sessões realizadas, tendo-lhes sido distribuído o «Guia para uma visita ao Concelho de Vila Franca de Xira» e o

folheto «Vamos salvar o Património Arqueológico», editados nessa ocasião.

5 — Museu Municipal

Em 6 de Dezembro reabriu o Museu Municipal nas instalações da Rua Serpa Pinto, n.º 65-1.º em Vila Franca de Xira. Com um espaço ainda insuficiente que se pretende, logo que possível, alargar, o Museu reabriu com a exposição «Uma memória das coisas, Um olhar sobre as pessoas» que traça um percurso cronológico da história do Concelho, dos primórdios ao séc. XVIII, a partir de peças arqueológicas e artísticas e de documentação cartográfica e fotográfica.

II — ANIMAÇÃO CULTURAL

1 — Exposições

A exposição sobre os Agentes Culturais do Concelho de Vila Franca de Xira montada no ano anterior prosseguiu a sua itinerância em Alhandra, A-dos-Loucos, Alverca, Vila Franca e Castanheira.

Foram apoiadas uma exposição sobre a Roménia nas comemorações do 40.º aniversário do final da 2.ª Guerra Mundial e uma exposição sobre a vida e obra de Maria Lamas.

Além da já referida exposição «O Concelho de Vila Franca de Xira e o Tejo» colaborámos na exposição sobre actividades da Câmara Municipal durante o V Salão de Artesanato.

2 — Encontros de Biblioteca

Realizaram-se em Alverca e Vila Franca de Xira os seguintes Encontros de Biblioteca: «A exploração do espaço e as energias renováveis» com Eurico da Fonseca, «O Tejo — questão ecológica» com a colaboração da Associação dos Amigos do Tejo, «Juventude e tempos livres — que perspectivas?» com o pedagogo Victor Tiago e a psicóloga Isabel Sá e «O Jornalismo e o 25 de Abril» com António Borga, Fernando Piteira Santos e Manuel Beça Múrias.

3 — Música

No âmbito do apoio às bandas do concelho — Ateneu Artístico Vilafranquense, Sociedade Euterpe Alhandrense e Sociedade Filarmónica Recreio Alverquense — promovemos a realização de 14 concertos com estes agrupamentos musicais.

Tiveram ainda lugar durante o ano em causa três espectáculos de música popular portuguesa e um concerto de música antiga.

4 — Teatro

Organizado pelos grupos de teatro de amadores do Concelho (Forja de A-dos-Loucos, Grupo de Teatro do Monte Gordo, Teatro do Povo, Teatro Experimental da Calhandriz e Grupo da Escola Secundária n.º 2 de Vila Franca de Xira) e pela Câmara Municipal, ocorreu durante o mês de Junho o Festival de Teatro de Amadores do Concelho de Vila Franca de Xira, com a presença dos grupos referidos e de mais seis grupos convidados. Foram realizados 15 espectáculos a que assistiu um total de 2.000 espectadores.

No que respeita à formação, foi realizado

um curso de iniciação ao Teatro na Casa da Juventude e da Cultura de Alverca.

Promovemos ainda a realização de quatro espectáculos de teatro profissional durante este ano.

5 — Juventude

No decurso do Ano Internacional da Juventude foram várias as acções realizadas pela Câmara Municipal em conjunto com o Grupo Dinamizador da Juventude de que fazem parte as organizações juvenis do Concelho. Assim, destacamos: Teatro para a Juventude na Póvoa de St.ª Iria, Alverca e Vila Franca; participação no Programa «Intermunicipal Juvenil 85» com a organização do «Festival Intermunicipal da Canção Juvenil 85»; Encontro Concelhio da Juventude em Alverca, Ciclopaz 85.

Nos meses de Julho, Agosto e Setembro organizou a Câmara Municipal uma vez mais o Programa Férias-Trabalho, que ocupou 165 jovens.

Em Setembro foi inaugurada a Casa da Juventude e da Cultura de Alverca, entrando em funcionamento os seguintes núcleos: cerâmica, informática e teatro.

VAMOS SALVAR

O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO



Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Departamento de Cultura e Accção Social

CHIFFA

COLLETTA CULTURALE

136



MUSEU
MUSEU

12.3
BOL